

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**DA ORDEM POLÍTICA AO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES:  
CONTROLE E DINÂMICA DA HISTÓRIA NA OBRA DE SAMUEL HUNTINGTON**

**ANTENOR SAVOLDI JUNIOR**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

**ANTENOR SAVOLDI JUNIOR**

**DA ORDEM POLÍTICA AO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES:  
CONTROLE E DINÂMICA DA HISTÓRIA NA OBRA DE SAMUEL HUNTINGTON**

**Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Doutor em História.**

**Orientador: Temístocles Cezar**

**PORTO ALEGRE**

**2021**

### CIP - Catalogação na Publicação

Savoldi Junior, Antenor

Da ordem política ao choque de civilizações:  
controle e dinâmica da história na obra de Samuel  
Huntington. / Antenor Savoldi Junior. -- 2021.  
147 f.

Orientador: Temístocles Cezar.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Teoria da História. 2. Ciência Política. 3.  
Choque de Civilizações. 4. Fim da História. 5.  
Modernidade. I. Cezar, Temístocles, orient. II.  
Titulo.

**ANTENOR SAVOLDI JUNIOR**

**DA ORDEM POLÍTICA AO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES:  
CONTROLE E DINÂMICA DA HISTÓRIA NA OBRA DE SAMUEL HUNTINGTON**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob  
orientação do professor Temístocles Cezar,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de Doutor em História.

Aprovado em Porto Alegre, 20 de outubro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Temístocles Cezar – Orientador (UFRGS)

---

Prof. Dr. Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Brandalise (UFRGS)

---

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves (UFRGS)

---

Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)

## Agradecimentos

Este trabalho é a conclusão de uma longa jornada. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e ao Programa de Pós-Graduação em História por oferecerem o espaço e as condições necessárias para a produção deste projeto.

Entre tantas pessoas marcantes que tive a felicidade de encontrar neste ambiente, agradeço ao professor Temístocles Cezar por sua orientação e amizade de muitos anos. Também agradeço aos professores Arthur Lima de Ávila e Hélio Ricardo do Couto Alves, presentes já na banca de qualificação deste trabalho, bem como à professora Carla Brandalise e ao professor Marcelo Jasmin, que gentilmente aceitaram juntar-se à banca examinadora final, por sua atenção, pelas contribuições, e pela generosidade. Da mesma forma, aos amigos e colegas Renata Dal Sasso, Juliano Antonioli e Rafael Terra Dall'agnol, pelos anos de conversas, especulações e apoio mútuo. A estes, que representam tantos que aqui não cabem, meu muito obrigado.

Esta tese foi produzida durante uma pandemia, que persiste para além de sua conclusão, e que acentua as dificuldades do já solitário trabalho assumido pelos pesquisadores, sobretudo na área das Humanidades. Em um cenário de ataque à pesquisa e ao conhecimento acadêmico, minha solidariedade a todos os pesquisadores do Brasil, cujo trabalho é sinônimo de resistência.

Na vida aqui fora, meu reconhecimento a todos que, de alguma forma, permitiram, auxiliaram e incentivaram a continuidade e a conclusão desse esforço intelectual e acadêmico. Entre tantos, agradeço à minha mãe Noemy, ao meu pai Antenor, e à minha irmã Helenize; às famílias Savoldi, Giacomelli, Martinez, Cavalheiro e Eggers; e a André Schröder, Cristiano Baldi, Elvis Branchini e Gabriel Goldmeier, como representantes de uma lista muito maior de amigos que tornam a vida mais rica.

Estas páginas não seriam possíveis sem a constante presença canina de Lemmy, e sua incondicional companhia nas manhãs, tardes, noites e madrugadas de trabalho. Para Bianca – mesmo sabendo que palavras são insuficientes para expressar minha gratidão, meu muito obrigado por ajudar a manter a *ordem*, segurar a *onda*, suportar o *choque*.

*Porque ele sabia o que essa multidão eufórica ignorava e se pode ler nos livros: o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz.*

Albert Camus – *A Peste*

## Resumo

O presente trabalho propõe o estudo da obra do cientista político norte-americano Samuel Phillips Huntington (1927-2008), em busca de características e recorrências que permitam a delimitação da ideia de História presente em sua extensa produção intelectual. Em um primeiro momento, analisamos conceitos ligados às noções de modernidade e modernização, mobilizadas especialmente na obra *Political Order in Changing Societies* (1967), utilizando, entre outros, o referencial conceitual proposto por Reinhardt Koselleck. Em um segundo momento, abordamos a produção do autor sobre as temáticas relacionadas à democracia, recorrente em diferentes artigos e publicações, culminando na obra *The Third Wave* (1991), aproximando-a dos debates acerca da teleologia e crença na História. A terceira parte do trabalho analisa o paradigma civilizacional proposto por Huntington e consolidado em sua obra *The Clash of Civilizations* (1995), retomando abordagens anteriores de autores que pensaram a História pelo prisma das Civilizações, e localizando a proposta de Huntington tanto como uma réplica à ideia do "fim da História", quanto como um pano de fundo para sua proposta de futuro delimitada em uma utopia de caráter religioso. Como conclusão, reconhecendo a influência das ideias de Huntington na contemporaneidade geopolítica e apontando para os debates da historiografia relacionados às temporalidades das utopias e distopias, identificamos transições e continuidades temáticas ao longo da produção intelectual do autor para definirmos as características e os usos de sua ideia de História.

**Palavras-chave:** Teoria da História. Ciência Política. Samuel Huntington. Choque de Civilizações. Fim da História. Modernidade.

## **Abstract**

This thesis proposes the study of the works of the American political scientist Samuel Phillips Huntington (1927-2008), looking for characteristics and recurrences that may allow the delimitation of the idea of History in his extensive intellectual production. At first, we analyze concepts related to the notions of modernity and modernization, particularly mobilized in *Political Order in Changing Societies* (1967), using, among others, the conceptual framework proposed by Reinhardt Koselleck. In the second part, we approach the author's production on themes related to democracy in different articles and publications, culminating in *The Third Wave* (1991), bringing it closer to current debates about teleology and faith in History. The third part of the work analyzes the civilization paradigm proposed and consolidated by Huntington in *The Clash of Civilizations* (1995), assessing previous approaches by authors who thought History through the prism of Civilizations, and locating Huntington's proposal as much as a replica to idea of the "end of history", as well as a background for his futurist proposal based on a religious utopia. As a conclusion, recognizing the influence of Huntington's ideas on the geopolitical contemporaneity and pointing to the debates of historiography related to the temporalities of utopia and dystopia, we identify transitions and thematic continuities throughout the author's intellectual production to define the characteristics and uses of his idea of History.

**Keywords:** Theory of History. Political Science. Samuel Huntington. Clash of Civilizations. End of History. Modernity.



## **Sumário**

<b>Introdução</b>	<b>10</b>
Um autor e sua obra	10
Uma pergunta e os caminhos para uma hipótese	19
<b>Capítulo 1: Ordem ou Progresso</b>	<b>24</b>
1.1 Sociedades em movimento, conceitos em transformação	27
1.2 Progresso e atraso: a modernidade como tempo de transição	40
1.3 A racionalização da autoridade: emancipação ou gênese da crise	44
1.4 A modernização inevitável: tutela, revolução ou reforma	48
<b>Capítulo 2: Democracia: entre crises e ondas</b>	<b>62</b>
2.1 Democracia em crise	70
2.2 Democracia em ondas	76
2.3 O futuro da democracia	86
<b>Capítulo 3: Conflitos, Civilizações e Identidade</b>	<b>95</b>
3.1 O Choque de Civilizações?	97
3.2 Civilizações e Temporalidades	104
3.3 Ser ou não ser: o “verdadeiro choque” e as "almas mortas"	119
<b>Conclusão</b>	<b>128</b>
A ideia de História de Huntington: transições e continuidades	128
A ideia de História para Huntington: temporalidades, utopias e distopias	132
<b>Referências</b>	<b>143</b>

## Introdução

### Um Autor e sua Obra

*In the modernizing world he controls the future who organizes its politics.*

Samuel P. Huntington

As transformações em uma sociedade podem ser ordenadas, previstas e controladas? Quais os limites para a participação de toda a sociedade nesse direcionamento? Seria o futuro um espaço de conflito, no qual tais questões já estão defasadas, e suas respostas não mais tranquilizam ou explicam nossas contradições?

Este trabalho não busca a resposta a estas perguntas. Mas ao propor o estudo da obra do cientista político norte-americano Samuel Phillips Huntington (1927-2008), e das suas aproximações a tais questionamentos, espalhadas por sua vasta produção, temos como objetivo delinear a visão de História que emana e transpassa as construções teóricas e propostas do autor. Nosso espaço de trabalho se localiza na intersecção entre a relevância das ideias de Huntington no mundo político e os debates caros à teoria da História.

De sua extensa obra, tomamos como fio condutor os principais conceitos abordados na sua produção acadêmica e intelectual. De forma geral, as perguntas anteriores remetem, respectivamente, àquelas que são consideradas suas principais obras<sup>1</sup>: *Political Order in Changing Societies* (1968), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century* (1991) e *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (1996).<sup>2</sup>

Ao longo da segunda metade do século XX, os trabalhos de Huntington tornaram-se referência para o pensamento conservador. Com uma postura

<sup>1</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968; HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Normal: University of Oklahoma Press, 1991. HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996.

<sup>2</sup>Todas as traduções das obras em língua estrangeira utilizadas neste trabalho são de nossa autoria, salvo indicação em contrário.

polêmica, sua obra carrega formulações de viés pessimista e autoritário, e uma noção de democracia utilitária e impositiva. Seu paradigma do “choque de civilizações” – formulado na década de 1990, como réplica à visão triunfalista norte-americana do ideário de “fim da história”, ganhou notoriedade e segue sendo constantemente remobilizado como possível explicação para diferentes conflitos conflagrados no mundo contemporâneo.

Nossa proposta é estudar o papel que a História ocupa dentro da produção intelectual de Huntington. A obra do autor se estende dos anos 1950 até o início dos anos 2000, com influência na política externa dos Estados Unidos em períodos-chave, o que garantiu sua atuação no papel de consultor para regimes autoritários em diferentes partes do mundo – incluindo a ditadura civil-militar brasileira –, e sua posição de referência intelectual dentro do espectro conservador internacional. O estudo de sua obra se justifica e ganha importância em um momento de remobilização da extrema direita e da consolidação do ideário conservador e reacionário em diversas partes do mundo – do *Brexit* na Europa às mais recentes eleições presidenciais nos Estados Unidos e no Brasil, como exemplos mais evidentes.

Nosso percurso visa a responder como seus principais textos se articulam para culminar, já nos anos 1990, no conceito pelo qual o cientista político ficou mais conhecido – o do choque de civilizações. Em paralelo, resultará mais claro qual o conceito de História sustenta a obra do norte-americano, e como seu trabalho e sua influência no cenário político e intelectual internacional dialogam com conceitos caros à teoria da história – do presentismo ao “mal-estar na história”, da noção de progresso às suas intersecções com o ideário conservador e a ideia de “crise da democracia”.

Samuel Huntington nasceu em 1927, em Nova York, e realizou sua formação intelectual no ambiente acadêmico dos Estados Unidos do pós II Guerra, no recrudescimento da Guerra Fria. Após sua graduação em Yale em 1946 e seu doutorado em Ciência Política em Harvard em 1951, Huntington frequentou desde cedo os corredores do poder nos Estados Unidos<sup>3</sup>, e foi figura presente no papel de

---

<sup>3</sup>VOLPE, Felipe Campuzano. *De la guerra fría al choque de civilizaciones: nacionalismo y milenarismo en la obra de Samuel P. Huntington*. Argumentos. Universidade Autónoma Metropolitana. Huntington manteve relação próxima com nomes como Zbigniew Brzezinski e Henry Kissinger e atuou em diferentes cargos da burocracia governamental: entre 1966 e 1969, na direção do Conselho de Estudos Vietnamitas; entre 1974 e 1976, participa do Comitê de Relações Estados Unidos e

consultor político e governamental em Washington desde o governo Lyndon Johnson até o de Ronald Reagan<sup>4</sup>. Em cargos vinculados ao Departamento de Estado, atuou, por exemplo, entre 1966 e 1969, na direção do Conselho sobre Estudos Vietnamitas e toma parte no grupo de assessores para o Desenvolvimento do Sudeste Asiático. De 1974 a 1976, passa a ser membro do Comitê de Relações Estados Unidos – América Latina. Sua ligação com o partido democrata atravessa o período, mas não nos autoriza a imaginar um simples alinhamento de suas posições às do partido: o corte conservador que atravessa todo o espectro partidário dos Estados Unidos, e as importantes guinadas observadas nas plataformas de Republicanos e Democratas ao longo de marcos importantes da segunda metade do século XX, não permitem tomar o cenário partidário do início do século XXI como uma referência útil, a não ser para aprofundar as contradições do autor.<sup>5</sup>

Sempre em defesa da preservação do que vê como a identidade nacional de seu país, baseada na cultura anglo-protestante e na aceitação da ideia da excepcionalidade dos Estados Unidos, suas posições trazem uma aparente simplificação de conceitos e um pragmatismo normativo. Figura controversa desde a publicação de seus primeiros trabalhos, foi rechaçado pelas correntes liberais e de esquerda presentes no meio acadêmico dos Estados Unidos na década de 1960. Apesar de se dizer um defensor ortodoxo da democracia e do liberalismo, seu posicionamento acabou vinculado ao pensamento reacionário, ao conservadorismo e mesmo ao fascismo.<sup>6</sup>

Já em sua primeira obra, *The Soldier and the State*, de 1957, Huntington qualifica o idealismo liberal dos Estados Unidos – que vê como fruto da excepcionalidade geográfica e das suas raízes religiosas – como inapropriado para sua postura nas relações exteriores, quando está em jogo a defesa e a segurança nacional. No cenário externo, a regra seria o uso da força, o que deveria provocar uma profissionalização e o fortalecimento das forças armadas, a ponto de torná-las capazes de garantir as instituições do país – lembremos que a escrita de tal obra

---

América Latina.

<sup>4</sup>Weatherland Center for International Affairs. Harvard University. *In Memoriam: Samuel P. Huntington*. Disponível em <https://wcfia.harvard.edu/publications/memoriam-samuel-p-huntington>. Consultado em 29/04/2021.

<sup>5</sup>FRACHON, Alain; VERNET, Daniel; *América Messiânica. As Guerras dos Neoconservadores*. Ed. Dora Luzzato. Porto Alegre, 2004.

<sup>6</sup>VOLPE, Felipe Campuzano. *De la guerra fría al choque de civilizaciones: nacionalismo y milenarismo en la obra de Samuel P. Huntington*. Argumentos. Universidade Autónoma Metropolitana. Pg 154.

acontece pouco após o desfecho da II Guerra Mundial. Apesar de defender seu conservadorismo como "não-reacionário", e sim como uma postura política pragmática e realista, sua posição docente definitiva em Harvard é negada em um primeiro momento, o que o leva a buscar refúgio temporário na Universidade de Columbia<sup>7</sup>.

Considerado um estudo clássico para a análise de países subdesenvolvidos, *Political Order in Changing Societies*<sup>8</sup>, lançado em 1968, avança alguns apontamentos já colocados em seu artigo seminal de 1965, *Political Development and Political Decay*<sup>9</sup>. A obra é repleta de enunciados que exemplificam bem o pragmatismo pelo qual o autor é tanto elogiado, quanto criticado, por exemplo, ao afirmar que "a mais importante distinção política entre países diz respeito não à sua forma de governo, mas a seu grau de governo", uma vez que "estados totalitários comunistas e estados ocidentais liberais pertencem ambos à categoria de sistemas políticos eficazes, mais que frágeis".<sup>10</sup>

Seu estudo do processo de modernização em dezenas de países lança mão de métricas e dados estatísticos, e Huntington busca, nesta obra, estabelecer uma teoria geral do desenvolvimento político das sociedades. Entre suas conclusões, está a desvinculação entre a ideia de que a modernização econômica e social leve necessariamente à estabilidade política. Pelo contrário: a rápida modernização e politização das forças sociais conduz a uma instabilidade cujas estruturas institucionais não estão preparadas para suportar. Em uma sociedade caótica e instável, Huntington nota a incapacidade de uma revolução se construir, e chega a apontar uma espécie de inversão nos papéis, com uma possível "aliança" entre revolução e ordem, cenário que faria do conservador o "verdadeiro revolucionário".<sup>11</sup>

Além deste claro viés conservador, vale lembrar o objetivo – tanto acadêmico, quanto profissional – assumido por Huntington em teorizar alternativas para os

<sup>7</sup>KAPLAN, R.D., "Looking the World in the Eye", *The Atlantic Monthly*, december, 2001. <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2001/12/looking-the-world-in-the-eye/302354/> - Acessado em 27/09/2016.

<sup>8</sup>HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in Changing Societies*. Yale University, 1968.

<sup>9</sup>HUNTINGTON, Samuel. *Political Development and Political Decay*. World Politics, Vol. 17, No 3 (Apr. 1965), pgs 386-430.

<sup>10</sup>HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in Changing Societies*. Yale University, 1968. Pg 1.

<sup>11</sup>Idem. Pg 263. Do original: In the normal polity the conservative is devoted to stability and the preservation of order, while the radical threatens these with abrupt and violent change. But what meaning do concepts of conservatism and radicalism have in a completely chaotic society where order must be created through a positive act of political will? In such a society who then is the radical? Who is the conservative? Is not the only true conservative the revolutionary?

Estados Unidos no enfrentamento contra o desafio que o comunismo soviético impunha aos americanos no cenário internacional. Paradoxalmente, a posição do autor é de crítica ao modelo de atuação dos Estados Unidos, com elogios à maior efetividade soviética no que tange à estabilização das sociedades em desenvolvimento.

O verdadeiro desafio que os comunistas colocam aos países em modernização não é sua eficiência em derrubar governos (o que é fácil), mas sua qualidade em produzir governos (o que é uma tarefa muito mais difícil). Eles podem não oferecer liberdade, mas oferecem autoridade; eles criam governos capazes de governar. Enquanto os americanos trabalhosamente lutam por reduzir a disparidade econômica, comunistas oferecem aos países em modernização um método testado e aprovado para reduzir a disparidade política. Em meio à violência e ao conflito social que abatem estes países, eles oferecem alguma garantia de ordem política.<sup>12</sup>

A influência do pensamento de Huntington se estende ao desenrolar de eventos da América Latina no período, sobretudo no que tange à atuação dos Estados Unidos sobre a região. Huntington chegou a atuar na formulação da política de “distensão” do regime militar brasileiro, ao ser chamado para visitas como consultor pela ditadura civil-militar do país entre 1972 e 1974<sup>13</sup>.

Os questionamentos de Huntington à efetividade do sistema democrático ficaram claros na obra *The Crisis of Democracy: On the Governability of Democracies*, escrita em parceria com Michel Crozier e Joji Watanuki a pedido da *Trilateral Commission*<sup>14</sup>. Neste estudo, vem à tona o viés pessimista acerca dos rumos da democracia ocidental. Os autores identificam que a sobrecarga de governo, a perda de legitimidade e autoridade, e a desagregação de interesses, colocam as sociedades em um cenário de risco causado pelo surgimento da denominada “democracia anômica” – um sistema político baseado no consenso, mas sem capacidade efetiva de alcançar objetivos. Como diagnóstico, os autores indicam que a máxima “a única cura para os remédios da democracia é mais

---

<sup>12</sup>Idem. Pg 8. Do original: The real challenge which the communists pose to modernizing countries is not that they are so good at overthrowing governments (which is easy), but that they are so good at making governments (which is a far more difficult task). They may not provide liberty, but they do provide authority; they do create governments that can govern. While Americans laboriously strive to narrow the economic gap, communists offer modernizing countries a tested and proven method of bridging the political gap. Amidst the social conflict and violence that plague modernizing countries, they provide some assurance of political order.

<sup>13</sup>SKIDMORE, Thomas. *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985*. Oxford University Press. 1988.

<sup>14</sup>*Trilateral Commission* é um grupo não-governamental fundado por David Rockefeller em 1973, buscando discutir temáticas comuns e cooperação entre Estados Unidos, Europa Ocidental, e Japão.

democracia”, se aplicada, pode ser equiparada a “jogar combustível no fogo”. Dessa forma, os problemas apontados pelo estudo acerca dos Estados Unidos indicam que há um “excesso de democracia”, que precisa ser controlado com a moderação dos princípios democráticos – estes devem ser limitados às áreas onde são “apropriados”<sup>15</sup>.

Anos depois, com mudanças significativas no cenário político global, a continuidade desta última obra combinada à temática do desenvolvimento político, marca das suas primeiras publicações, dá origem a outra publicação de Huntington que teve grande repercussão: *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Lançado em 1991, neste livro Huntington articula o que seriam movimentos e contra-movimentos de expansão da democracia pelo mundo. Quanto à natureza de sua obra, o cientista político afirma não se tratar “nem de um trabalho de teoria, tampouco de um trabalho de história, mas algo entre os dois”, o que, segundo ele, tende a desagradar tanto teóricos quanto historiadores, por não trazer “as generalizações que a teoria valoriza, nem a profundidade que a história prefere”.<sup>16</sup>

Para o autor, a Revolução dos Cravos, em Portugal, no ano de 1974, marcou o início da terceira fase da ampliação da abrangência do modelo democrático pelo mundo. A primeira “onda”, delimita Huntington, se espalha de 1820 a 1926, época de grande aumento do sufrágio nos Estados Unidos e adoção da democracia em 29 países. Um primeiro movimento de refluxo teria início em 1922, com a chegada de Mussolini ao poder e o avanço do fascismo – que derrubou o número de democracias em 1942 para doze. A segunda onda seria resultado direto da vitória aliada na II Guerra, elevando para 36 o número de países democráticos em 1962. A nova contra-onda remete, sobretudo, ao período de ditaduras na América Latina, reduzindo o número de democracias no mundo para 30 países.

Ao escrever o livro no início da década de 1990, e identificar o início da terceira onda na revolução portuguesa de 1974, Huntington questiona em que ponto estaríamos desta nova expansão democrática para – mesmo identificando as limitações das ciências sociais para o prognóstico – projetar o futuro.

---

<sup>15</sup>CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy*. 1975. Trilateral Comission. Pg 113-114.

<sup>16</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press. 1991. Pg 3.

Estamos em que estágio nesta terceira onda? No início de uma longa onda, ou perto do final de uma onda curta? E se a terceira onda for interrompida, será seguida por uma terceira contra-onda significativa, eliminando muitos dos ganhos da democracia nos anos 1970 e 1980? A ciência social não pode dar respostas confiáveis a tais questões, e tampouco qualquer cientista social poderia. É possível, porém, identificar alguns dos fatores que afetarão a futura expansão ou contração da democracia no mundo, e colocar questões que parecem mais relevantes para o futuro da democratização.<sup>17</sup>

No mesmo período em que teve seu livro de divulgação transformado em best-seller de repercussão internacional, Huntington viu um pupilo tomar conta dos holofotes. Francis Fukuyama, seu aluno em Harvard, escreveu, em 1989, o artigo *The End of History?*<sup>18</sup>. Nele, identificava no desfecho da Guerra Fria, que antagonizou o comunismo capitaneado pela União Soviética ao capitalismo liderado pelos Estados Unidos, o principal indício da escolha definitiva das sociedades humanas pela democracia liberal como forma última de organização social – cenário identificado por ele como o “fim da História”. Tal tese – divulgada meses antes da queda do Muro de Berlim – ganhou a linha de frente dos debates acerca do cenário político global, e foi ampliada em livro – *The End of History and the Last Man*<sup>19</sup>, publicado em 1992.<sup>20</sup>

As publicações de Fukuyama influenciaram os passos seguintes de Huntington, que foi rápido em contestar a proposta de seu ex-aluno, publicando, na edição seguinte da mesma publicação, o artigo *The Errors of Endism*<sup>21</sup>. Naquele período, o antagonismo entre as ideias de Huntington e Fukuyama também foi cristalizado em uma série de palestras realizadas entre outubro de 1990 e abril de 1991, que deram origem a um conjunto de artigos e ensaios publicados sob o título *History and the Idea of Progress*<sup>22</sup>. Entre os conteúdos dessa série, dois merecem atenção especial. Um, escrito pelo próprio Fukuyama, em uma réplica articulada

<sup>17</sup>HUNTINGTON, Samuel. *Democracy's Third Wave*. Journal of Democracy Vol.2. No.2 Spring 1991. Do original: At what stage are we within the third wave? Early in a long wave, or at or near the end of a short one? And if the third wave comes to a halt, will it be followed by a significant third reverse wave eliminating many of democracy's gains in the 1970s and 1980s? Social science cannot provide reliable answers to these questions, nor can any social scientist. It may be possible, however, to identify some of the factors that will affect the future expansion or contraction of democracy in the world and to pose the questions that seem most relevant for the future of democratization.

<sup>18</sup>FUKUYAMA, Francis. *The End of History?* The National Interest, Summer 1989.

<sup>19</sup>FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Penguin Books, 1992. Kindle Edition.

<sup>20</sup>SAVOLDI JUNIOR, Antenor. *A Persistência do Fim da História*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

<sup>21</sup>HUNTINGTON, Samuel, *The Errors of Endism*, National Interest 17, Fall 1989.

<sup>22</sup>MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995.



após a publicação de seu artigo de 1989. Se chama *On The Possibility of Writing a Universal History*, e dá os primeiros apontamentos que viriam a ser parte do livro *The End of History and the Last Man*. Outro, escrito por Huntington, intitulado *Political Conflict After the Cold War*, indicando, da mesma forma, o primeiro ensaio do que viria a ser consolidado dois anos depois, na sua proposta de paradigma civilizacional, lançada pelo artigo *The Clash of Civilizations?*<sup>23</sup>, em 1993.

Neste, com o título também em forma de pergunta, em uma referência clara ao artigo original de Fukuyama, Huntington contrapunha-se à noção de fim da História, argumentando que o novo padrão de conflitos que moldaria o futuro do mundo seria o choque entre as diferentes civilizações do globo. Os primeiros avanços de Huntington rumo a sua tese civilizacional são visíveis já ao final de *The Third Wave*, quando nota que uma nova fase da história do mundo moderno se daria com o ressurgimento das identidades culturais e das religiões como fonte dos conflitos e das disputas expansionistas no pós-Guerra Fria.

A proposta é delineada nas primeiras linhas de *The Clash of Civilizations?*, nas quais pistas sobre o conceito de História utilizado pelo autor são explicitadas quando o mesmo afirma que

Com o fim da Guerra Fria, a política internacional sai de sua fase ocidental e sua peça central torna-se a interação entre o Ocidente e as civilizações não ocidentais, e a relação entre estas últimas. Na política das civilizações, as pessoas e governos de civilizações não-ocidentais não mais aparecem como objetos da história e alvos do colonialismo ocidental, mas unem-se ao Ocidente como responsáveis por mover e moldar a história.<sup>24</sup>

Uma vez “resolvida” a disputa ideológica no ocidente, os “não-ocidentais”, antes apenas “objetos” da história e “alvos” do colonialismo, agora seriam colocados ao lado dos ocidentais para “mover” e “moldar” a história. Ao mesmo tempo, Huntington descarta a possibilidade de uma história universal, nos moldes hegelianos, apontando o conceito como parte do instrumental teórico do ocidente na sua busca pela dominação global.

<sup>23</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations? The Next Pattern of Conflict*. Foreign Affairs, Vol. 72, n. 3: 1993.

<sup>24</sup>Idem. Pg 23. Do original: With the end of the cold war, international politics moves out of its western phase and its centrepiece becomes the interaction between the West and non-western civilisations and among non-western civilisations. In the politics of civilisations, the peoples and governments of non-western civilisations no longer remain the objects of history as targets of western colonialism but join the West as movers and shapers of history.

O conceito de uma civilização universal é um produto peculiar da civilização ocidental. No século XIX, a ideia do ‘fardo do homem branco’ ajudou a justificar a extensão do domínio político e econômico do Ocidente sobre sociedades não-ocidentais. Ao final do século XX, o conceito de uma civilização universal ajuda a justificar a dominação cultural do Ocidente sobre outras sociedades, e a necessidade destas em adotar prática e instituições ocidentais. Universalismo é a ideologia do Ocidente para o confronto com culturas não-ocidentais.<sup>25</sup>

Tal cenário, alerta o autor, levaria a uma crescente resistência a valores como “liberdade e democracia”, enfraquecidos por seu uso e apropriação pelo ocidente como forma de universalização de seu modelo político.

Conforme as pessoas definem sua identidade em termos étnicos e religiosos, elas tendem a verificar uma relação *nós vs eles* entre si mesmos e as pessoas de diferentes etnias e religiões. (...) Mais importante, os esforços do Ocidente para promover seus valores de democracia e liberalismo como universais, para manter sua predominância militar e para avançar seus interesses econômicos encontram respostas de outras civilizações. Com menos capacidade de mobilizar apoio e formar coalizões de base ideológica, governos e grupos tentarão cada vez mais mobilizar este apoio apelando à religião comum e à identidade civilizacional.<sup>26</sup>

A proposta de *Choque de Civilizações* ganhou novo fôlego após os atentados de 11 de setembro de 2001. Enquanto a proposta triunfalista de Fukuyama parecia naufragar, a dialética do conflito entre civilizações ocupava posição central no turbulento período. Na semana seguinte à tragédia, um artigo no *Washington Post* traçava o paralelo:

As duas teorias podem sofrer de casos quase letais de exagero e simplificação. Para cientistas políticos, porém, estas são as duas pedras de toque em qualquer debate acerca da direção do mundo. Muitas pessoas que rejeitam ambas as teorias ainda as citam por obrigação – eles são os elefantes teóricos na sala. O velho debate sobre capitalismo vs. comunismo foi substituído por Fukuyama vs Huntington.<sup>27</sup>

<sup>25</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996. Pg 66. Do original: The concept of a universal civilization is a distinctive product of Western civilization. In the nineteenth century the idea of “the white man’s burden” helped justify the extension of Western political and economic domination over non-Western societies. At the end of the twentieth century the concept of a universal civilization helps justify Western cultural dominance of other societies and the need for those societies to ape Western practices and institutions. Universalism is the ideology of the West for confrontations with non-Western cultures.

<sup>26</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations? The Next Pattern of Conflict*. Foreign Affairs, Vol. 72, n. 3: 1993. Pg. 29. Do original: As people define their identity in ethnic and religious terms, they are likely to see an us-versus-them relationship existing between themselves and people of different ethnicity or religion. (...) Most important, the efforts of the West to promote its values of democracy and liberalism as universal values, to maintain its military predominance and to advance its economic interests engender countering responses from other civilisations. Decreasingly able to mobilise support and form coalitions on the basis of ideology, governments and groups will increasingly attempt to mobilise support by appealing to common religion and civilisation identity.

<sup>27</sup>ACHELBACH, Joel. *The Clash*. Washington Post, 16 de dezembro de 2001. Disponível em

Entre sua noção instrumental de história, suas críticas à democracia, e a negação tanto do fim da história quanto da possibilidade de uma civilização universal, a obra de Huntington aparece como um farol conservador, capaz de causar tanto rejeição generalizada, quanto a mobilização e o uso pontual de seus argumentos em diferentes espectros teóricos e políticos. Sua influência no cenário geopolítico internacional se estende por décadas, com sua produção acadêmica e intelectual do autor sendo alvo de debates e análise em cursos de ciência social e política.

No ambiente da teoria da história e historiografia, por outro lado, são mais escassas – embora cresçam – as referências a Huntington nos debates mais atualizados. A proposta de mudança de paradigma na dinâmica das relações internacionais e do futuro da história oferece grandes possibilidades de paralelos com as questões mais caras à teoria da história e à historiografia, sobretudo quando são evocados os dilemas do presentismo, da exaustão da modernidade e do decorrente “mal-estar na história”. Da mesma forma, cresce em importância a análise do percurso historiográfico das principais ideias de um ícone do espectro conservador, em um momento no qual o avanço do conservadorismo é consolidado e identificado simultaneamente em diferentes partes do mundo.

### **Uma pergunta e os caminhos para uma hipótese**

Uma vez explicitada a pergunta que serve de orientação inicial à nossa pesquisa – a busca pela ideia de História na obra de Huntington –, o trabalho de reconstituição dos argumentos do autor torna-se o método fundamental para nosso esforço de investigação dentro do campo da teoria da História e Historiografia. É nossa hipótese que as propostas de Huntington relacionadas ao *controle* e à *dinâmica* da História são os fundamentos que sustentam sua ideia de História.

Desta forma, com base na proposta de reconstituição argumentativa dos textos de Huntington dentro dos referenciais teóricos pertinentes, nosso trabalho de

---

<https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/magazine/2001/12/16/the-clash/c6fa7370-e614-49fc-9b79-57998401c870/> (Acessado em 21/03/2021). Do original: “The two theories may suffer from nearly lethal cases of overstatement and oversimplification. For political scientists, however, these are the two touchstones of any debate about the direction of the world. Many people who reject both theories still cite them dutifully-they’re the theoretical elephants in the room. The old debate about capitalism vs. communism has been replaced by Fukuyama vs. Huntington.

pesquisa é dividido em três partes. A primeira tem como centro a análise produzida por Huntington acerca dos fenômenos de transformação das sociedades, tomando como centro seu livro *Political Order in Changing Societies*. Nesta obra, Huntington fundamenta toda sua tese em conceitos como modernização, revolução, e reforma. Aqui, nosso foco principal é de contextualização dentro do campo da teoria da História, contrastando os conceitos utilizados por Huntington às análises propostas por Reinhart Koselleck. Realizar este contraste conceitual entre os dois autores não tem como objetivo julgar uma suposta qualidade, muito menos uma eventual correção da abordagem de Huntington. A aparente inadequação em aproximar Koselleck, que pensou a crítica de uma modernidade essencialmente europeia, e Huntington, que sempre partiu dos Estados Unidos como referência para suas análises, é um esforço, dentro de um escopo maior, para entender o alcance dos conceitos utilizados como ferramenta para a tese de Huntington dentro da historiografia, e da própria História. O debate conceitual das ideias de Huntington foge à mera especulação filosófica no momento em que seus diagnósticos, prognósticos e sugestões são muitas vezes implementados e testados por governos diretamente no tecido das sociedades.

A segunda parte do trabalho tem seu foco voltado para as reflexões de Huntington sobre a democracia, suas capacidades e seus limites. Após retomar alguns conceitos da Ciência Política para localizar os conceitos de democracia utilizados por Huntington dentro de seu campo acadêmico, voltamos a atenção para a primazia da ordem que permeia a obra do autor e, logo, o mal-estar com a democracia e sua “crise”. O diagnóstico da “terceira onda” democrática – que talvez encontre seus limites nos dias de hoje – parece cruzar caminhos e dividir espaço com a ascensão do presentismo identificado por Hartog.

Nessa intersecção entre fim da utopia e um presente que mostrava o avanço geográfico de um modelo de liberdade democrática frustrado pela desilusão com seus limites práticos, surge o que Jacques Rancière denomina de “ódio à democracia”. Para este, o cenário de enfraquecimento do Estado-nação – apontado entre tantos outros, também por Huntington, que vê nas civilizações a próxima fronteira – faz dos governantes “especialistas”, simples “gestores locais da necessidade histórica mundial”<sup>28</sup>. A “fé” na inevitabilidade do progresso histórico

---

<sup>28</sup>RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. Pg 103.

deixa para trás os retardatários – párias cuja participação democrática impede a realização da necessidade histórica.

Qual é exatamente a necessidade em nome da qual se realizam essas transformações? Que sejam leis históricas inelutáveis, às quais seja inútil se opor, e que prometam para as gerações futuras uma prosperidade que vale o sacrifício desses sistemas de proteção, isso não é uma questão de ciência, mas de fé. (...) A “ignorância” que se critica no povo é simplesmente sua falta de fé. De fato, a fé histórica mudou de campo. Hoje, parece apanágio dos governantes e de seus especialistas.<sup>29</sup>

Huntington, atuando profissionalmente também como consultor político, tem seus olhos voltados para o prognóstico. Suas obras de divulgação trazem inúmeros gráficos e tabelas, aos quais recorre para sustentar sua argumentação. Sobre a função do prognóstico, Koselleck, lembrando Braudel, faz referência aos três níveis temporais – “ações no curto prazo, limitações de médio-prazo, e o longo-prazo, ou as possibilidades permanentemente repetíveis”<sup>30</sup>. Segundo o autor, a articulação entre os três mudou na história recente. Isso porque mesmo “estruturas se tornam eventos”, dada à “pressão de mudança” a qual estamos expostos. Do ponto de vista das disciplinas, ao articular as três dimensões, Koselleck vê a sociologia “forçada” a fazer previsões, “queira ou não”, enquanto, da perspectiva da historiografia,

o acerto do prognóstico deve aumentar se for possível incorporar mais efeitos de contenção no futuro, efeitos de contenção que se tornam calculáveis assim que as condições do quadro econômico e institucional de nossas ações se tornem mais estáveis.<sup>31</sup>

Na segurança de uma dinâmica social controlada, seja em um modelo de democracia consolidado, seja pelo uso da força em “sociedades em mudança”, Huntington sente-se confortável para lançar suas diretrizes acerca do futuro das “civilizações”, em detrimento ao “fim da história”.

O terceiro momento de nossa pesquisa abordará a ideia do choque de civilizações – os caminhos que levam até ela, e os que partem desta que é a proposta pela qual o autor ficou mais conhecido. A noção de choque de civilizações aparece no cenário internacional como uma réplica à proposta de “fim da história”, de Fukuyama, como apontamos, pupilo de Huntington. Entre tantos sintomas de

<sup>29</sup>Idem. Pg 102-103.

<sup>30</sup>KOSELLECK, Reinhart. "The Unknown Future and the Art of Prognosis". In: *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford University Press, 2002. Pg 146.

<sup>31</sup>Idem. Pg 147. Do original: prognostic certainty ought to increase again if it becomes possible to incorporate more delaying effects into the future, delaying effects that become calculable as soon as the economic and institutional framework conditions of our actions become more stable.

mudança de paradigmas que confluem para as temáticas relacionadas à exaustão da modernidade, ambas as propostas parecem pertencer a uma transição caracterizada por François Hartog como a passagem do “regime moderno” para o “regime presentista” de historicidade. Se a relação do “fim da história” com o presentismo é evidente, como se enquadraria, no ferramental proposto por Hartog, a ideia de choque civilizacional – que surge exatamente como oposição àquela?

Se a resposta de Huntington inviabiliza o triunfalismo que enxerga no horizonte uma história universal – levando, a reboque, uma civilização universal –, e também projeta uma nova dinâmica para o futuro das sociedades, seria o “choque de civilizações” uma resistência ao presentismo? O próprio Hartog aponta a proposta de Huntington como “mais ampla e durável” que a de Fukuyama.<sup>32</sup> Com o evidente viés conservador apontado por Hartog, segue o “medo do futuro”, tão presente na exaustão da utopia e entre os principais sintomas presentistas. Notamos, porém, que a proposta de choque civilizatório, para além de sua aparente superficialidade, tem uma fundamental articulação com a obra pregressa de Huntington. Ao fim, nossa investigação identifica tais “continuidades”, que permitem que as ideias de Huntington sejam remobilizadas em cenários previstos e não previstos pelo próprio autor, e acabem apropriadas e readaptadas como um quadro teórico anti-iluminista e antimoderno que serve de sustentação para narrativas vinculadas, sobretudo, a um espectro político emergente dentro da extrema-direita em ascensão.

Nossa construção, inicialmente delimitada pelas grandes temáticas abordadas por Huntington, remete aos próprios espaços temporais da História. No passado, os exemplos e a busca pelo controle em *Political Order in Changing Societies*. O presente exemplificado pela crise e os limites da democracia abordados em *The Third Wave*. O futuro, um espaço de conflito e incerteza com *The Clash of Civilizations*. Na articulação entre essas diferentes obras e suas temporalidades, a conclusão de nossa investigação pretende trazer, além da síntese de uma “História para Huntington”, também reflexões sobre a importância, os limites e os usos da própria obra construída pelo autor. Dentro dos referenciais da Teoria da História, a aproximação com os mais recentes debates sobre *utopia* e *distopia* como categorias de análise podem oferecer um caminho para pensar a obra de Huntington para além

---

<sup>32</sup>HARTOG, François. Experiências do tempo. Da história universal à história global? *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. Tradução de José Otávio Nogueira Guimarães. Pg 134.

dos limites do presentismo.

Da mesma forma, tal visão panorâmica pode servir para percebermos até onde as ideias do autor invadem o espaço (outrora) seguro da historiografia – e o quanto esta, pelo trabalho do historiador, segue se transformando e expandindo seu escopo do passado para o presente, invadindo e delimitando o futuro.

## Capítulo 1

### Ordem ou Progresso

A história dos conceitos, mesmo quando ideologicamente comprometida, nos lembra que a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma.<sup>33</sup>

*Political Order in Changing Societies* é uma obra sobre transformação. Se em seu título a presença da expressão “ordem política nas sociedades” indica o objeto no qual o autor concentrará seu esforço de tese, defendemos que o ponto central e pano de fundo que fundamenta todo o seu argumento espalhado nas centenas de páginas está no verbo *changing* – em mudança, em transformação.

Huntington busca entender, com uma abordagem a mais técnica e cartesiana possível, os fenômenos que levam as sociedades consideradas “em modernização” ao sucesso ou ao caos – em seus termos, à ordem política ou à decadência política.

Pela análise de diferentes casos em um grande número de países, e fazendo uso de métricas e dados estatísticos, Huntington estabelece uma teoria geral do desenvolvimento político das sociedades. Seu principal argumento busca refutar a ideia de que a modernização econômica e social leve necessariamente à estabilidade política. Pelo contrário, sua hipótese é de que a rápida modernização e politização das forças sociais conduz a uma instabilidade cujas estruturas institucionais de uma sociedade podem não estar preparadas para suportar.

Assim como é possível para economistas analisar e debater, enquanto economistas, as condições e políticas que promovem o desenvolvimento econômico, também deveria ser possível para cientistas políticos analisar e debater de modo acadêmico os caminhos e meios para promover a ordem política, seja quais forem as diferenças a respeito da legitimidade e dos interesses nesse objetivo. Assim como desenvolvimento econômico depende, em alguma medida, na relação entre investimento e consumo, ordem política depende, em parte, da relação entre o desenvolvimento de instituições políticas e a mobilização de novas forças sociais para dentro da política. Ao menos, este é o quadro contra o qual eu abordei a questão neste livro.<sup>34</sup>

<sup>33</sup>KOSELLECK, Reinhart. "O Conceito Moderno de Revolução". In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Pg 77.

<sup>34</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968. Do original: Just as it is possible for economists to analyze and to debate, as economists, the conditions and policies which promote economic development, it should also be possible for political scientists to analyze and to debate in scholarly fashion the ways and means of promoting political order, whatever their differences concerning the legitimacy and desirability of that goal. Just as



Publicado em 1968, após quatro anos de trabalho de pesquisa apoiada pelo *Center for International Affairs* da Universidade de Harvard, *Political Order in Changing Societies* tornou-se uma obra clássica da ciência política no período da Guerra Fria. Avaliar seu impacto do ponto de vista dos estudos de recepção e da influência que a mesma trouxe aos debates na área seria um esforço digno de um trabalho exclusivo para este fim, o que foge ao escopo ora proposto.

Porém, nosso percurso permite recolher alguns aspectos do contexto no qual a obra foi produzida e difundida. Especificamente no Brasil, *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança* foi publicado em 1975, sete anos após seu lançamento original, pela Editora da Universidade de São Paulo<sup>35</sup>. O prefácio de Carlos Castello Branco – jornalista que cursou longa carreira na cobertura política, chegando à Academia Brasileira de Letras em 1982 – também nos oferece algumas pistas de contexto para publicação desta obra em um período agudo do regime militar.

O professor Huntington adquiriu entre nós algum renome fora dos círculos especializados por sua presença episódica e superficial na procura de fórmulas de institucionalização do processo iniciado pelo movimento de março de 1964. Ele foi lido por um homem que detinha grande parcela de poder e o convocou, quando soube da sua passagem pelo Rio, a discutir em Brasília esse tema. Da conversa resultou um “paper” que os ministros Leitão de Abreu e Delfim Neto leram com algum ceticismo e com pouco ânimo de lhe aplicar os conselhos. Esse fato lhe terá acrescido os conhecimentos sobre as dificuldades de institucionalização política das sociedades em mudança.<sup>36</sup>

A situação política do Brasil – assim como de diversos outros países considerados exemplos relevantes às teses do livro – é citada com frequência e, dado o contexto de publicação da edição brasileira, vale notar que não há sinal de censura entre o texto original e a tradução, especialmente ao buscarmos trechos potencialmente sensíveis ao governo da época. Por exemplo:

Os militares podem continuar no poder e persistir na sua resistência à expansão da participação política. Neste caso, apesar das intenções que

---

economic development depends, in some measure, on the relation between investment and consumption, political order depends in part on the relation between the development of political institutions and the mobilization of new social forces into politics. At least that is the framework in which I have approached the problem in this book.

<sup>35</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Editora da Universidade de São Paulo, 1975. A tradução foi creditada ao jornalista Pinheiro de Lemos, com revisão técnica de Renato Raul Boschi, professor de pós-graduação do IUPERJ e Coordenador da Cadeira de Sociologia nas Faculdades Cândido Mendes.

<sup>36</sup>CASTELLO BRANCO, Carlos. "Institucionalização e Participação". Prefácio. In: HUNTINGTON, Samuel P., *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Pg 1-6.

possam ter em contrário, são inevitavelmente levados cada vez mais a tomar medidas repressivas. Foi esse o rumo seguido pelos militares brasileiros depois do golpe de abril de 1964 que depôs o governo Goulart. O golpe levou ao poder um regime militar com o apoio de elementos empresariais e tecnocráticos. Mas as eleições estaduais de 1965 no Brasil indicaram claramente que o público votante estava do lado da oposição. Essas eleições levaram os partidários da linha dura entre os militares a exigir a anulação dos resultados das eleições – como os militares argentinos tinham feito em 1962 e como os jovens oficiais turcos tinham tentado fazer em 1961.<sup>37</sup>

No prefácio à reedição de 2006, o pupilo Francis Fukuyama enaltece a importância da obra de seu mestre como “um dos clássicos da segunda metade do século XX, um trabalho que teve enorme influência na maneira como as pessoas pensaram sobre desenvolvimento, tanto na academia quanto no mundo político<sup>38</sup>”. Durante os anos 1950 e 1960, Fukuyama lembra, a “teoria da modernização” era dominante nos debates acerca das transformações sociais ocorridas na transição entre a passagem da produção agrícola para o domínio industrial.

Na esteira dos grandes teóricos sociais europeus do século XIX, a teoria da modernização via a chegada dos diferentes aspectos do moderno como interdependentes e intrinsecamente positivos, em uma espécie de ciclo virtuoso. O desenvolvimento econômico seria acompanhado da secularização e da mudança nas dinâmicas sociais, maior educação e participação política acessível a todos os grupos. Com *Political Order in Changing Societies*, Huntington sugere que durante o processo de modernização de uma sociedade, sua decadência política é tão – ou mais – plausível quanto seu desenvolvimento político. Isso porque o aumento da velocidade da mobilização social tende a ultrapassar o processo de desenvolvimento de instituições políticas capazes de garantir a estabilidade do sistema sociopolítico como um todo.

Além da quantidade considerável de exemplos históricos, concentrados entre a passagem do absolutismo à era moderna, até os dias contemporâneos à produção do livro, no caminho para sua construção teórica, Huntington recorre a conceitos fundamentais que cruzam as fronteiras entre a ciência política, seu campo, e a teoria da História – modernização, progresso, revolução, reforma, crise, aceleração, atraso, entre outros. Não é objetivo de nosso trabalho verificar os acertos e desmentidos

---

<sup>37</sup>Idem. Pg 247.

<sup>38</sup>FUKUYAMA, Francis, Foreword on HUNTINGTON, Samuel P., *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 2006. Do original “one of the classics of late twentieth-century social science, a work that had enormous influence on the way people thought about development, both in academia and in the policy world.”

que o futuro contido dos anos seguintes trouxe aos exemplos históricos utilizados por Huntington. É, no entanto, nosso interesse e desafio – nosso método de trabalho, portanto – contrastar os conceitos utilizados na face teórica de sua obra – conceitos que sustentam as hipóteses do autor –, aos principais referenciais e debates conceituais pertinentes à teoria da História e historiografia.

Nossa preocupação conceitual não é estranha ao próprio Huntington. A exemplo de tantas obras de autores acadêmicos, *Political Order in Changing Societies* é o desdobramento do artigo *Political Development and Political Decay*, publicado três anos antes, em 1965, que adiantou em grande parte os argumentos da obra posterior. O ponto de partida deste artigo conta com uma reflexão conceitual mais direta e menos pulverizada do que aquela presente no livro publicado anos depois. Por este motivo, o esforço do autor em traçar os limites entre o que carrega o conceito de modernização, e como ordem ou decadência política se relacionam com este, nos serve como um bom ponto de partida para sua análise.

### 1.1 Sociedades em movimento, conceitos em transformação

Para tal propósito, é útil fazer a distinção entre desenvolvimento político e modernização, e identificar desenvolvimento político com a institucionalização de organizações e procedimentos políticos. Rápidos aumentos em mobilização e participação, os principais aspectos políticos da modernização, comprometem as instituições políticas. A rápida modernização, em resumo, produz não desenvolvimento político, mas decadência política.<sup>39</sup>

Entre as definições possíveis para desenvolvimento político, Huntington, primeiramente, localiza o fenômeno como um aspecto conectado a um processo mais abrangente do que aquele ao qual se convencionou chamar de modernização. Uma vez que a modernização afeta todos os segmentos da sociedade, a seu aspecto político nos referimos como “desenvolvimento político”. A ligação deste com a modernidade fica evidenciada pelo fato de o termo ser repetidamente equiparado e intercambiado com a ideia de “modernização política”.

---

<sup>39</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *Political Development and Political Decay*. World Politics, Vol 17, N.3, Abril de 1965. Pgs 386-430. Do original: For this purpose, it is useful to distinguish political development from modernization and to identify political development with the institutionalization of political organizations and procedures. Rapid increases in mobilization and participation, the principal political aspects of modernization, undermine political institutions. Rapid modernization, in brief, produces not political development, but political decay.

Porém, Huntington argumenta que esta ligação entre desenvolvimento político e modernização é apenas parte de um processo mais amplo. Outro aspecto da modernização, o desenvolvimento econômico, por exemplo, tem características razoavelmente quantificáveis, e não se confunde com o desenvolvimento político. No entanto, tanto quanto aquele, este último também pode ser aferido e quantificado. Ao investigar na literatura as definições mais recorrentes à temática do desenvolvimento político, Huntington chega às principais características, que tomam forma como processos – e que abordaremos de forma oportuna neste trabalho: racionalização, integração nacional, democratização e mobilização, ou participação. Esta última, argumenta o autor, é a que aparece com maior ênfase e frequência.

Huntington faz uma reflexão que o leva a concluir que a ideia de participação política é o principal elemento da modernização política, e o que oferece a maior distinção entre a política moderna e a política tradicional: modernização traz a mobilização das massas, e estas aumentam sua participação política em um sistema. Ainda assim, a definição de desenvolvimento político resultante desta combinação de fatores parece arbitrária, uma vez que o autor considera que, para ser útil analiticamente, um conceito precisa ser preciso e relevante, e ao mesmo tempo "genérico o suficiente" para permitir sua aplicação à análise comparativa de diferentes situações.

Por isso, Huntington considera que um dos problemas da analogia entre modernização e desenvolvimento político é a limitação espaço-temporal intrínseca do conceito ao estado-nação moderno, ou ao surgimento deste. Isto inviabilizaria a sua aplicação à análise de diferentes modelos de estado não-modernos: do Império Romano à autoridade tribal, da democracia ateniense à cidade-estado feudal – todos teriam um sistema político “subdesenvolvido”, uma vez que não se enquadram no processo de modernização. O problema conceitual acarreta a mesma impossibilidade aos estados-nação modernos, que podem ou não ter um sistema político subdesenvolvido, contrariando a pretensa ligação entre modernização e desenvolvimento político.

Outra problemática nas definições clássicas de desenvolvimento político é vista no alargamento do conceito, para que este carregue todos os aspectos do processo de modernização – urbanização, aumento de renda, alfabetização, participação política etc – tornando sua abrangência inescapável. Desta forma, o “desenvolvimento” torna-se a causa primeira de qualquer efeito, “explicando tudo

sem diferenciar nada”, de guerras a golpes, de disputas étnicas a revoluções. Por este caminho, desenvolvimento político deixa de ser um conceito analítico para tornar-se quase geográfico, equivalente à história política recente de Ásia, África e América Latina.

Isso também leva a outra dificuldade conceitual, uma vez que os atributos “desenvolvido” e “subdesenvolvido” como modelos ideais de sociedade, confundem-se com o conceito de “desenvolvimento” diretamente vinculado às áreas consideradas no presente como “em desenvolvimento”. O factual extraído das sociedades ditas “em modernização” passa a contaminar o conceito de “desenvolvimento” com aspectos e indicadores não necessariamente correlacionados.

Na realidade, apenas algumas das tendências frequentemente abarcadas pelo conceito “desenvolvimento político” parecem ser características de áreas “em desenvolvimento”. Ao invés de uma tendência a competitividade e democracia, houve uma “erosão de democracia” e uma tendência a regimes militares autocráticos e monopartidários. Ao invés de estabilidade, houve repetidos golpes e revoltas. Ao invés de um nacionalismo unificador e de uma construção nacional, houve repetidos conflitos étnicos e guerras civis. Ao invés de racionalização institucional e diferenciação, frequentemente houve a decadência de organizações administrativas herdadas da era colonial, e um enfraquecimento e interrupção de organizações políticas desenvolvidas durante o conflito por independência. Apenas o conceito de desenvolvimento político como mobilização e participação parece aplicável de maneira generalizada ao mundo “em desenvolvimento”. A racionalização, a competitividade e a construção da nação, em contraste, parecem ter uma fraca relação com a realidade.<sup>40</sup>

Do mesmo modo, descartando três dos quatro aspectos mapeados como mais recorrentes, Huntington seleciona a mobilização e a ampliação da participação política como definitiva e fundamentalmente ligadas ao conceito de desenvolvimento político. No mesmo viés, o descompasso entre teoria e a realidade faz Huntington também questionar a reversibilidade dos aspectos inerentes ao conceito de desenvolvimento político: se mobilização e integração nacional são fatores

---

<sup>40</sup>Idem. Do original: In actuality, only some of the tendencies frequently encompassed in the concept “political development” appear to be characteristic of the “developing” areas. Instead of a trend toward competitiveness and democracy, there has been an “erosion of democracy” and a tendency to autocratic military regimes and one-party regimes. Instead of stability, there have been repeated coups and revolts. Instead of a unifying nationalism and nation-building, there have been repeated ethnic conflicts and civil wars. Instead of institutional rationalization and differentiation, there has frequently been a decay of the administrative organizations inherited from the colonial era and a weakening and disruption of the political organizations developed during the struggle for independence. Only the concept of political development as mobilization and participation appears to be generally applicable to the “developing” world. Rationalization, competitiveness and nation-building, in contrast, seem to have only a dim relation to reality.

importantes, então é preciso conceber desmobilização e desintegração. Da mesma forma, a conceituação de desenvolvimento político deve permitir seu contrário, a ideia de decadência política. O autor credita a dificuldade em conceber desenvolvimento político como um processo reversível à sua vinculação aos aspectos da modernização, como urbanização e alfabetização – todos de improvável ou difícil reversão.

Porém, certamente estados modernos e em modernização podem mudar com a perda de capacidades, tanto quanto com seu ganho. Além disso, o ganho em uma capacidade geralmente se dá a custo de outras. Uma teoria do desenvolvimento político precisa estar associada a uma teoria da decadência política. De fato, como sugerido, teorias de instabilidade, corrupção declínio e desintegração política podem nos dizer muito mais sobre as áreas “em desenvolvimento” que seus opostos mais esperançosos.<sup>41</sup>

Outra razão para a dificuldade em conceber a decadência política em meio ao processo de modernização, seria um “poderoso compromisso subjacente com a ideia de progresso”, observa Huntington. Entender como a obra construída pelo autor ao longo de sua vida se coloca em relação às filosofias de progresso é parte importante de nossa investigação.

Apesar de seu próprio alerta, no qual promete evitar que o determinismo geográfico contamine sua conceituação, uma análise geral do livro que sucede e amplia as ideias lançadas no artigo, nota-se que o autor não foge à construção seus argumentos com base em uma distinção geográfica bem clara entre as regiões “já modernizadas”, onde o desenvolvimento político foi bem-sucedido – notadamente, Europa, América do Norte e União Soviética –, e utiliza a trajetória destas como referências para as demais regiões “em modernização” – América Latina, Ásia, Oriente Médio e África.

A mais importante distinção política entre países diz respeito não à sua forma de governo, mas a seu grau de governo. As diferenças entre democracia e ditadura são menores que as diferenças entre os países cuja política incorpora consenso, comunidade, legitimidade, organização, efetividade, estabilidade, e os países cuja política é deficiente nessas qualidades. Estados totalitários comunistas e estados ocidentais liberais pertencem ambos à categoria de sistemas políticos eficazes, mais que frágeis. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética possuem diferentes formas de governo, mas, nos três sistemas, o governo governa. Nessas características,

---

<sup>41</sup>Idem. Do original: Surely, however, modern and modernizing states can change by losing capabilities as well as gaining them. In addition, a gain in any one capability usually involves costs in others. A theory of political development needs to be mated to a theory of political decay. Indeed, as was suggested above, theories of instability, corruption, decline, and political disintegration may tell us a lot more about the “developing” areas than their more hopefully defined opposites.

os sistemas políticos de Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Soviética diferem significativamente de governos que existem em muitos, se não na maioria, dos países em modernização da Ásia, África e América Latina. Eles sofrem com a falta de comida, alfabetismo, educação, riqueza, renda, saúde e produtividade, mas a maior parte destas é reconhecida, com esforços para que algo seja feito a respeito. Além e por trás desses déficits, entretanto, há um maior: a falta de comunidade política e de um governo efetivo, com legitimidade e autoridade.<sup>42</sup>

Como método para definição de seu recorte conceitual, o autor prossegue na tentativa de isolar “desenvolvimento político” de outros termos que cercam e podem confundir-se com a ideia de modernização. Nisso, ao longo de toda a obra o autor faz uso do conceito de *gap* (hiato, diferença), como forma de contrastar aspectos e indicadores de um país e outro, ou dentro de uma mesma sociedade.

Desta forma, Huntington aponta para a existência de um *gap* político entre países mais ou menos desenvolvidos, da mesma forma que existe um *gap* econômico entre eles. Estes, porém, não necessariamente estão correlacionados – uma vez que países com alto desenvolvimento econômico podem apresentar uma situação política caótica, e vice-versa. Os *gaps* também ocorrem dentro de uma sociedade, caso do *gap* urbano-rural, ou do *gap* entre a expansão da mobilização social e da organização política. De maneira geral, e de uma forma que supõe extremamente objetiva – fazendo o uso de gráficos ou descrevendo a combinação entre um eixo horizontal e um vertical para os aspectos analisados, Huntington vê nesses *gaps*, nesses descompassos, a gênese da instabilidade nos sistemas políticos.

Em muitos casos, esse descompasso reflete a abordagem que o modelo norte-americano, quando adotado em outros países, faz do processo de modernização. A estabilidade política seria um resultado natural da combinação

---

<sup>42</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 2006. Pg 1. Do original: The most important political distinction among countries concerns not their form of government but their degree of government. The differences between democracy and dictatorship are less than the differences between those countries whose politics embodies consensus, community, legitimacy, organization, effectiveness, stability, and those countries whose politics is deficient in these qualities. Communist totalitarian states and Western liberal states both belong generally in the category of effective rather than debile political systems. The United States, Great Britain, and the Soviet Union have different forms of government, but in all three systems the government governs.(...) In all these characteristics the political systems of the United States, Great Britain, and the Soviet Union differ significantly from the governments which exist in many, if not most, of the modernizing countries of Asia, Africa, and Latin America. They suffer real shortages of food, literacy, education, wealth, income, health, and productivity, but most of them have been recognized and efforts made to do something about them. Beyond and behind these shortages, however, there is a greater shortage: a shortage of political community and of effective, authoritative, legitimate government.

entre, primeiro, desenvolvimento econômico e, depois, reformas sociais. Porém, o autor defende que estabilidade política e desenvolvimento econômico seriam dois objetivos distintos, não necessariamente conectados, e o descompasso entre eles seria fator de instabilidade no sistema. Huntington aponta que essa abordagem potencialmente equivocada por parte dos norte-americanos teria explicações que remetem à origem de seu sistema político.

Os americanos, como disse de Tocqueville, nasceram iguais e por isso nunca precisaram se preocupar em criar igualdade; eles aproveitaram os frutos de uma revolução democrática sem precisar sofrer uma. Também, a América nasceu com um governo, com instituições políticas e práticas importadas da Inglaterra do século XVII. Assim, americanos nunca precisaram se preocupar em criar um governo. Esse *gap* de experiência histórica os fez particularmente cegos à questão de criar uma autoridade efetiva nos países em modernização.<sup>43</sup>

Desde já, fica evidente o viés da "excepcionalidade americana" que permeia toda a obra de Huntington. O autor, em geral, faz muitas poucas referências a momentos traumáticos da história dos Estados Unidos que contradizem tal excepcionalidade, seja a Guerra Civil, seja a luta pelos direitos civis e pelo fim da segregação, já no século XX.

Além disso, o apelo ao linear e cartesiano, algo que se mostrará característico ao longo de toda a obra de Huntington, fica evidenciado pela recorrência à ideia dos *gaps* como ferramenta argumentativa.<sup>44</sup> Abordaremos os aspectos do conceito de modernidade usados por Huntington em um momento posterior, mas aqui lembramos o viés político do tempo, explicitado por Peter Osborne ao notar como qualidade intrínseca à modernidade a "valorização do novo" como forma de uma "dinâmica temporal que nega a si mesma", permitindo diferentes articulações que competem entre si. Osborne cita Adorno para pensar a modernidade como uma categoria qualitativa, e não cronológica, ou seja, modernidade não como um recorte de tempo posterior ao medievo, mas como uma forma de tempo histórico que produz de maneira contínua o novo e o antigo. A ideia de *gaps* como etapas lineares a

---

<sup>43</sup>Idem. Pg 7. Do original: Americans, de Tocqueville said, were born equal and hence never had to worry about creating equality; they enjoyed the fruits of a democratic revolution without having suffered one. So also, America was born with a government, with political institutions and practices imported from seventeenth-century England. Hence Americans never had to worry about creating a government. This gap in historical experience made them peculiarly blind to the problems Of creating effective authority in modernizing countries.

<sup>44</sup>HUNTINGTON, Samuel. "The Gap: The American Creed Versus Political Authority" in *American Politics: The Promise of Disharmony*.



serem transpostas para que uma sociedade parta de um ponto e alcance outro, mostra o deslocamento de um pressuposto de Huntington, ao menos do ponto de vista das políticas do tempo, que “toma as estruturas temporais das práticas sociais como objetos a serem transformados ou preservados”<sup>45</sup>. Tal leitura leva a crer que os *gaps* identificados por Huntington, como produtos da modernidade, são qualitativos, e não estruturas cronológicas e lineares passíveis de serem superadas.

Da mesma forma, lembramos Hannah Arendt, que pensa o *gap* como uma quebra entre passado e futuro, resultado da corrosão da tradição pela progressão da modernidade. Uma vez que se rompe "o fio da tradição", responsável por manter a ligação entre passado e futuro, o *gap* deixa de ser uma "condição peculiar apenas para a atividade do pensamento", torna-se uma "realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política".<sup>46</sup>

Quando insiste na relação entre estabilidade e participação política, Huntington vale-se de outro conceito fundamental à sua tese: o de institucionalização. Uma instituição política não necessariamente representa uma força social. Porém,

“o nível de desenvolvimento político de uma sociedade depende, em grande parte, do quanto quem atua politicamente também pertence e se identifica com determinadas instituições políticas (...) Na total ausência de conflito social, instituições políticas são desnecessárias; na total ausência de harmonia social, são impossíveis.”<sup>47</sup>

Enquanto em sociedades que o autor qualifica como mais simples e tradicionais, a estabilidade pode ser mantida sem a existência de diferentes instituições para mediar e absorver as ações políticas dos indivíduos e grupos ativos, em sociedades mais complexas, as instituições políticas são cada vez mais específicas e diferenciadas para garantir resiliência ao sistema como um todo. A modernização pode destruir sistemas políticos tradicionais por sua incapacidade de assimilar o crescimento de demandas que só seriam absorvidas em um sistema institucional mais complexo.

A capacidade de institucionalização de cada sociedade, segundo Huntington,

<sup>45</sup>OSBORNE, Peter. *Politics of Time*. Pg XII.

<sup>46</sup>ARENDT, Hannah. *Between Past and Future: Eight Exercises In Political Thought*. Pgs 13-14.

<sup>47</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *Political order in changing societies*. Pg 9. Do original: The level of political development of a-society in large part depends upon the extent to which these political activists also belong to and identify with a variety of political institutions(...) In the total absence of social conflict, political institutions are -unnecessary; in the total absence of social harmony, they are impossible.

também dependeria de uma dimensão moral, diretamente relacionada com o que ele define como “interesse público”. Este seria resultado de um sistema político complexo, no qual as instituições dariam peso aos interesses dos diversos grupos sociais. Enquanto esse modelo é alcançado nas sociedades politicamente desenvolvidas, as demais – caso da América Latina, citada pelo autor – enfrentariam dificuldades resultantes de sua lealdade a grupos familiares ou clãs mais próximos, mas não a instituições políticas mais abrangentes. Fugindo do viés científico e objetivo, e flertando com o determinismo cultural, Huntington considera que a adaptação de sociedades tradicionais às demandas da modernidade depende diretamente de suas “habilidades organizacionais” e das “capacidades” de seu povo, aspectos que o levam a elogiar os japoneses como bem-sucedidos na transição para um sistema econômico e político bem desenvolvido.<sup>48</sup>

Modernização seria, portanto, “um processo multifacetado que envolve mudanças em todas as áreas do pensamento e da atividade humana”. No aspecto psicológico, aponta o autor, há “mudança de valores, atitudes e expectativas”. Enquanto o homem tradicional confiava na continuidade da natureza e da sociedade, e descartava ser capaz de controlar ambas, o homem moderno abraça a possibilidade de mudança, a deseja, e crê em seu próprio papel de agente. Do ponto de vista intelectual, a modernização leva a uma grande expansão do conhecimento do homem sobre seu ambiente, e a difusão desse conhecimento pela sociedade se dá pelo aumento da alfabetização, da comunicação em massa, da educação. O padrão demográfico também muda, com o aumento da expectativa de vida, da mobilidade e, em geral, do aumento da população urbana em relação à rural. Economicamente, há diversificação e complexificação de atividades, a agricultura de subsistência dá lugar à agricultura voltada ao mercado, enquanto indústria e

---

<sup>48</sup>Idem. Pg 29. No original: In Latin America similar traditions of self-centered individualism and of distrust and hatred for other groups in society have prevailed. "There is no good faith in America, either among men or among nations," Bolivar once lamented. "Treaties are paper, constitutions books, elections, battles, liberty anarchy, and life a torment. The only thing one can do in America is emigrate." Over a century later the same complaint was heard: "With a politics of ambush and permanent mistrust, one for the other," argued an Ecuadorean newspaper, "we cannot do otherwise than create ruin and destruction in the national soul; this kind of politics has wasted our energies and made us weak." (...)The prevalence of distrust in these societies limits individual loyalties to groups that are intimate and familiar. People are and can be loyal to their clans, perhaps to their tribes, but not to t broader political institutions. In politically advanced societies, loyalty to these more immediate social groupings is subordinated to and subsumed into loyalty to the state. (...)The ease with which traditional societies have adapted their political systems to the demands of modernity depends almost directly on the organizational skills and capacities of their people. Only those rare peoples possessed in large measure of such skills, such as the Japanese, have been able to make a relatively easy transition to a developed economy and a modern polity.

comércio assumem o protagonismo.

Dentre todos os aspectos da modernização, os mais relevantes para a política são a mobilização social e o desenvolvimento econômico, aferido pelo aumento no total da produção e atividade econômica em uma sociedade, em índices que vão de industrialização a serviços de saúde. Desta forma, Huntington conclui que “mobilização social envolve mudanças nas aspirações de indivíduos, grupos e sociedades”, enquanto o desenvolvimento econômico demanda “mudanças em suas capacidades”. Modernização, porém, exigiria ambos.

Ao refinar seu argumento, Huntington chega ao que considera os três aspectos que definem a modernização política. Em primeiro lugar, a *racionalização da autoridade*, um processo que leva à substituição do poder político investido em autoridades tradicionais, religiosas, familiares e étnicas, por uma autoridade política nacional centralizada. Isso distanciaria a sociedade da ideia de um governo de orientação e determinação divina, e coloca os indivíduos sob um código construído socialmente. Esse processo traz consigo o reforço da integração nacional sob instituições políticas com funções específicas e diferenciadas.

Este é o segundo processo identificado por Huntington como fundamental à modernização política: a diferenciação de funções políticas em instituições distintas, capazes de construir leis, defendê-las de interferência externa, julgar, fiscalizar e administrar, com áreas de competência específicas e hierarquizadas, abandonando a centralização do poder em apenas uma esfera tomadora de decisões.

O terceiro processo é o aumento na participação política dos diferentes grupos constituintes de uma sociedade. Esse aumento pode tanto levar ao maior controle do governo sobre as pessoas – caso de estados totalitários –, quanto ao maior controle das pessoas sobre os governos, caso das democracias mais avançadas. Porém, define Huntington, “em todos os estados modernos os cidadãos tornam-se diretamente envolvidos e afetados pelos assuntos de governo”<sup>49</sup>.

A ideia de modernização, porém, não se limitaria aos fenômenos de racionalização de autoridade, diferenciação de estruturas institucionais e expansão da participação política. Outra importante distinção está no conceito de modernização política como *movimento* de um sistema político tradicional para um moderno, e modernização política enquanto os *efeitos políticos* da modernização

---

<sup>49</sup>Idem. Pg 35. Do original “But in all modern states the citizens become directly involved in and affected by governmental affairs.”

social, econômica e cultural. Para o autor, enquanto o primeiro define uma *direção* na qual a mudança política teoricamente deve ocorrer, o segundo conceito descreve quais mudanças políticas *de facto* ocorrem nos países considerados “em modernização”.

Modernização, na prática, sempre envolve mudança e geralmente a desintegração de um sistema político tradicional, mas não necessariamente envolve um movimento significativo rumo a um sistema político moderno. Apesar disso, a tendência é assumir que o que vale para o processo mais amplo de modernização, vale para a mudança política. Modernização social, em algum grau, é uma realidade na Ásia, África e América Latina: a urbanização é rápida, o alfabetismo cresce, a industrialização é forçada, o PIB per capita sobe, a circulação de mídia de massa se expande. Todos esses são fatos. Em contraste, o progresso em direção a muitos dos outros objetivos identificados por autores como modernização política – democracia, estabilidade, diferenciação de estruturas, padrões de desempenho, integração nacional – são, no melhor dos casos, incertos. Ainda assim, a tendência é considerar que, porque a modernização social está ocorrendo, a modernização política também está.<sup>50</sup>

Essa aproximação do conceito de modernização pelo viés negativo remete ao artigo *Political Order and Political Decay*. Após isolar desenvolvimento político da carga de significados que acompanham *modernização*, o autor agora opera pelo caminho inverso. Que aspectos da modernização trazem *instabilidade* a uma sociedade?

Se a ampliação da participação política é o aspecto fundamental da modernização, a construção de instituições capazes de assimilar esse aumento é tão importante quanto. O conflito entre velhas lealdades e novos valores, com a destruição das bases anteriores de respeito à autoridade, tendem a produzir alienação, desintegração e anomia, antes da consolidação de novas identificações e lealdades. Esse processo, porém, traz em si a gênese de novos conflitos.

Modernização significa que todos os grupos, antigos e novos, tradicionais e modernos, tornam-se cada vez mais autoconscientes de si enquanto grupos, bem como de seus interesses e demandas em relação a outros grupos. (...) A mesma consciência de grupo, entretanto, também pode ser um grande

<sup>50</sup>Idem. Pg 35. Do original: Modernization in practice always involves change in and usually the disintegration of a traditional political system, but it does not necessarily involve significant movement toward a modern political system. Yet the tendency has been to assume that what is true for the broader social processes of modernization is also true for political changes. Social modernization, in some degree, is a fact in Asia, Africa, Latin America: urbanization is rapid, literacy is slowly increasing; industrialization is being pushed; per capita gross national product is inching upward; mass media circulation is expanding. All these are facts. In contrast progress toward many of the other goals which writers have identified with political modernization-democracy, stability, structural differentiation, achievement patterns, national integration-often is dubious at best. Yet the tendency is to think that because social modernization is taking place, political modernization also must be taking place.

obstáculo para a criação de instituições políticas efetivas, que compreendem um espectro maior das forças sociais (...) A modernização, então, amplia o conflito entre grupos tradicionais, entre grupos tradicionais e modernos, e entre grupos modernos.<sup>51</sup>

Em outro esforço de tese, a obra tenta compreender e, por fim, desmentir a existência de uma relação causal entre, nos termos do autor, *atraso socioeconômico* – pobreza – e violência. Se os indicadores mostram que sociedades com altos índices de mobilização social e desenvolvimento econômico são mais estáveis e politicamente pacíficas, uma conclusão seguiria que “modernidade e estabilidade” andam juntas. Daí surge a *Poverty Thesis*: as inferências de que o atraso econômico e social são os responsáveis pela instabilidade, e que a modernização é o caminho para estabilidade. Huntington, porém, discorda, e seu argumento é de que “a modernidade causa estabilidade, mas a modernização provoca instabilidade”. A desordem política não é causada pela “ausência da modernidade”, mas pelos “esforços em alcançá-la”.

“A importante diferença entre os países modernos e os em transição demonstra graficamente a tese de que a modernidade significa estabilidade, e a modernização, instabilidade (...) Não apenas a modernização social e econômica produz instabilidade política, como o grau de instabilidade é relacionado à taxa de modernização. Nos anos 1960, toda nação atrasada era uma nação em modernização. A evidência, no entanto, sugeria que as causas de violência em tais nações estavam na modernização, e não no seu atraso.”<sup>52</sup>

O conceito de *rate* – taxa, ou ritmo, velocidade – na qual a modernização ocorre, também é um índice capaz de provocar instabilidade. O “efeito demonstração”, que torna os países já modernizados referências para aspiração e frustração de países em modernização, seria uma das causas. Nota-se, sobretudo, uma noção de linearidade dos processos descritos pelo autor, que também sugere que o *tempo of modernization*, ou ritmo da modernização “aumentou rapidamente”. Desta forma, a instabilidade se produz na associação entre velocidade de

<sup>51</sup>Idem. Pg 37. Do original: Modernization means that all groups, old as well as new, traditional as well as modern, become increasingly aware of themselves as groups and of their interests and claims in relation to other groups. The same group consciousness, however, can also be a major obstacle to the creation of effective political institutions encompassing a broader spectrum of social forces. (...) Modernization thus increases conflict among traditional groups, between traditional groups and modern ones, and among modern groups.

<sup>52</sup>Idem. Pg 43. Do original: The sharp difference between the transitional and modern countries demonstrates graphically the thesis that modernity means stability and modernization instability (...) Not only does social and economic modernization produce political instability, but the degree of instability is related to the rate of modernization. By the 1960s every backward nation was a modernizing nation. Evidence, nonetheless, did exist to suggest that causes of violence in such nations lay with the modernization rather than with the backwardness.

desenvolvimento econômico e o estágio de desenvolvimento no qual a sociedade se encontra. Tal processo leva Huntington a fazer cruzamentos entre instabilidade e índices de desigualdade econômica e corrupção, para concluir que ambos funcionam como efeitos colaterais do desenvolvimento econômico, e não como causadores da instabilidade. A corrupção, inclusive, refletiria alguns aspectos positivos da modernização – caso do crescimento de riqueza produzida e circulante no país, do aumento do papel institucional do governo (e sua incapacidade inicial de cumpri-lo na totalidade), bem como da inserção de novos grupos de interesse na vida política e econômica da sociedade.

Outro *gap* que a obra considera fundamental aos debates sobre modernização está na tensão entre o mundo urbano e o rural. Se a urbanização é um dos principais sintomas e indicadores da modernização – na cidade concentra-se a pressão por mudança, pela transformação – Huntington vê um acirramento entre a mentalidade tradicional predominante no ambiente rural, e as demandas de grupos urbanos por sua assimilação política. Para o autor, nesse processo, “a cidade e o campo tornam-se nações diferentes, com modos de vida distintos”.

Na combinação entre tantas dicotomias, Huntington encontra talvez o principal ponto de sua tese. Se a estabilidade de uma sociedade depende da relação entre o nível de participação política e o nível de institucionalização política da mesma, temos uma distinção clara entre dois tipos de sociedades. Onde o nível de institucionalização é baixo em relação aos índices de participação política, as forças sociais usam métodos próprios para adentrar a esfera política e fazer valer suas demandas. Estas são as *sociedades pretorianas*. No caso oposto – onde a institucionalização política é alta em relação à participação política – temos uma *sociedade cívica*. Apesar de fazer grande uso de uma linguagem gráfica baseada em duas variáveis, tal relação é objeto do único gráfico presente em toda a obra, o que justifica sua reprodução a seguir: <sup>53</sup>

---

<sup>53</sup>Idem. Pg 79.

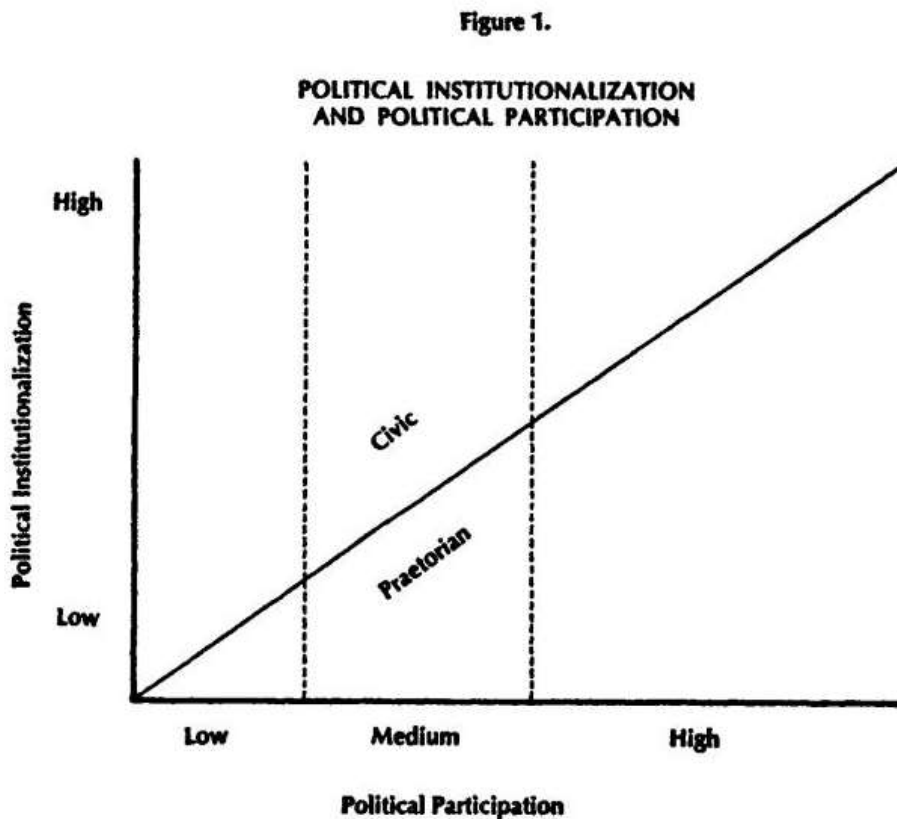


Figura 1:

(Institucionalização Política X Participação Política: Sociedade Cívica ou Pretoriana)

Se a expansão da participação política prejudica as instituições tradicionais, ao mesmo tempo que dificulta o desenvolvimento de instituições modernas, temos a decadência política como resultado imediato da mobilização social e da modernização – a não ser, sugere Huntington, que “medidas sejam tomadas para moderar ou restringir seu impacto”<sup>54</sup>.

Por isso, o autor vê no partido político a instituição mais peculiar ao processo de modernização. Enquanto outras instituições políticas são herdeiras das sociedades tradicionais – caso da burocracia, das assembleias, parlamentos, e mesmo das constituições e eleições, todas com ocorrência em sociedades consideradas não modernas – o partido político existe nas sociedades modernas para organizar e assimilar a participação das massas na política. A existência de uma estrutura partidária (seja ela monopartidária, bipartidária, ou pluripartidária), embora não garantida, é requisito para a estabilidade no processo de modernização.

<sup>54</sup>Idem. Pg 86. Modernization and social mobilization, in particular, thus tend to produce political decay unless steps are taken to moderate or to restrict its impact on political consciousness and political involvement.

Por esse motivo, o partido enquanto instituição política é atacado tanto pelos defensores da tradição, contrários à modernização, quanto pelos promotores da modernização, que buscam alcançá-la da maneira mais rápida e direta, sem as salvaguardas institucionais que atuam como moduladores do processo. É a ideia de *revolução*, contrastada com sua variante moderada e controlada, a *reforma*.

## 1.2 Progresso e atraso: a modernidade como tempo de transição

Huntington localiza historicamente a *modernidade*, sem grande ousadia, em oposição ao *antigo*. Ao refletir sobre os conceitos de movimento na modernidade e sua origem, Koselleck aponta que a expressão “tempo moderno” traz em si a ideia de que o *agora* é novo, se opondo ao passado “seja qual for a profundidade deste passado(...) A expressão *modernus* nunca perdeu o significado de *atual*”. A característica de *novo* ao tempo moderno também indica que o mesmo é qualitativamente diferente e *melhor* que o tempo anterior, já que “o novo tempo indica novas experiências que jamais haviam sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo tempo um caráter de época”.<sup>55</sup>

A sensação de viver na modernidade, no tempo novo em oposição ao antigo, depende de uma nova postura em relação ao futuro. No tempo antigo, o novo se limita ao juízo final, ao último dia. Somente quando o viés cristão da temporalidade limitou seu protagonismo, o futuro se abriu para o homem, que passou a viver na modernidade. A genealogia traçada por Koselleck mostra que já no século XVIII, antes mesmo das revoluções-marco, “vigorou a consciência de que há três séculos se vivia em um novo tempo”, distinto dos anteriores.

Nesse movimento, a história deixa de ser uma mera auxiliar da cronologia, e passa a ser *a história em si*. Koselleck lembra em Kant a ideia de que a cronologia é que deveria reger-se pela história, e os critérios de temporalização a esta serem vinculados. Nesse ponto, a reflexão de Koselleck nos serve como pano de fundo para a exposição de Huntington. Primeiramente, na nova temporalidade, os processos históricos são interpretados dentro de si mesmos, reflexivamente,

---

<sup>55</sup>KOSELLECK, Reinhart. "Os conceitos de movimento na modernidade" In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Pg 274.



“evoluem até o conceito de desenvolvimento estar disponível”. Além disso,

o teorema nascido da experiência da anacronia das histórias diferentes, mas cronologicamente simultâneas, comprova até que ponto o tempo interno das diversas histórias individuais veio a organizar toda a história. Com o descobrimento do globo terrestre apareceram muitos graus distintos de civilização vivendo em um espaço contíguo, sendo ordenados diacronicamente por uma comparação sincrônica.<sup>56</sup>

As comparações ordenaram a história do mundo, que passava a fazer parte da experiência interpretada como um progresso para objetivos cada vez mais avançados. Um impulso constante para a comparação progressiva proveio da observação de que povos, estados, continentes, ciências, corporações ou classes estavam adiantados uns em relação aos outros, de modo que, por fim – desde o século XVIII – pôde ser formulado o postulado da aceleração ou – por parte dos que haviam ficado para trás – o do alcançar ou ultrapassar. Esta experiência básica do “progresso”, que pôde ser concebida por volta de 1800, tem raízes no conhecimento do anacrônico que ocorre em um tempo cronologicamente idêntico. Desde o século XVII as diferenças em relação à melhor organização, ou à situação do desenvolvimento científico, técnico ou econômico passam a ser organizadas, cada vez mais, pela experiência histórica.<sup>57</sup>

O diagnóstico de Koselleck mostra que “no horizonte do progresso, a simultaneidade do não-simultâneo passa a ser a experiência básica de toda a história”. Apenas desta maneira os diagnósticos de Huntington, que colocam sociedades em diferentes “pontos da história”, mesmo que simultâneas cronologicamente, conseguem sustentar-se.

No espaço que se abre entre a experiência e a expectativa, passado e futuro se afastam, e o tempo em que se vive passa a ser de ruptura, mudança e transição. O novo é protagonista e a aceleração torna-se, nas palavras de Koselleck, “uma experiência básica do tempo”. Assim, o *delay*, a ação de retardamento, passou a ser um conceito histórico importante, tanto para conservadores, quanto para os progressistas.

O mesmo vale para as avaliações de aceleração ou contenção das transformações estudadas por Huntington. Desde a Revolução Francesa, explica Koselleck, a história demandava “explicações segundo critérios temporais,

---

<sup>56</sup>Idem. Pg 284.

<sup>57</sup>Idem. Pg 285.

colocadas sob a alternativa de progredir ou conservar, recuperar o tempo ou torná-lo mais lento<sup>58</sup>. A *consciência de movimento* em direção ao progresso distinguia o período moderno dos anteriores. Por isso, não apenas na relação com o passado essa nova temporalidade se impõe. A expectativa pelo futuro, coloca Koselleck, faz com que o tempo moderno não seja mais experienciado como um começo ou como um fim, mas como um *tempo de transição*. E isso passa a exigir um posicionamento ativo para que o futuro seja o desejado.

Desde o final do século XVIII, quando lhes foi dado um nome ou atribuído um sentido, os conceitos de filosofia histórica e da ciência iluministas – inicialmente conceitos teóricos – integraram-se ao arsenal legitimador de todos os grupos políticos e sociais: a “história em si”, que deveria ser criada ou pela qual deveríamos nos sentir responsáveis; o “desenvolvimento” que se deve seguir; o “progresso” que deve ser impulsionado ou freado; o dever, ou mesmo a necessidade, de se ter uma “posição”, de se tomar partido para se poder atuar politicamente; e, por último, e em consequência disso, conforme a posição no espectro dos possíveis projetos de futuro, a tarefa de impulsionar ou ultrapassar outras posições, grupos, estamentos, classes, nações, ciências e conhecimentos.<sup>59</sup>

Esses conceitos fundamentais, elaborados teoricamente, lembra Koselleck, passaram a fazer parte dos discursos de formação, legitimação e ação de todo e qualquer partido – este, a ferramenta moduladora definitiva para o controle da modernidade na construção teórica de Huntington. Koselleck tem reflexão similar sobre a função ferramental dos partidos, que compartilham “a experiência fundamental de movimento, da mudança em direção a um futuro aberto”, característica da modernidade. A disputa dá-se apenas quanto a qual “ritmo e direção a seguir”<sup>60</sup>.

A partir da Revolução Francesa, defende Koselleck, a nova temporalidade redefiniu e reabasteceu o vocabulário político e social. Além de transformar conceitos, criou novos, sobretudo os de sufixo “ismo”, voltados para o futuro e baseados apenas parcialmente na experiência. Socialismo, comunismo, liberalismo, entre outros, contam com uma característica de “compensação temporal” – o que não têm de fundamento passado, vislumbram no futuro. Seus contrários, do

---

<sup>58</sup> Idem. Pg 286.

<sup>59</sup> Idem. Pg 294.

<sup>60</sup> Idem. Pg 295.

monarquismo ao conservadorismo, também abandonariam o passado e enxergam à frente pelo que Koselleck chama de “pressão para o movimento”.

Outros termos são mantidos, mas seu conceito é modificado, caso de *revolução*: não mais repetição e retorno, mas um processo contínuo, uma mudança permanente, impulsionada por crises, guerras e conflitos. O mesmo vale para a *ditadura*, não mais limitada para restauração da ordem, extrapolando o ambiente político e jurídico, e sim um processo histórico de contenção e controle, abarcando também o social.

Conceitos como revolução, emancipação, ditadura, explica Koselleck, agora “visam um processo temporalmente irreversível, que impõe ao agente a responsabilidade, ao mesmo tempo que dela o libera, pois a autogeração está incluída no futuro a que se quer chegar”. Nesses termos, bem como nos “ismos” e em conceitos como *progresso* e *desenvolvimento*, estão contidas as três dimensões temporais em maior ou menor grau de presente, futuro ou passado. Os conceitos, portanto, possuem estrutura temporal interna, uma característica do vocabulário da modernidade. Por isso, “os conceitos políticos e sociais tornam-se instrumentos de controle do movimento histórico. São não apenas indicadores, mas também fatores de todas as mudanças que se estenderam à sociedade civil a partir do século XVIII.<sup>61</sup>”

A modificação conceitual provocada pela modernidade reflete a ampliação do público que é diretamente afetado pela sua utilização. Se no medievo e no antigo modelo o uso do conceito era estagnado por ser limitado à nobreza e aos eruditos, a terminologia ganhou as massas a partir das revoluções, uma vez que estas precisavam ser mobilizadas, esclarecidas e instrumentalizadas conceitualmente. “Para reorganizar a sociedade que deixara para trás a hierarquia das ordens”, aponta Koselleck, “para organizá-la de novo em comunidades e empresas, em associações, grupos, partidos e organizações, era preciso recorrer à antecipação do futuro”.

Outro fenômeno resultante dessa transformação é o fato de os conceitos em disputa tornarem-se cada vez mais amplos e gerais, o que permite que mais grupos e partidos possam fazer uso deles: liberdade, democracia, progresso, defendidos em diferentes perspectivas, voltados para o futuro e pobres em experiência concretas

---

<sup>61</sup>Idem, pg 299.

para definir as disputas. A crítica ideológica coloca a responsabilidade de prova do discurso político nas dimensões temporais que cada conceito carrega, tornando-os relativizáveis, seja pelo *atraso* da sua experiência, seja pela utopia que só poderia ser provada no futuro.

Esses *conceitos de movimento* são o que, para Koselleck, determinam a modernidade como um *tempo de transição*, a descobridora de um “futuro nunca alcançado”.

### 1.3 A racionalização da autoridade: emancipação ou gênese da crise

A participação política cresceu muito mais rapidamente nos Estados Unidos em comparação à Europa. Isso é refletido desde em exigências para participar das votações, até o número de cargos e representantes em diferentes esferas a serem escolhidos. Porém, Huntington sugere que a maior participação política dos americanos não implica que a *modernização política* tenha sido anterior à europeia. Pelo contrário: a *racionalização da autoridade*, bem como a *diferenciação das estruturas* é muito anterior e mais completa no solo europeu.

Segundo sua tese, a “modernização das instituições de governo” ocorreu em três padrões distintos ao longo dos últimos séculos. Na Europa Continental, a racionalização da autoridade era a tendência dominante no século XVII, com a simplificação e centralização do Estado Moderno substituindo a malha de estruturas feudais, e a consolidação da submissão da Igreja ao Estado. O padrão britânico foi similar, com um elemento fundamental de diferenciação: a queda de braço entre a Coroa e o Parlamento teve como resultado o grande aumento de poder deste último.

Já nos Estados Unidos, por outro lado, não teriam ocorrido alterações revolucionárias. Os principais elementos da Constituição Inglesa do século XVI foram importados e ganharam vida na América no momento em que perdiam força na Inglaterra. Com características medievais da Era Tudor, que trazia a supremacia do Estado sobre a Igreja, mas garantindo forte centralização de poder na Coroa e forte senso de identidade nacional. Por isso, o autor identifica um certo anacronismo no moderno sistema político dos Estados Unidos, já que “na América do século XX, há mais traços do reinado Tudor que na Inglaterra do mesmo período”.

Huntington reforça a posição de que leis fundamentalistas e a difusão da autoridade são incompatíveis com a modernização política, uma vez que esta necessita de uma autoridade para centralizar o processo de mudanças. Esta autoridade deve estar centralizada em uma pessoa, ou grupo de pessoas, e não em uma lei imutável. Neste sentido, a utilização do conceito de “direito divino” do rei serviu como legitimador da *transição* entre a política medieval e a moderna, e a centralização do poder como motor da modernização frente à fragmentação de poder no medievo.

A modernidade começa quando os homens desenvolvem um senso da própria competência, quando começam a pensar primeiro que podem compreender natureza e sociedade, e então que podem controlar natureza e sociedade para seus próprios interesses. Acima de tudo, modernização envolve a crença na capacidade do homem pela ação racional para transformar seus ambientes físicos e sociais. Significa a rejeição das limitações externas ao homem, sua “libertação de Prometeus” do controle pelos deuses, fatalidade e destino.<sup>62</sup>

Nos Estados Unidos, mantinha-se a ideia de que os homens respeitam a lei, mas são incapazes de produzi-la. Ali, a lei fundamental ganhou em autoridade ao identificar-se com uma constituição escrita. A autoridade vinha “das pessoas”, não de um soberano centralizador. Porém, aponta Huntington, “soberania popular” é um conceito tão nebuloso quanto “soberania divina”. Isso fazia os Estados Unidos reproduzirem o sistema *Old Tory*, da era Tudor: o presidente emulava o papel do rei, defendendo os interesses da comunidade como um todo, enquanto os representantes eleitos defendiam seus interesses locais. Na Inglaterra, o *Old Tory* foi substituído pelo *Old Whig*, no qual o Parlamento reduz a influência de interesses locais de seus representantes e assume o papel de representante de toda a nação, anteriormente atribuído à Coroa. Como apontado por Huntington, o modelo de representação política nos Estados Unidos mantém a característica localista de origens no século XVI da Inglaterra.

Para o autor, a prevalência de guerras e conflitos ao longo do século XVII foi importante fator de modernização política na Europa, que trouxe a necessidade de construção de um estado nacional unificado, com exército regular e supressão de

---

<sup>62</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *Political order in changing societies*. Pg 99. Do original: Modernity begins when men develop a sense of their own competence, when they begin to think first that they can understand nature and society, and then that they can control nature and society for their own purposes. Above all, modernization involves belief in the capacity of man by reasoned action to change his physical and social environments. It means the rejection of external restraints on men, the Promethean liberation of man from control by gods, fate, and destiny.

dissidências internas – “*war was the stimulus to state building*”. O cenário era diferente nos Estados Unidos durante o período. Mesmo a manutenção de um exército regular não era bem visto, e somente após as duas grandes guerras a preferência por milícias de soldados-cidadãos deu lugar à consolidação do uso de força militar específica e exclusiva nos Estados Unidos.

Huntington retoma Tocqueville ao afirmar que os Estados Unidos nasceu moderno e pôde se adequar a um sistema de governo antigo. Este sistema só é compatível com uma sociedade moderna, mas não com uma sociedade tradicional em modernização. Na América Latina, por outro lado, a anacronia ocorreria pela imposição de instituições republicanas, inspiradas na revolução francesa e no modelo norte-americano, sobre um sistema feudal. Assim, Huntington nota a “irrelevância” do modelo norte-americano como sistema a ser seguido nos países em modernização. A cada período histórico, haveria um tipo de sistema político que parece mais relevante às demandas e necessidades contemporâneas – um *pattern state*. Se no século XVII a monarquia Bourbon era a referência, e no XIX o parlamentarismo britânico, Huntington vê no sistema de partido único de China e União Soviética o *pattern state* do século XX. Seu argumento tem como base os benefícios que a *concentração do poder* traz à estabilidade de um sistema político em modernização.

O processo que Huntington identifica como *racionalização da autoridade*, e seu papel fundamental como um dos gatilhos para o processo de modernização e para o colapso do absolutismo, remete a uma análise muito mais profunda, de outra alçada, promovida por Reinhart Koselleck. Em sua obra fundamental, *Crítica e Crise*, o alemão lança a hipótese de que “a história europeia expandiu-se em história mundial e cumpriu-se nela, ao fazer com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente”<sup>63</sup>. Isso porque o Iluminismo destruiu o absolutismo por dentro, ao tornar-se *utópico*, na medida em que não se reconhecia como *político*.

A pressão pela demanda de racionalidade teria pressionado o estado absolutista apenas até certo ponto. Como forma de “compensação”, o esclarecimento iluminista foi gestado, protegido e incentivado dentro próprio sistema absolutista. Essa nova filosofia pregava a História como progresso, e prometia a vitória à nova elite intelectualizada, mesmo sem conflitos ou guerra civil – como

---

<sup>63</sup>KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Pg 9.

ocorreu na Inglaterra de 1688, quando a balança de poder deixou a monarquia e pendeu para o parlamento pela primeira vez. Na Europa continental, a crítica levou a crise entre poder e sociedade a outros termos.

A oposição entre o velho e o novo é reproduzida na dinâmica entre Europa e América após o descobrimento do *Novo Mundo*. Nele, o processo histórico e moral se resolveria, deixando o despotismo corrupto para trás. A ascensão do novo mundo e o colapso do velho mundo são um mesmo processo interdependente, e a liberdade das colônias seria a confirmação do prognóstico histórico.

Resultado dos conflitos religiosos, a nova organização política adotada pelo estado absolutista teria permitido, segundo Koselleck, um “espaço de indiferença”, livre da religião e da política, destinado à moral privada. No modelo tradicional, a limitação do súdito em relação à religião e a seu soberano era definitiva. Agora, o indivíduo desprovido de poder político e desvinculado da religião, passa a operar dentro desta moralidade privada em sentido de oposição ao estado absolutista. Desta forma, “a separação, realizada pelo Estado, entre política e moral volta-se contra o próprio Estado, que é obrigado a aceitar um processo moral”<sup>64</sup>. No processo, o soberano torna-se imoral e deve ser combatido, a escatologia religiosa transforma-se em utopia, e a história passa a ser a promessa de um futuro passível de planejamento. Esse utopismo, sugere Koselleck, foi resultado de um “mal-entendido” em relação à política que foi fixado como filosofia da história – o que tornou a crise permanente.

A concentração de poder no soberano absolutista – processo visto como fundamental por Huntington – moldou um sistema que, eventualmente, inviabilizou o próprio absolutismo, julgado a partir da nova moral universal. A racionalização da autoridade identificada por Huntington alienou o súdito da política, transformando-o no cidadão que direcionou sua fé para a utopia garantida pelo processo histórico. “A utopia”, explica Koselleck, “como resposta ao absolutismo, inaugura o processo dos tempos modernos, que há muito havia deixado sua situação inicial para trás. Mas a herança do Iluminismo ainda é onipresente”<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup>Idem. Pg 16.

<sup>65</sup>Idem. Pg 161.

#### 1.4 A modernização inevitável: tutela, revolução ou reforma

O sistema político pode responder à modernização sendo destruído e recriado pela *revolução*, ou sendo protagonista no controle das transformações, obtidas por meio de *reforma*. No uso de Huntington, reforma significa

a mudança de valores tradicionais e comportamentos padrões, a expansão da educação e da comunicação, a ampliação das lealdades da família, vila e tribo à nação, a secularização da vida pública, a racionalização das estruturas de autoridade, a promoção de organizações com funcionalidades específicas, a substituição de critérios de status por desempenho, e a ampliação da distribuição equitativa de recursos materiais e simbólicos.<sup>66</sup>

Para lidar com a modernização, um sistema político deve ser capaz de promover reformas políticas e sociais por ação do estado e assimilar as novas forças sociais resultantes daquela modernização – ou provoca a alienação destas forças, gerando conflito e repressão. A capacidade de um sistema em propor inovações tem relação com a dispersão de poder no mesmo. Em um sistema com poder disperso entre diversos grupos de interesse, há muitas demandas e pouca adoção das mesmas. Em um sistema no qual o poder é centralizado, existem menos demandas, mas a adoção das mesmas é proporcionalmente muito maior. Para Huntington, isto diferenciava os Estados Unidos, exemplo do primeiro caso, do poder centralizado da União Soviética, no segundo caso.

Modernização, portanto, é também um processo de redistribuição e alteração na quantidade de poder dentro de um sistema político. Dependendo da perspectiva, há concentração, expansão ou dispersão de poder pelo sistema. No caminho para a modernização, geralmente, o primeiro desafio seria *concentrar* o poder – de um sistema tradicional feudal, por exemplo, para depois expandir esse poder ao assimilar os novos participantes do sistema político. Finalmente, os grupos passam a demandar a dispersão do poder pelo sistema. Enquanto o sistema de partido único consegue concentrar e expandir o poder político, o sistema pluripartidário consegue assimilar os grupos, mas não transforma as demandas em reformas.

Existiriam, então, *níveis de desenvolvimento*, que guardam relação com a

---

<sup>66</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *Political order in changing societies*. Pg 140. Do original: the changing of traditional values and behavior patterns, the expansion of communications and education, the broadening of loyalties from family, village, and tribe to nation, the secularization of public life, the rationalization of authority structures, the promotion of functionally specific organizations, the substitution of achievement criteria for ascriptive ones, and the furthering of a more equitable distribution of material and symbolic resources.



forma política de um sistema. Um estado feudal, fragmentado por característica, estaria em um estágio anterior da modernização se comparado a um estado burocrático centralizado. Este, com maior concentração de poder, tem maior capacidade de implantar reformas, mas conforme a modernização avança, passa a enfrentar as dificuldades de assimilação de novos grupos à vida política. Apesar da centralização, a raiz da questão está na legitimidade. No longo prazo, um sistema de poder centralizado tem dificuldades em sustentar-se até o final de um processo de modernização, já que está na descentralização em partidos políticos e eleições o método para assimilação de novos grupos. A conclusão de Huntington é que a modernização e o processo de aumento de participação política intrínseco à mesma são menos violentos em sistemas que guardam o pluralismo resultante da fragmentação do feudalismo. É o que o autor chama de *King's dilemma*: a centralização permite reformas, mas a repressão coíbe a ampliação da participação política. Se a modernização é inevitável, a capacidade de reduzir o descontentamento das múltiplas forças sociais declina conforme a própria modernização avança. A alternativa de reduzir e controlar o ritmo do processo para não modernizar-se tem um prognóstico fatal: monarquias tradicionais dificilmente mantêm sua capacidade de reformas antes de lidar com o resultado das mesmas.

A necessidade de *controle* para que o processo de modernização não se precipite em uma revolução traz a questão da utilidade da tutela militar em países em desenvolvimento. Huntington tem apreço especial pelo tema. Em sua primeira obra de fôlego, *The Soldier and the State*, publicada em 1957, o autor examina as origens e a natureza das relações cívico-militares, e coloca a segurança nacional como objetivo principal da política norte-americana.

Seria a militarização um elemento de modernização política nos países dito atrasados? O autor tem posições polêmicas também nessa vereda. Por exemplo, garante que o apoio dos Estados Unidos à tomada de poder por exércitos em diversos países não pode ser considerada como uma causa da militarização no terceiro mundo – uma vez que esta ocorre também sem este apoio, em diversos casos. O autor considera que o treinamento militar é “politicamente estéril”. Mas a formação social da classe militar, “com seu *ethos* de servidor público, postura heroica e origem social na classe média baixa”, também não garantiria a legitimidade da militarização, já que em muitos casos os militares atuam em causa própria.

Para Huntington, as causas de intervenções militares nos países em desenvolvimento têm sua origem na natureza política, e não militar. Novamente, a modernização promove o ambiente propício – ou melhor, caótico – para que a militarização se apresente como solução. Em uma sociedade pretoriana, a politização de diversas forças e grupos sociais leva ao conflito entre estes. Os militares, para Huntington, são apenas mais um grupo buscando atender suas demandas – mesmo em sociedades estáveis politicamente, caso dos Estados Unidos e da então União Soviética, a busca por melhores salários e maiores investimentos na área militar é constante. Em sociedades em desenvolvimento, simultaneamente ao processo de expansão de mobilização, os militares disputam o balanço de poder e status dentro do sistema político em transformação. Se no controle da esfera política a *corrupção* é a manifestação da intervenção da riqueza na esfera política, o *clericalismo* é a intervenção dos líderes religiosos, então a intervenção militar na política levaria ao *pretorianismo*.

Uma sociedade pretoriana é uma sociedade fragmentada e amplamente politizada, com ativa participação política de diversos grupos sociais em um movimento de demanda pelo poder político. Novamente, as causas do acionamento político desses grupos – militares, sindicatos, estudantes, empresários – não estaria na natureza intrínseca de cada um, mas no movimento de transformação na estrutura da sociedade. O aumento generalizado da participação política provoca a incapacidade das instituições em mediar, refinar e moderar as ações políticas dos grupos. Manifestações estudantis, greves lideradas pelos sindicatos, corrupção e propina por parte dos empresários são as ferramentas dos grupos sociais em movimento de assimilação ao sistema. A intervenção militar seria, então, a ferramenta mais dramática e efetiva em uma sociedade onde o poder está em disputa. Sua eficácia, porém, é limitada

Enquanto a estabilidade de um sistema cívico varia diretamente conforme o escopo da participação política, a estabilidade de uma sociedade pretoriana varia inversamente ao escopo da participação política. Sua durabilidade declina conforme a participação aumenta. Oligarquias pretorianas podem durar séculos, sistemas de classe média, décadas; mas sistemas pretorianos de massa geralmente duram poucos anos. Ou ele é transformado pela conquista de poder por um partido totalitário, como na Alemanha de Weimar, ou as elites tradicionais buscam reduzir o nível de participação por meios autoritários, como na Argentina. Em uma sociedade sem instituições políticas efetivas, e incapaz de desenvolvê-las, o resultado final da modernização

social e econômica é o caos político.<sup>67</sup>

Em diferentes estágios de modernização, Huntington desenha e identifica padrões de atuação das intervenções militares. Segundo ele, o militar pode atuar como reformador, como guardião, ou como construtor de instituições. No caso da transição de um sistema absolutista ou oligárquico para uma sociedade pretoriana radical, com diversos grupos mobilizados, o militarismo aparece como representante da classe média, e opera em um caráter reformista, geralmente com um plano de desenvolvimento nacional por meio de reformas econômica e social, ampliando a participação política limitada às elites monárquicas ou oligárquicas.

As sociedades pretorianas identificadas por Huntington, espalhadas por Ásia, América Latina e África, estariam “nos estágios médios da expansão da participação política”, entre o pretorianismo oligárquico e o pretorianismo de massas. Nesse momento, a instabilidade é precipitada pelo distanciamento entre o urbano e o rural. É nesse *gap* que, novamente, Huntington encontra as raízes para o pretorianismo radical. A manutenção de um governo durante o período de transição dependeria de sua capacidade em valer-se da resistência conservadora do campo para limitar o poder de transformação demandada pelas massas urbanas.

A intervenção militar seria, então, uma resposta à escalada de conflitos frente à decadência das instituições tradicionais. A função militar seria interromper a rápida mobilização social e política, limitando assim a violência política. A primazia militar frente aos demais grupos sociais se dá pelo fato de que, enquanto esses *pressionam* o governo, os militares, por sua estrutura, podem *substituir* o governo, gerando uma “ordem transitória” em uma sociedade pretoriana.

Conforme o processo de modernização avança e a sociedade muda, também o papel militar se transforma. Em uma sociedade oligárquica, o soldado surge como radical e reformador. Quando as classes médias entram na esfera política, o soldado assume um papel de participante e árbitro. Já em uma sociedade na qual as massas aderem ao jogo político, o soldado torna-se conservador e é visto como guardião da

---

<sup>67</sup>Idem. Pg 198. Do original: The stability of a civic polity thus varies directly with the scope of political participation; the stability of a praetorian society varies inversely with the scope of political participation. Its durability declines as participation rises. Praetorian oligarchies may last centuries; middle-class systems, decades; mass praetorian systems usually only a few years. Either the mass praetorian system is transformed through the conquest of power by a totalitarian party, as in Weimar Germany, or the more traditional elites attempt to reduce the level of participation through authoritarian means, as in Argentina. In a society without effective political institutions and unable to develop them, the end result of social and economic modernization is political chaos.

ordem. Desta forma, conclui o autor, quanto mais atrasada a sociedade, paradoxalmente, mais progressista é a casta militar. Da mesma forma, esta tende a ser proporcionalmente conservadora e reacionária em sociedades mais avançadas nos estágios de modernização.

As juntas militares podem exercer o poder, mas sabem que não terão que ser responsáveis pelas consequências de suas ações, já que sempre podem devolver a autoridade aos civis quando os problemas de governança se tornam muito grandes. É possível pensar na criação de um sistema de balanceamento, com os civis fazendo o seu melhor para evitar uma intervenção militar, e os militares fazendo o que podem para escapar dos traumas da política. Na verdade, esse sistema traz à tona o pior dos dois lados.<sup>68</sup>

Na construção teórica de Huntington, a intervenção militar parece operar sempre no contrafluxo das transformações inescapáveis da modernidade, funcionando como uma ferramenta que possui um papel modulador de controle da velocidade no processo de transição de uma sociedade em modernização.

Na norma política, o conservador é devotado à estabilidade e à preservação da ordem, enquanto o radical ameaça a estas com mudanças abruptas e violentas. Mas qual o sentido que os conceitos de conservadorismo e radicalismo possuem em uma sociedade completamente caótica, na qual a ordem deve ser criada através de um ato positivo de vontade política? Em tal sociedade, quem então é o radical? Quem é o conservador? Não é o verdadeiro conservador um revolucionário?<sup>69</sup>

A revolução é traumática, e os esforços institucionais são no sentido de evitá-la. Mas a revolução é, também, um atraente atalho para a modernização. Huntington define revolução como uma “rápida, fundamental e violenta mudança interna nos valores e mitos dominantes em uma sociedade, em suas instituições políticas, estrutura social, liderança, atividades e políticas do governo”<sup>70</sup>.

<sup>68</sup>Idem. Do original: The military juntas may exercise power, but they know that they will not have to be responsible for the consequences of their action, for they can always turn authority back to the civilians when the problems of governance become too much for them. One might think that a system of checks and balances would develop, with the civilians attempting to do their best in order to avoid military intervention, and the military attempting to do their best in order to escape from the traumas of politics. In actuality, however, this type of system seems to bring out the worst in both sides.

<sup>69</sup>HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in Changing Societies*. Yale University, 1968. Pg 263. Do original: In the normal polity the conservative is devoted to stability and the preservation of order, while the radical threatens these with abrupt and violent change. But what meaning do concepts of conservatism and radicalism have in a completely chaotic society where order must be created through a positive act of political will? In such a society who then is the radical? Who is the conservative? Is not the only true conservative the revolutionary?

<sup>70</sup>Idem, pg 264. Do original: A revolution is a rapid, fundamental, and violent domestic change in the dominant values and myths of a society, in its political institutions, social structure, leadership, and government activity and policies.

A definição do que não é revolução é tão importante quanto o próprio conceito. Insurreições, rebeliões, revoltas, golpes e guerras de independência não poderiam ser consideradas revoluções, uma vez que a simples troca de liderança de governo, disputas entre grupos domésticos ou externos não necessariamente trazem mudanças na estrutura social de uma sociedade. O que ele chama de revoluções, diz o autor, é o que outros chamariam de grandes revoluções ou revoluções sociais – com as revoluções Francesa, Mexicana, Chinesa, Russa e Cubana como exemplos definitivos. Isso porque Huntington considera as revoluções como fenômenos raros, nunca experienciados pela maioria das sociedades, restritos historicamente à modernidade. Revoltas, mudanças dinásticas e guerras foram recorrentes nas grandes civilizações do passado, mas o aspecto de revolução social seria característico da modernização.

Revolução é a expressão definitiva da perspectiva de modernização, a crença de que está sob o poder do homem controlar e mudar seu ambiente e que ele possui não só a habilidade, mas o direito de fazê-lo. Por essa razão, Hannah Arendt observa, “violência não é mais adequada para descrever o fenômeno da revolução que mudança; apenas onde a mudança ocorre no sentido de um novo começo, onde violência é usada para construir uma forma totalmente diferente de governo, de produzir um novo organismo político... podemos falar de revolução”.<sup>71</sup>

Huntington cita a Revolução Inglesa no século XVII como a precursora da revolução moderna, já que, apesar de seu discurso religioso, suas propostas eram radicalmente modernizantes, com o parlamento assumindo o protagonismo em uma sociedade que após isso foi paulatinamente secularizada. A Revolução Francesa trouxe a “consciência de revolução”, alastrando seu exemplo e fomentando a criação de doutrinas revolucionárias.

Revolução é, portanto mais um dos aspectos possíveis da modernização. Como fenômeno histórico limitado, e não como uma categoria universal, ela não seria capaz de ocorrer em sociedades extremamente tradicionais e pouco complexas, tampouco em sociedades completamente modernas. Da mesma forma que a violência e a instabilidade, Huntington só vê a revolução como possível em

---

<sup>71</sup>Idem, pg 265. Do original: Revolution is the ultimate expression of the modernizing outlook, the belief that it is within the power of man to control and to change his environment and that he has not only the ability but the right to do so. For this reason, as Hannah Arendt observes, "violence is no more adequate to describe the phenomenon of revolution than change; only where change occurs in the sense of a new beginning, where violence is used to constitute an altogether different form of government, to bring about the formation of a new body politic... can we speak of revolution.

sociedades em transformação, nas quais “os processos de modernização política e desenvolvimento político *se atrasaram* em relação aos processos de mudança econômica e social”<sup>72</sup>.

Se o aumento da participação política é intrínseco à modernização, a revolução ocorre quando esse aumento é explosivo. A revolução, porém, para ser completa, depende da criação e institucionalização de uma nova ordem política. Para o autor, portanto, uma revolução bem sucedida combina rápida mobilização política e rápida institucionalização política. Nesse sentido, são identificados dois padrões revolucionários, o ocidental e o oriental. Enquanto no ocidente, o antigo regime cai, novos grupos são mobilizados para a esfera política e novas instituições são criadas – casos das revoluções Francesa, Russa e Mexicana – o modelo oriental traria primeiro a entrada de novos grupos à política, à criação da nova ordem institucional, para só então a velha ordem ser derrubada – caso da maior parte das revoluções coloniais e do Vietnã. A revolução Chinesa combinaria os dois modelos em suas duas fases, observa o autor. Sintoma destas diferenças, as datas comemorativas das revoluções do Ocidente seriam a de seu início, enquanto no Oriente, a de seu desfecho.

Outro padrão identificado seria quanto à dinâmica da revolução na forma de lidar com o *gap* entre a sociedade urbana e rural. Enquanto no Ocidente a revolução vem da cidade para conquistar o apoio do campo, no Oriente aquela vem do campo para dominar as capitais. A explicação para isso seriam os modelos geralmente derrubados: enquanto no Ocidente são sociedades monárquicas e oligarquias tradicionais, opondo moderados e radicais, no Oriente o conflito é entre revolucionários e um governo que deu os primeiros passos no sentido da modernização. No Ocidente, o terror vem nos estágios finais da revolução, enquanto no Oriente, este é seu início.

O grupo revolucionário por natureza, neste escopo, é a classe média – cujo nascimento no âmago das sociedades tradicionais é um evento traumático por si só. Desta forma, a oposição ao regime germina nas cidades, onde está baseada a classe média, com sua *intelligentsia* e seus estudantes, nascidos para a oposição. Esta oposição urbana teria a capacidade de mudar governos, mas não de construir

---

<sup>72</sup>Idem, pg 265. Grifo nosso. Do original: Like other forms of violence and instability, it is most likely to occur in societies which have experienced some social and economic development and where the processes of political modernization and political development have lagged behind the processes of social and economic change.

uma revolução – a não ser que consiga o apoio do campesinato.

Nas fases iniciais da modernização, a estabilidade de um governo estaria no domínio do campo. O mundo rural funcionaria como fiel da balança para um sistema. Caso tenha apoio do campo, o governo tem muito mais chances de lidar com a oposição urbana. Caso esta se alie aos movimentos camponeses, a revolução tende a ser completa – como visto nos casos da França, Rússia e China. Aproximar o *gap* entre cidade e campo é, portanto, um desafio tanto para governos, quanto para revolucionários. Neste desenho, o fator capaz de aliar revolucionários do campo e da cidade é o nacionalismo. Huntington aponta que é possível existir uma guerra nacionalista sem revolução – caso dos Estados Unidos – mas uma revolução social completa necessariamente é uma revolução de cunho nacionalista.

A grande “conquista” de uma revolução, aos olhos do autor, é seu efeito de mudança em valores políticos e atitudes. A assimilação das massas anteriormente excluídas da esfera política, que passam a se identificar com o sistema. Os representantes da antiga ordem são excluídos. Nas palavras de Huntington, “o objetivo da revolução é uma nova comunidade homogênea”.

Nesse aspecto, nem mesmo as revoluções Inglesa e Francesa teriam sido bem sucedidas, uma vez que não foram capazes de criar e fixar instituições revolucionárias. Enquanto a Inglesa terminou em um acordo de consenso não-revolucionário, a Francesa não teve consenso e estendeu seus efeitos de crise pelo século seguinte. Para Huntington, ambas as revoluções ocorreram *muito cedo*. Elas ampliaram a participação política, mas não construíram instituições capazes de garantir a manutenção dessa participação – os partidos. Todas as grandes revoluções do século XX – da Rússia à China, do México à Iugoslávia – foram bem-sucedidas em implantar uma nova ordem política capaz de estabilizar a convulsão social, com base na centralização do poder em um sistema de partido único. Por isso, o autor coloca no século XX o verdadeiro século das revoluções, e o êxito destas na vitória do governo monopartidário.

Se no mundo real a ocorrência da definição ideal de *revolução* é limitada, mais ainda é a de sua alternativa, a *reforma*. Huntington as difere pela *velocidade, alcance e direção de mudança* nos sistemas sociopolíticos.

Uma revolução envolve mudanças rápidas, completas e violentas em valores, estruturas sociais, instituições políticas, políticas de governo e liderança sociopolítica. Quanto mais completas essas mudanças, mais *total* é a

revolução. Uma “grande revolução” ou “revolução social” significa importantes mudanças em todos esses componentes do sistema social e político. Mudanças de alcance limitado e rapidez moderada nas lideranças, nas políticas e nas instituições políticas podem ser, por sua vez, classificadas como reformas. Nem todas as mudanças moderadas, entretanto, são reformas. O conceito de reforma implica algo sobre a direção das mudanças, bem como sobre seu alcance e ritmo (...) significa uma mudança na direção de uma maior igualdade política, econômica e social, um aumento de participação na sociedade e na comunidade política. Mudanças moderadas na direção oposta são melhores definidas como “consolidações”, e não reformas.<sup>73</sup>

O reformador sofre oposição tanto do revolucionário quanto do conservador. Enquanto o revolucionário trabalha pela polarização da sociedade entre as forças *progressistas* e as *reacionárias*, o reformador precisa ser ainda mais sofisticado em sua capacidade de manipular as forças sociais para que elas se tornem resilientes e fluidas. Enquanto o revolucionário busca a rápida expansão da mobilização política para então gerar alterações na estrutura social e econômica, o conservador faz oposição tanto ao aumento na participação política, quanto às mudanças estruturais. Para ter sucesso, o reformador precisa agir de forma *controlada*, equilibrando as mudanças na estrutura socioeconômica com as alterações nas instituições políticas, sem que uma prejudique a outra. Huntington encontra dois padrões reformistas: a abordagem *blitzkrieg* provoca o maior número de alterações no período inicial de seu governo, enquanto a abordagem *fabiana*<sup>74</sup>, ou gradual, isola as diferentes reformas e tenta implementá-las paulatinamente.

Apesar de aparecer como alternativa à revolução, reformas políticas, sociais e econômicas relevantes dificilmente não são acompanhadas de violência. Huntington cita exemplos da abolição da escravidão e da reforma agrária como reformas profundas, capazes de causar fortes conflitos com os representantes da ordem tradicional.

As posições mais consolidadas da teoria política referenciadas por Huntington costumam ver na reforma gradual um substituto à revolução. Porém, o autor lembra

<sup>73</sup>Idem. Do original: A revolution involves rapid, complete, and violent change in values, social structure, political institutions, governmental policies, and social-political leadership. The more complete these changes, the more total is the revolution. A "great" or "social" revolution means significant changes in all these components of the social and political system. Changes limited in scope and moderate in speed in leadership, policy, and political institutions may, in turn, be classed as reforms. Not all moderate changes, however, are reforms. The concept of reform implies something about the direction of change as well as something about its scope and rate. (...) it means a change in the direction of greater social, economic, or political equality, a broadening of participation in society and polity. Moderate changes in the opposite direction are better termed "consolidations" than reforms.

<sup>74</sup>Fabianismo é um movimento britânico do século XIX de cunho socialista, vinculado ao Labour Party, que propõe a implantação de seu programa de maneira gradual.



uma posição minoritária que coloca a reforma como “catalisadora” da revolução, uma vez que, ao serem gradualmente atendidas pelo *ethos* reformador, as forças sociais se empoderam e são encorajadas a aumentar o escopo e a velocidade de suas demandas – situação que pode precipitar-se em revolução.

Novamente, aparece a importância do *gap* urbano-rural. Para Huntington, via de regra, reformas direcionadas ao atendimento das demandas da classe média urbana funcionam como catalisadoras para a revolução. Quando as reformas atendem aos desejos da sociedade rural, funcionam como substitutos à revolução, evitando-a. Isso se dá pela natureza das demandas, mais subjetivas e ilimitadas na *intelligentsia* urbana, tendem a radicalizar-se e ampliar-se à medida que são atendidas. No caso das demandas vindas do setor camponês, questões mais objetivas e materiais, caso da reforma agrária, quando atendidas, tendem a ter efeito estabilizador tão grande quanto seu potencial desestabilizador. Novamente, a solução que a modernidade traz para evitar conflitos e crises é a institucionalização dessas demandas em partidos políticos, uma vez que “o progresso da modernização amplia a fragilidade de um sistema sem partidos”<sup>75</sup>.

A recorrente tensão moderna entre o urbano e o rural tem sua gênese interpretada por Fredric Jameson que, ao examinar o processo de transição do domínio do tempo para o espaço na pós-modernidade, retoma a tensão provocada pelas diferentes experiências de temporalidade durante o processo de modernização. O descompasso entre o urbano e o rural na transição entre o feudalismo e a modernidade se dava pelo fato de que apenas uma ínfima parcela da população vivia, de fato, imersa na moderna cultura urbana, burguesa e ilustrada, ocupando, também, um espaço territorialmente diminuto em que a temporalidade moderna era dominante. Assim, seria necessária uma revisão dos “estereótipos históricos” ao supormos a emergência de “vários modernismos”.

Quero conjecturar que os protagonistas destas revoluções estéticas e filosóficas eram pessoas que ainda viviam em dois mundos diferentes simultaneamente; nascidos nas vilas agrícolas que às vezes ainda caracterizamos como medievais ou pré-modernas, eles desenvolveram suas vocações nas novas aglomerações urbanas com seus espaços e temporalidades radicalmente distintos. A sensibilidade ao tempo profundo nos modernos registra essa percepção comparativa de duas temporalidades socioeconômicas, que os primeiros modernistas precisaram negociar na sua própria experiência vivida. Pelo mesmo critério, quando o pré-moderno

---

<sup>75</sup>HUNTINGTON, Samuel P., *Political order in changing societies*. Pg 408. Do original: The progress of modernization increases the fragility of the no-party system.”

desaparece, quando o campesinato se reduz a um resquício caricato, quando os subúrbios substituem as vilas e a modernidade reina triunfante e homogênea sobre todo o espaço, então a própria sensação de uma temporalidade alternativa também desaparece, e as gerações pós-modernas perdem (sem saber) a sensação de diferenciação daquele tempo profundo que os primeiros modernos buscaram capturar nas suas escritas.<sup>76</sup>

Na tensão entre duas experiências de tempo distintas, surge um terreno fértil para o conflito – o mesmo *gap* entre o urbano e o rural que Huntington enxerga como ponto a ser equilibrado no processo de modernização. Estes “vários modernismos” surgem acidentalmente, em um descompasso que, aponta Jameson, só seria homogeneizado após o fim da Segunda Guerra.

Huntington também desenvolve um esquema que relaciona o sistema partidário ao grau de estabilidade de uma sociedade. De maneira geral, o autor mostra grande admiração pelo sistema de partido único, e sua capacidade de assimilar controladamente os novos grupos à esfera política. Em um sistema bipartidário, notadamente o modelo norte-americano, o partido que não está no poder costuma assimilar os novos grupos na tentativa de ampliar suas forças e chegar ao poder. Em sistemas multipartidários, o que costuma ocorrer é a criação de um novo partido para assimilação de um novo grupo social e suas demandas, com mais fragmentação de poder e dificuldade em aplicar as mudanças exigidas.

Ressalva recorrente do autor, todas essas hipóteses levam em conta em que *estágio de modernização* cada sociedade encontra-se. O peso do campo em uma sociedade majoritariamente urbanizada, por exemplo, sem dúvida é menor. Se a modernização é inescapável, “o problema característico dos países atrasados no processo de modernização é que eles confrontam simultaneamente os problemas que os países que se modernizaram primeiro enfrentaram ao longo de períodos

---

<sup>76</sup>JAMESON, Fredric. *The End of Temporality*. Critical Inquiry. Summer 2003. Pg 699. Do original: I want to conjecture that the protagonists of those aesthetic and philosophical revolutions were people who still lived in two distinct worlds simultaneously; born in those agricultural villages we still sometimes characterize as medieval or premodern, they developed their vocations in the new urban agglomerations with their radically distinct and “modern” spaces and temporalities. The sensitivity to deep time in the moderns then registers this comparatist perception of the two socioeconomic temporalities, which the first modernists had to negotiate in their own lived experience. By the same token, when the premodern vanishes, when the peasantry shrinks to a picturesque remnant, when suburbs replace the villages and modernity reigns triumphant and homogeneous over all space, then the very sense of an alternate temporality disappears as well, and postmodern generations are dispossessed (without even knowing it) of any differential sense of that deep time the first moderns sought to inscribe in their writing.

históricos bastante longos”<sup>77</sup>

O esforço recorrente de Huntington em delimitar o que entende por *revolução* é necessário. Koselleck, ao estudar o uso do conceito moderno de revolução, lembra que “seu conteúdo semântico não é unívoco”. Isso porque podemos utilizar o termo revolução para descrever desde crises, guerras civis, golpes políticos, até grandes avanços técnicos e científicos. No primeiro caso, há convulsão política e social, enquanto no segundo caso, a estabilidade é mantida. O conceito que se alarga conforme é utilizado parece, nas palavras de Koselleck, conter “uma força revolucionária capaz de fazer com que a expressão se dissemine continuamente e seja capaz de conter em si o mundo todo”. Se em nossa época tudo está submetido à possibilidade de revolução, é certo concluir, com Koselleck e Huntington, que a mesma trata-se de um produto exclusivo da modernidade.

O conceito clássico de revolução, do latim *revolutio*, traz a ideia de ciclo com retorno ao ponto original. A doutrina política antiga previa um número limitado de sistemas de governo: a monarquia, transformada em tirania, se dissolvia na aristocracia. Essa transmuta-se em oligarquia, posteriormente absorvida em uma democracia. Essa degenera em dominação pelas massas, a oclocracia, e abre o caminho para o retorno da dominação da sociedade por um indivíduo. Este ciclo, tal como as estações do ano, não poderia ser quebrado, e reforça a ideia de um tempo histórico natural e fechado em si mesmo. Os conflitos no interior desse tempo histórico não eram revoluções, mas sim *guerras civis* ou *rebeliões*, que tinham o *Estado* como seu contrário. Apenas com a possibilidade de emancipação como resultado do processo revolucionário, a partir do Iluminismo, *revolução* ganha contornos de seu conceito moderno. Este carrega um viés positivo e otimista, de novidade libertadora, em uma espécie de oposição à barbárie da *guerra civil*.

Koselleck, a exemplo de Huntington – também localiza na Revolução Gloriosa da Inglaterra, em 1688 – onde uma dinastia foi deposta e substituída por um sistema parlamentarista, com instituições de poderes divididos e governo pelas classes superiores – a primeira ocorrência da *revolução* em termos modernos. Ali, a *guerra civil* passa a carregar o conceito de um conflito circular e vicioso, sem saída, enquanto a *revolução* passa a ter em sua semântica a ideia de libertação rumo a um

---

<sup>77</sup>Idem. Pg 399. Do original: The distinctive problem of the later modernizing countries is that they confront simultaneously the problems which the early modernizers faced sequentially over fairly long historical periods.

futuro diferente. Tal carga conceitual foi reforçada de forma definitiva pela Revolução Francesa de 1789.

O marco francês transformou *revolução* em um “coletivo singular”, na terminologia de Koselleck, uma vez que o termo passou a “concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares” – a exemplo de História, conceito que passou a aglutinar todas as histórias em um só processo. Mais que isso, a Revolução Francesa passou a oferecer, em suas diferentes etapas, índices de referência capazes de serem aplicados como explicação e prognóstico a qualquer situação futura.

O conceito de revolução começa a ter a função de regular e ordenar as experiências de convulsão social. O conceito carrega em si tanto a ideia de processo de transformação, quanto um chamado à ação. Por isso, Koselleck chama atenção para o componente de *aceleração* que o conceito passa a carregar. Fazer a revolução é acelerar a chegada à liberdade, em um movimento agora secular que reproduz a salvação religiosa.

Também o Estado tornou-se revolucionário – a investigação de Koselleck mostra, por exemplo, o termo *contre-revolutionnaire* ser traduzido para o alemão como “inimigo do estado”. A genealogia de Koselleck e a leitura de Huntington parecem encontrar-se quando verificamos que o novo paradigma colocou o Estado como elemento responsável pela transformação do futuro prometida pela revolução – em caso de fracasso, o mesmo seria ocupado, derrubado e reconstruído, seja pelo caminho da *reforma*, seja de forma revolucionária.

A questão não era saber se o Estado fundado em estamentos poderia favorecer ou impedir a revolução. A alternativa era bem outra: a transformação do Estado estamental, seja por vias pacíficas ou violentas, como já se haviam manifestado Struense e Kant: revolução a partir de cima ou a partir de baixo. No que se refere à disseminação dessa tendência revolucionária, pode-se afirmar que, a partir de então, também o conceito de *reforma* passa a convergir, eventualmente, com o de *revolução*, convergência exaustivamente utilizada na polêmica política, cujo núcleo objetivo, no entanto, encontrava-se contido em um impulso generalizado para o planejamento do futuro das sociedades.<sup>78</sup>

Da mesma forma, ambos os autores convergem ao diagnosticar, por caminhos diferentes, que uma revolução só pode ser assim chamada quando transcende a mudança no âmbito político e, *de facto*, provoca uma reestruturação e

---

<sup>78</sup>KOSELLECK, Reinhart. "O conceito moderno de revolução". In *Futuro Passado*. Pg 70

transformação da ordem social. Mais que isso, todas as grandes revoluções que servem de modelo para o conceito têm ambições *universais*, e caráter *permanente* enquanto aqueles não forem alcançados. Ambas as características, permanência e universalidade, trazem de volta a face da guerra civil à revolução. A reflexão de Koselleck, por isso, vai além, ao sondar o ocaso da revolução como ferramenta da modernidade.

Devemos nos perguntar se essas inúmeras guerras civis, regionalmente limitadas, mas disseminadas por sobre a superfície do globo, não teriam já há muito tempo esgotado e substituído o conceito de uma revolução legítima e permanente. Não teria a revolução universal esmaecido, tornando-se uma fórmula oca, que pode ser pragmaticamente usada e abusada pelos mais diferentes programas, dos mais diferentes grupos nacionais?<sup>79</sup>

Para Koselleck, hoje todas as guerras do planeta se transformaram em guerras civis. O argumento é poderoso: reflete o “encolhimento” da superfície do planeta, com o conhecimento, a interdependência e a finitude dos territórios. A utopia da revolução universal da libertação é soterrada em conflitos de interesses políticos distantes da emancipação que serviu de agente transformadora do conceito. O universal, agora é a ameaça de destruição total.

A relevância do uso político de conceitos serviu como pano de fundo para este primeiro capítulo de nossa investigação. Por isso, a reconstituição dos argumentos e ideias de Huntington e os enquadramentos teóricos de Koselleck nos parecem, mais que pertinentes, fundamentais para este trabalho. Ao investigarem conceitos como modernização e revolução, ambos os autores extrapolam seus domínios, Estados Unidos e Europa, em busca de respostas universais. Se para Huntington, “no mundo em modernização, controla o futuro quem organiza sua política”<sup>80</sup>, Koselleck então alerta que “a história dos conceitos, mesmo quando ideologicamente comprometida, nos lembra que a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup>Idem. Pg 77.

<sup>80</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. Pg 461. Do original: In the modernizing world he controls the future who organizes its politics.

<sup>81</sup>KOSELLECK, Reinhart. "O conceito moderno de revolução". In *Futuro Passado*. Pg 77.

## Capítulo 2

### Democracia: entre crises e ondas

A repercussão de *Political Order in Changing Societies* garantiu ao livro um lugar na maior parte dos currículos de cursos de Ciência Política pelo Ocidente – inclusive no Brasil –, e consolidou o status de Huntington como autoridade em desenvolvimento político das sociedades na fase aguda da Guerra Fria e no longo período de hiato democrático nos países da América Latina. Essa autoridade se mostrava dentro dos Estados Unidos – onde, ao final da década de 1960, Huntington já havia passado pelas universidades de Harvard e Columbia, havia acumulado o papel de consultor de planejamento político do Departamento de Estado, da Agência para Desenvolvimento Internacional e da Secretaria de Defesa dos Estados Unidos, e também fora do país, com governos buscando suas opiniões a respeito de políticas de “distensão”, caso do Brasil.

Quando analisadas em conjunto, há coerência nos objetos que marcam a passagem de Huntington de uma obra à sua próxima: o militarismo em *The Soldier and the State*, o controle e a ordem social em *Political Order*, e a manutenção desta ordem política dentro das margens de um determinado modelo de democracia em uma produção que culminaria com *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, obras que o manteriam na vitrine da ciência política internacional. Nesse contexto, ganhou destaque *The Crisis of Democracy*, espécie de livro-relatório de 1975 escrito em parceria com dois sociólogos, o francês Michel Crozier, e o japonês Joji Watanuki, a pedido da *Trilateral Commission*. Fundada por David Rockefeller em 1973, a *Trilateral Commission* se definiu como um “fórum político não-governamental” para a cooperação entre o Japão, a Europa Ocidental e a América do Norte, “as áreas industrializadas do mundo”, em um cenário de “crescente interdependência” entre elas. À época, a criação do grupo também refletia a “sensação de que os Estados Unidos não mais representavam a liderança única do

período pós Segunda Guerra”<sup>82</sup>. O perfil da iniciativa, que existe até hoje, é alvo de críticas que vão da esquerda à direita, de Chomsky<sup>83</sup> até adeptos de teorias conspiratórias baseadas na paranoia “globalista”.

O que fica claro na publicação, aspecto já evidenciado no subtítulo *Report on the Governability of Democracies* – um estudo sobre a “governabilidade das democracias” – é a concepção instrumental de democracia como mecanismo de controle das sociedades, e não como um modelo político intrinsecamente mais justo, equilibrado e desejável. Após a Segunda Guerra, um quarto de século consolidou o modelo baseado em “democracia política, sufrágio universal, eleições regulares, competição entre partidos, liberdade de expressão e de reunião”, mas surpreendentemente, segundo os autores do documento, o período também colocou em dúvida a viabilidade do sistema democrático como forma de governo para os países industrializados do bloco trilateral e, por consequência, para o mundo todo.<sup>84</sup> Acompanhando o temor pelo futuro da democracia, as projeções do ponto de vista macroeconômico também eram pessimistas, com influência conceitual dos ciclos de Kondratiev, autor que identificou ondas de crescimento e queda em períodos de cerca de cinquenta anos<sup>85</sup>. De maneira geral, a publicação se apresenta com o propósito de

identificar e analisar os desafios que confrontam o governo democrático no mundo atual, confirmar as bases para o otimismo ou pessimismo acerca do futuro da democracia, e sugerir quaisquer inovações que pareçam apropriadas para tornar a democracia mais viável no futuro.<sup>86</sup>

Os autores apontam três tipos de desafios a serem enfrentados pelas democracias no quarto final do século XX. Os contextuais, externos ao funcionamento das democracias em cada país, teriam relação com a estabilidade política, econômica e o equilíbrio militar no cenário internacional e no que chamaram de “relação entre as sociedades trilaterais e o segundo e terceiro mundo”.

<sup>82</sup>Trilateral Commission. Disponível em <http://trilateral.org/page/3/about-trilateral>.

Acessado em 27/04/2020.

<sup>83</sup>CHOMSKY, Noam. *The Carter Administration: Myth and Reality*.

Disponível em <https://chomsky.info/priorities01/>. Acessado em 24/04/2020.

<sup>84</sup>CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy*. Trilateral Commission, 1975.

<sup>85</sup>Idem. Pg 3.

<sup>86</sup>Idem. Do original: A principal purpose of this report is to identify and to analyze the challenges confronting democratic government in today's world, to ascertain the bases for optimism or pessimism about the future of democracy, and to suggest whatever innovations may seem appropriate to make democracy more viable in the future.

Tal cenário seria influenciado pelo segundo tipo de desafios, motivado por tendências sociais que englobam desde a resistência da aristocracia tradicional, os apelos autoritários dos setores militares, e a possibilidade de levante das classes populares. Um fator considerado “significativo” pelos autores vem da atuação da chamada “classe intelectual, crítica da ineficiência e da subserviência da democracia ao capitalismo monopolista” e de uma mudança geral nos valores da sociedade, saindo de uma mentalidade materialista para uma busca por “pertencimento e autorrealização estética e intelectual”<sup>87</sup>

O terceiro tipo de desafio, considerado mais grave, seriam os intrínsecos às democracias, e refletem na incapacidade do governo democrático em governar, conforme as demandas da sociedade crescem sobre ele, provocando perda de legitimidade e autoridade. Na prática, um “divórcio” entre política e sociedade.

De maneira geral, apesar de escrito a seis mãos, o livro-relatório apresenta uma continuidade argumentativa em relação a *Political Order in Changing Societies*. Com introdução e conclusão escritas coletivamente, cada autor ficou responsável por analisar uma região do “bloco trilateral”. Crozier ficou responsável por diagnosticar os desafios à democracia na Europa Ocidental.

O sociólogo francês nota, naquela região, um esgotamento do modelo democrático pela sobrecarga de participação social e das demandas que desta resultam. As peculiaridades europeias teriam relação com a resistência das sociedades em aceitar níveis elevados de controle após o rompimento com a tradição absolutista de domínio social por governos e religiões. O paradoxo é que a implementação das novas demandas de uma sociedade democrática exigem um nível acentuado de burocracia e controle social. Isso leva Crozier a conceder a superioridade de “sistemas abertos”, mas a apontar que “melhores resultados” só são alcançados sob “certas condições”.

Crozier vê no afastamento entre a retórica política, o que é “acordado” publicamente nas eleições, com a viabilidade de implementação dessas promessas pelas vias burocráticas, o “divórcio” entre política e sociedade, que leva à alienação. Em eleitorados acostumados ao apelo aos extremos do espectro político, caso de França e Itália, a personalização da política em figuras populistas seria uma tentativa de driblar a burocracia inoperante.

---

<sup>87</sup>Idem. Pg7.



O crescimento econômico do pós-guerra e as mudanças de comportamento geracionais, combinadas à frustração e radicalização das classes trabalhadoras, segundo Crozier, aliadas ao aumento da comunicação e da interação social no período provocaram a desintegração de um padrão de racionalidade que anteriormente viabilizou a aceitação da autoridade e a definição de objetivos comuns. Se a liberdade individual operava como valor central em todo o espectro político europeu, dos “radicais” aos conservadores<sup>88</sup> – algo que representa a “liberdade de” (*freedom from*) conquistada com a queda dos absolutismos europeus, de cunho cristão e igualitário, diferente da “liberdade para” (*freedom to*) verificada no experimento americano de cunho protestante – o dilema notado por Crozier é a oposição entre a liberdade e a necessidade de ordem. Nessa tensão ordem vs. liberdade, o autor vê os riscos de “regressão social” com a retomada do apelo nazifascista como forma de garantir a ordem, da mesma forma que vê no comunismo a ameaça por sua capacidade de impor a ordem desejada, e no socialismo de estado o “caminho mais fácil”, que levaria à inflação e instabilidade social. Para ele, há necessidade de “inovação” para produzir um modelo com “menos coerção”, mas capaz de “mais controle” social. Crozier vê Japão, Europa e Estados Unidos em diferentes estágios da democracia. Enquanto os japoneses ainda possuem “capital” de capacidade e disciplina coletiva que limitam os riscos do excesso de demandas da democracia, e os americanos se mostram mais livres para experimentações, os europeus carregariam uma tradição recente de negação à autoridade e aumento de demandas que colocam sua democracia em mais alto risco.

Watanuki, ao comentar o cenário japonês, repete a análise da democracia como dependente de sua governabilidade, que vê como sendo sempre “uma função de objetivos, impostos externamente ou gerados internamente, e de capacidades, tanto das elites quanto das massas”. Essa negociação entre “elites e massas” como condição para o melhor funcionamento da democracia também havia sido mencionada por Crozier, que via a mídia de massa responsável pelo papel de mediação entre ambos os grupos. Tal cálculo deixa mais clara a noção de democracia limitada à ideia de mecanismo de controle social compartilhada pelos autores.

O cenário geopolítico japonês à época é levado em conta pelo autor, que nota

---

<sup>88</sup>Nota-se o uso que o autor faz do termo “radicais” como oposição ao conservadorismo.

na dependência do país em relação a matérias primas importantes, do petróleo ao trigo e no isolamento regional em meio à China e às Coreias, a necessidade de alinhamento com os Estados Unidos e a Europa Ocidental. O marco político importante é a Constituição de 1947, imposta pelos Aliados ao país. No período pós-guerra, disputas internas por alterações, sobretudo relacionadas à capacidade de rearmamento, mantiveram o país sem reformas constitucionais e, por conseguinte, deram certa estabilidade política ao Japão em meio ao período de grande crescimento econômico.

Apesar dos indícios geracionais de mudança na cultura tradicional de submissão para um momento de maior participação política da nova geração, fenômeno simultâneo ao aumento da descrença nas instituições políticas. Watanuki aponta que o Japão ainda não sofria com problemas que já chegaram às democracias da Europa e dos Estados Unidos, devido a o que chama de um *time lag* entre as “causas que já ocorreram e as suas consequências”. Seguindo o horizonte europeu e norte-americano, o autor previa um “pico de demandas” sociais nos anos 1980.

Em sintonia – mas não em sincronia – com os demais autores, Huntington, ao escrever sobre os Estados Unidos naquele ano de 1974, notava nas últimas décadas uma “renovação do espírito democrático”, com o aumento da participação popular, de mulheres e minorias, e a retomada do poder local e do congresso em contrapartida ao centralismo do executivo federal. Em paralelo a estas tendências democráticas, o autor não ignora o avanço e organização de movimentos antidemocráticos, elitistas e autoritários em diferentes contextos. Afeito aos números, apesar do aumento em diferentes indicadores de participação política, Huntington percebe que o número de votantes nas décadas de 1960 e 1970 caía a cada eleição.

Esse “aumento da democracia” visto na participação política mais do que nas urnas, conforme Huntington, seria resultado de uma combinação de fatores que conjugou desde fatores demográficos – relacionados sobretudo à geração *baby boom* – à manifestação de características das sociedades “pós-industriais”<sup>89</sup>, até o avanço da ideia de justiça como sinônimo de igualdade, influência que o autor

---

<sup>89</sup>Conforme aventado pelo sociólogo Daniel Bell em seu livro *The Coming of Post-Industrial Society*, de 1973, o pós-industrialismo colocaria a informação e a oferta de serviços como matrizes principais da sociedade.

credita à obra *A Theory of Justice*, de John Rawls. Huntington, porém, apostava em causas que poderiam ser permanentes ou transitórias, particulares aos Estados Unidos ou gerais ao mundo industrializado. Sua análise buscava entender “os efeitos imediatos e também contraditórios que o aumento da democracia teve no governo. Para ele, “a questão basicamente é esta: a vitalidade da democracia nos Estados Unidos nos anos 1960 produziu um aumento substancial na atividade do governo e uma redução substancial na autoridade do governo.”<sup>90</sup>

Para Huntington, “o impulso da democracia é fazer do governo menos poderoso e mais ativo, aumentar suas funções e diminuir sua autoridade”, mas isso traz a questão: o aumento na vitalidade de uma democracia precisa necessariamente levar à redução de sua governabilidade?<sup>91</sup>

Em uníssono a Crozier e Watanuki, a noção de democracia como uma ferramenta para a governabilidade, e não como um modelo *a priori* mais justo, é o pressuposto da análise de Huntington. Os diagnósticos são parecidos, repisando no excesso de demandas oriundas da maior participação política por diferentes grupos, a eventual inviabilidade de sua realização pela burocracia governamental, a redução na autoridade do governo, e o conseqüente divórcio entre a retórica política e a realização das aspirações democráticas. Mas Huntington nota entre as peculiaridades que distinguem Estados Unidos de Europa e Japão o fato de que a democracia norte-americana esteja – naquele momento, lembramos – menos ameaçada por inimigos externos e pelas disputas internas entre direita e esquerda – apesar de desafios do tipo existirem – e mais ameaçada por questões intrínsecas à sua dinâmica própria. Huntington colocou no legado de valores tradicionais e aristocráticos presentes nas culturas europeia e japonesa um fator de equilíbrio não existente nos Estados Unidos, que faria sua democracia apresentar uma autoridade política geralmente frágil, o que geraria problemas de governabilidade. Como efeito disso, o autor nota um ciclo no qual as dificuldades internas em mostrar resultados de implementação da democracia obrigam o país a demonstrar força no exterior, tanto como forma de aplacar os anseios do público americano, quanto de manter seu status no cenário externo – perante países que veem a legitimidade norte-

---

<sup>90</sup>CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy*. Trilateral Commission, 1975. Pg 64. Do original: The basic point is this: The vitality of democracy in the United States in the 1960s produced a substantial increase in governmental activity and a substantial decrease in governmental authority.

<sup>91</sup>Idem. Pg 89.

americana comprometida exatamente pelo seu cenário interno problemático. Fica explícito a ideia do uso da democracia como fundamental ferramenta de política externa.

A atenção dos americanos voltada para si mesmo e o declínio da autoridade das instituições governamentais americanas estão intimamente relacionados, como causa e efeito, à relativa queda do poder e da influência americana nos assuntos mundiais. Um declínio na governabilidade da democracia doméstica significa um declínio na influência da democracia no exterior.<sup>92</sup>

Para evitar os problemas provocados por essa dinâmica e evitar a erosão da democracia, a conclusão da análise encabeçada por Huntington é, paradoxalmente, uma “maior moderação” no uso da democracia

Al Smith certa vez observou que "a única cura para os males da democracia é mais democracia". Nossa análise sugere que a aplicação dessa cura no momento seria como adicionar combustível às chamas. Em vez disso, alguns dos problemas de governança nos Estados Unidos hoje derivam de um excesso de democracia - um "excesso de democracia" no mesmo sentido em que David Donald usou o termo para se referir às consequências da revolução Jacksoniana que ajudou a precipitar a Guerra Civil. Em vez disso, é necessário um maior grau de moderação na democracia.<sup>93</sup>

Isso porque, conforme o autor, “democracia é apenas uma das formas para construção de autoridade”. Para ele há alternativas às escolhas democráticas, como “uso de expertise, senioridade, experiência, entre outros “valores”. Além disso, para o bom funcionamento da democracia seria necessário “um grau de apatia e não-envolvimento de determinados indivíduos e grupos”, situação que, apesar de antidemocrática, seria responsável por permitir o funcionamento do sistema. O autor nota que “menos marginalização exige o maior controle de todos os grupos”.<sup>94</sup>

A conclusão assinada pelos três autores faz pouco para avançar em potenciais “soluções” para os problemas identificados como a “crise da democracia”. Apesar disso, o grupo aponta para o crescimento econômico e as melhorias sociais

---

<sup>92</sup>Idem. Pg 106. Do original: The turning inward of American attention and the decline in the authority of American governing institutions are closely related, as both cause and effect, to the relative downturn in American power and influence in world affairs. A decline in the governability of democracy at home means a decline in the influence of democracy abroad.

<sup>93</sup>Idem. Pg 113. Do original: Al Smith once remarked that "the only cure for the evils of democracy is more democracy." Our analysis suggests that applying that cure at the present time could well be adding fuel to the flames. Instead, some of the problems of governance in the United States today stem from an excess of democracy — an "excess of democracy" in much the same sense in which David Donald used the term to refer to the consequences of the Jacksonian revolution which helped to precipitate the Civil War. Needed, instead, is a greater degree of moderation in democracy.

<sup>94</sup>Idem. Pgs 113-114.

evidenciadas nas sociedades democráticas no terço de século que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, salientando a “liderança dos Estados Unidos” e a “resistência bem-sucedida” aos partidos comunistas e ao poderio militar soviético.

Porém, a “feliz congruência de circunstâncias para a democracia”, teria chegado ao fim. Os desafios impostos naquele momento ao modelo democrático seriam “produtos do próprio sucesso da democracia”, e de uma “mudança nas tendências” passadas. A incorporação massiva à classe média teria ampliado as demandas para um nível incapaz de ser correspondido pelos governos, e trazendo falta de confiança na democracia – aqui, notamos a abordagem de democracia como “crença” –, produzindo uma “democracia anômica”, na qual a política transforma-se em uma arena de interesses e conflitos, antes de um espaço para a construção de propósitos em comum.<sup>95</sup>

Apesar do cenário crítico, não haveria no interior das “sociedades trilaterais” qualquer proposta séria para a substituição do modelo democrático por outro, uma vez que “a falta de confiança nas instituições democráticas é menor que a falta de entusiasmo por outro conjunto de instituições”, com referências à “autocracia nacionalista, o estado corporativo e mesmo a ditadura do proletariado”.

Em um tipo de régua temporal ajustada pelos três autores, a conclusão é de que, naquele período histórico, os principais desafios à governabilidade da democracia estariam “recuando nos Estados Unidos, em seu pico na Europa, e pendentes para o futuro do Japão”<sup>96</sup>.

Como obra, *The Crisis of Democracy* parece servir para extrapolar as ideias de Huntington dos limites dos Estados Unidos, mas uma leitura mais atenta mostra um relatório que avalia a aplicabilidade do modelo, se não imposto, incentivado pelos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra no Japão e na Europa Ocidental. Escrito em 1974 e publicado em 1975, a obra que identifica os problemas nos países democráticos coincide com o período de maior recrudescimento autoritário em regiões como a América Latina. Mas se aquele modelo exibia sinais de exaustão, qual o contexto que levaria Huntington a, quinze anos depois, fazer sucesso com um best-seller analisando o que batizou como “a terceira onda” da democracia?

---

<sup>95</sup>Idem. Pg 161.

<sup>96</sup>Idem. Pg 170.

## 2.1 Democracia em crise

Parte da resposta está na própria definição de democracia seguida pelo autor. Foge ao escopo deste trabalho a missão – muito melhor assumida pelo campo das ciências políticas – de esgotar as possibilidades de análise das fraquezas ou virtudes do conceito de democracia utilizado por Huntington. Cabe, porém, localizar o debate e traçar alguns paralelos relevantes, como com a proposta de Seymour Lipset, que em 1959 apontou “alguns requisitos sociais para a democracia” em um influente artigo, delimitando que

democracia (em uma sociedade complexa) é definida como um sistema político que oferece oportunidades constitucionais regulares para mudar os governantes. É um mecanismo social para a resolução do problema da tomada de decisão pela sociedade entre grupos de interesse conflitantes que permite que a maior parte possível da população influencie essas decisões por meio de sua capacidade de escolher entre candidatos alternativos a cargos políticos.<sup>97</sup>

A visão de Lipset também tornou-se referência por propor que “a ligação mais generalizável entre o sistema político e outros aspectos de uma sociedade” seria o fato de que “a democracia é relacionada ao grau de desenvolvimento econômico”. Desta forma, “quanto mais próspera uma nação, maiores as chances de sustentar a democracia”, uma vez que “a riqueza média, o grau de industrialização, urbanização e o nível educacional” seria “muito maior nos países mais democráticos”.<sup>98</sup> Lipset também mostra simpatia à proposta de Daniel Lerner em *The Passing of the Traditional Society*, que sugere a democracia como um estágio final do processo de modernização, que seria precedida por um conjunto fatores interdependentes que contemplam a urbanização, a instrução acelerada pela mídia e o desenvolvimento industrial.<sup>99</sup> Em *Political Order in Changing Societies*, Huntington ataca exatamente o argumento que vincula diretamente o crescimento econômico à estabilidade da democracia.

---

<sup>97</sup>LIPSET, Seymour. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, Vol. 53, No. 1, Março de 1959. Pg 71. Do original: Democracy (in a complex society) is defined as a political system which supplies regular constitutional opportunities for changing the governing officials. It is a social mechanism for the resolution of the problem of societal decision-making among conflicting interest groups which permits the largest possible part of the population to influence these decisions through their ability to choose among alternative contenders for political office.

<sup>98</sup>Idem. Pg 75.

<sup>99</sup>Idem. Pg 82.

Adam Przeworski, ao propor os limites para um “conceito minimalista de democracia”, adota uma visão “eleitoralista”, definindo democracia como “um arranjo político no qual as pessoas escolhem os governos através de eleições” e possuem uma “possibilidade razoável de remover os governantes dos quais não gostam”. Democracia seria, portanto, “um sistema em que os governantes deixam o poder caso sejam derrotados nas eleições”.<sup>100</sup> Przeworski, porém, nota a importância do viés qualitativo da avaliação das instituições políticas, uma vez que a concepção minimalista de democracia não se mostra suficiente para garantir a sobrevivência do modelo, sendo importante, portanto, uma avaliação da “qualidade da democracia”.<sup>101</sup>

Tanto Lipset quanto Przeworski também têm seus diagnósticos para uma identificada “crise na democracia”, com linhas que não divergem bruscamente das apontadas pelos autores do relatório da Comissão Trilateral. Lipset, já em 1959, vê na metade do século XX uma fase de “pós-política”, com o aumento do acesso a direitos políticos também trazendo a tendência de desestabilização e motivos para pessimismo. Przeworski nota que a “estabilidade do sistema democrático depende não apenas da eficiência na modernização, como também na efetividade e legitimidade do sistema político”.<sup>102</sup> Em *The Crisis of Democracy*, porém, notamos que Huntington, Crozier e Watanuki embora amparados na fórmula “processual” proposta por Joseph Schumpeter, utilizam como principal dimensão a ser avaliada em uma democracia a capacidade de seu governo exercer o controle sobre a sociedade, a ponto de notar explicitamente a “superioridade” de regimes autoritários nesse quesito.

Huntington, a exemplo de Przeworski e Lipset, faz uso do que chama de “definição processual” de democracia, e traça sua vertente conceitual à ideia de Schumpeter no seu estudo de 1942, *Capitalismo, socialismo e democracia*, segundo o qual “o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir através de uma luta competitiva pelos votos do povo”.<sup>103</sup> Em artigo de 1989 chamado *The modest meaning of democracy*, Huntington define democracia sinteticamente como “um tipo de arranjo institucional para escolher governantes”<sup>104</sup>.

<sup>100</sup>PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*. 2019. Pg 5.

<sup>101</sup>PRZEWORSKI, Adam. *Minimalist Conception of Democracy: A Defense*. Pg. 16

<sup>102</sup>Idem. Pg. 12

<sup>103</sup>SCHUMPETER apud. HUNTINGTON. *The Third Wave*. Pg 6.

<sup>104</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *The Modest Meaning of Democracy* in PASTOR, Robert. Democracy in

Avançando nesse viés, Huntington explicita o conceito de democracia utilizado em *The Third Wave*:

Este estudo define um sistema político do século XX como democrático à medida que seus tomadores de decisão mais poderosos são escolhidos por eleições justas, honestas e periódicas, nas quais candidatos competem livremente por votos e virtualmente toda a população adulta tenha direito ao voto. Assim definida, democracia envolve duas dimensões- contestação e participação – (...) Implica também a existência das liberdades civil e política para expressão, publicação, reunião e organização, necessárias ao debate político e à realização de campanhas eleitorais.<sup>105</sup>

Huntington justifica seu pragmatismo como uma forma de fugir às “ambiguidades e imprecisões” que ocorrem em tentativas de definir a democracia com base em critérios como fonte de autoridade ou propósito. Segundo o autor, um debate entre as duas abordagens sucedeu a Segunda Guerra: por um lado, definições racionalistas, utópicas e idealistas; por outro, definições empíricas, descritivas, institucionais e processuais. Por volta dos anos 1970, afirma Huntington, “Schumpeter venceu”, e a busca por uma teoria normativa foi substituída por “esforços para entender a natureza das instituições democráticas, como funcionam, e as razões que levam a seu desenvolvimento e colapso”.<sup>106</sup>

Ao evitar o viés qualitativo, Huntington defende que mesmo democracias problemáticas, atendendo ao critério processual básico, não podem ser avaliadas como não-democracias. Governos eleitos podem ser ineficientes, corruptos, e inclusive desprovidos de real poder para governar. Da mesma forma, sociedades tecnicamente democráticas podem ser instáveis e apresentar um sistema político frágil. A opção de tratar a democracia como uma “variável contínua”, capaz de ser medida em diferentes “graus” pode ser útil, mas também traria o problema de “definição de indicadores”.

O que é democracia, portanto, é uma questão já respondida que, aparentemente, não preocupa o autor. *The Third Wave* pode ser compreendido como parte dos citados “esforços para entender a natureza das instituições

---

the Americas: stopping the pendulum, 1989.

<sup>105</sup> HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg 7. Do original: this study defines a twentieth-century political system as democratic to the extent that its most powerful collective decision makers are selected through fair, honest, and periodic elections in which candidates freely compete for votes and in which virtually all the adult population is eligible to vote. So defined, democracy involves the two dimensions - contestation and participation – (...) It also implies the existence of those civil and political freedoms to speak, publish, assemble, and organize that are necessary to political debate and the conduct of electoral campaigns.

<sup>106</sup> HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg 7.



democráticas, como funcionam, e as razões que levam a seu desenvolvimento e colapso”. Huntington se concentra mais especificamente no conjunto de transformações em um determinado recorte temporal que definiu como “a terceira onda da democracia”. Para nossa investigação, tão ou mais importante que a análise de casos produzida pelo autor – inevitavelmente datada e até repetitiva em alguns aspectos – mostram-se ainda mais relevantes os apontamentos que antecedem a apresentação de seu estudo. O prefácio de Huntington traz um autor refletindo sobre as características e os limites da própria obra.

Ao apresentar o tema do livro, Huntington se refere à “transição de cerca de trinta países de sistemas políticos não-democráticos para democráticos” como “talvez o mais importante acontecimento político global do final do século XX”. A forma como pretende analisar tal objeto faz o autor apresentar, ainda que de forma muito breve, suas concepções de teoria e de história.

Este livro faz uso tanto da teoria quanto da história, mas não é uma obra de teoria, tampouco de história. Ele se encaixa entre as duas; É, primeiramente, explicativo. Uma boa teoria é precisa, austera, elegante e destaca as relações entre algumas variáveis intelectuais. Inevitavelmente, nenhuma teoria é capaz de explicar por completo um evento único ou uma sequência de eventos. Uma explicação, ao contrário, é inevitavelmente complexa, densa, confusa e intelectualmente insatisfatória. Ela acerta não por ser austera, mas por ser abrangente. *Uma boa história descreve cronologicamente e analisa de forma convincente uma sequência de eventos, e mostra por que um evento levou a outro.* Este estudo também não faz isso. Ele não descreve o curso geral da democratização nas décadas de 1970 e 1980, e tampouco descreve as democratizações de cada país. Em vez disso, tenta explicar e analisar um determinado grupo de transições de regime que ocorreram em um período limitado de tempo. No jargão das ciências sociais, este estudo não é nomotético nem idiográfico. Teóricos e historiadores, portanto, provavelmente o acharão insatisfatório. Não fornece as generalizações que os primeiros apreciam, ou a profundidade que os últimos preferem.<sup>107</sup>

O alerta de Huntington para a provável insatisfação de “teóricos e

---

<sup>107</sup> HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg XIII. Grifos nossos. Do original: This book partakes of both theory and history, but it is neither a work of theory nor a work of history. It falls somewhere in between; it is primarily explanatory. A good theory is precise, austere, elegant, and highlights the relations among a few conceptual variables. Inevitably, no theory can explain fully a single event or group of events. An explanation, in contrast, is inevitably complex, dense, messy, and intellectually unsatisfying. It succeeds not by being austere but by being comprehensive. A good history describes chronologically and analyzes convincingly a sequence of events and shows why one event led to another. This study does not do that either. It does not spell out the general course of democratization in the 1970s and 1980s, nor does it describe the democratizations of individual countries. It instead attempts to explain and to analyze a particular group of regime transitions that occurred in a limited period of time. In social science jargon, this study is neither nomothetic nor idiographic. Both theorists and historians are hence likely to find it unsatisfying. It does not provide the generalizations the former treasure or the depth the latter prefer.

historiadores” pode ressoar ainda mais em um trabalho de Teoria da História, mas a relevância da análise desta obra se mantém – tanto por sua repercussão, quanto pela sua posição dentro da produção intelectual de Huntington: como pretendemos demonstrar, *Third Wave* também precisa ser interpretada como uma obra que carrega a continuidade de eixos temáticos e promove uma fundamental ligação entre suas obras anteriores e posteriores.

Ao contrário de seus outros livros, nos quais tentou “construir generalizações ou teorias relacionando variáveis chaves, como poder político e profissionalismo militar, participação política e institucionalização, ideais políticos e comportamento político”, apresentando tais relações como “verdades atemporais”, em *Third Wave* as generalizações se limitam a eventos das décadas de 1970 e 1980, reforçando as singularidades das democratizações da terceira onda em relação às ondas anteriores como os aspectos mais próximos de uma regra geral. Tal normatização foi evitada uma vez que as evidências, conforme Huntington, “vieram de casos históricos limitados”, incluídos em um trabalho “explanatório, e não teórico”, que foi produzido durante os anos de 1989 e 1990, enquanto muitos dos eventos analisados ainda se desenvolviam, o que faz o livro “sofra com todos os problemas da contemporaneidade”, e deva ser visto como “uma explicação e avaliação preliminares dessas transições de regimes”. Por isso, o autor admite os aspectos provisórios de suas conclusões, uma vez que “quando a terceira onda de democratização acabar, uma explanação mais completa e satisfatória do fenômeno será possível”.<sup>108</sup> A única garantia do autor, portanto, é que aquela tendência de democratização chegaria ao fim.

Chama a atenção a revelação e reflexão do autor acerca das “motivações” por trás de sua produção intelectual. Huntington afirma que escreveu *Political Order in Changing Societies*, focando na questão da estabilidade política, porque considerava que “ordem política era uma coisa boa”. Da mesma forma, *The Third Wave* foca em democratização e decorre do fato de o autor considerar democracia “algo bom por si só”, com “consequências para a liberdade individual, a estabilidade doméstica, a paz internacional e para os Estados Unidos da América”. Ainda assim, o autor revela a tentativa de “manter a análise o mais distante possível de seus valores, ao menos em 95% do livro”. Tal avaliação da própria imparcialidade

---

<sup>108</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave*. Pg XV. Grifo nosso.

expressa em uma atípica porcentagem só não é melhor porque, “abandonando seu papel de cientista social e assumindo o de consultor político”, em cinco momentos do livro aparecem o que o autor chamou de “guias de ação para democratizadores”, nos quais Huntington “torna explícitas as implicações de sua análise para as pessoas que desejam democratizar suas sociedades”. Tal formulação dá vazão a um momento de pouca modéstia do autor, que chega a afirmar: “Se isso me faz parecer um aspirante a Maquiavel da democracia, que assim seja”.<sup>109</sup>

Anos antes, por volta do período em que produzia o estudo *The Crisis of Democracy*, Huntington esteve no Brasil como emissário informal de Henry Kissinger, secretário de Estado dos Estados Unidos, de quem havia sido colega em Harvard, para encontro com o general Golbery do Couto e Silva, ministro-chefe do Gabinete Civil durante os governos dos generais Geisel e Figueiredo. Antes, Huntington havia enviado ao governo brasileiro uma proposta de “descompressão” para a ditadura<sup>110</sup>, que Golbery considerou “pedestre”<sup>111</sup>. No encontro, o representante brasileiro deixou claro sua crítica às limitações e generalizações da abordagem do professor, cuja influência era percebida nas relações entre os dois países:

Tramitando fora dos canais diplomáticos, tão ao gosto de Kissinger e do estilo de Golbery, o recado era claro. O governo queria preservar a aliança com os Estados Unidos, desde que a Casa Branca entendesse que a relação entre os dois países não cabia numa generalização latino-americana, pois “não nos interessa ser nivelados ao Uruguai”.<sup>112</sup>

O episódio mostra, ao mesmo tempo, o trânsito de Huntington nas altas esferas de governo tanto dos Estados Unidos, quanto dos países tutelados pela potência norte-americana, e também os severos limites da recepção e da aplicabilidade de suas teorias na prática política destes governos.

<sup>109</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave*. Pg XV. Do original: If that makes me seem like an aspiring democratic Machiavelli, so be it.

<sup>110</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *Approaches to Political Decompression*.

Disponível em <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/receita-samuel-huntington>.

Acessado em 29/10/2020.

<sup>111</sup>GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. Companhia das Letras. Pg 330

<sup>112</sup>Idem. Pg 330.

## 2.2 Democracia em ondas

A terceira onda de democratização no mundo moderno começou, implausível e involuntariamente, aos vinte e cinco minutos depois da meia-noite da quinta-feira, 25 de abril de 1974, em Lisboa, Portugal, quando uma estação de rádio tocou a canção "Grandola Vila Morena". A transmissão era o sinal verde para que as unidades militares em Lisboa e arredores levassem a cabo os planos de golpe de estado cuidadosamente elaborados pelos jovens oficiais à frente do Movimento das Forças Armadas (MFA). O golpe foi realizado com eficiência e sucesso, com apenas uma pequena resistência da polícia de segurança. As unidades militares ocuparam ministérios importantes, estações de transmissão, correios, aeroportos e centrais telefônicas. No final da manhã, multidões inundavam as ruas, aplaudindo os soldados e colocando cravos nos canos de seus rifles. No final da tarde, o ditador deposto, Marcello Caetano, havia se rendido aos novos líderes militares de Portugal. No dia seguinte, ele voou para o exílio. Assim morreu a ditadura nascida num golpe militar semelhante em 1926 e dirigida durante mais de trinta e cinco anos por um civil austero, António Salazar, em estreita colaboração com os soldados portugueses. O golpe de 25 de abril foi um início implausível de um movimento mundial pela democracia porque os golpes de estado derrubam com mais frequência os regimes democráticos do que os introduzem. Foi um começo involuntário porque a instalação da democracia, muito menos o desencadeamento de um movimento democrático global, estava longe das mentes dos líderes do golpe.<sup>113</sup>

As primeiras palavras de *Third Wave*<sup>114</sup> trazem, além da peculiaridade de uma data e um horário preciso para o que Huntington identifica como o início de um período de transformações, também uma evidência de que o autor teria dificuldades para delimitar leis gerais para o processo de democratizações, uma vez que um golpe militar sem pretensões democráticas aparece como seu evento inicial. Antes disso, se esta é uma terceira onda, quais seriam as anteriores, e o que exatamente são as "ondas"?

---

<sup>113</sup>HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg 3. Do original: The third wave of democratization in the modern world began, implausibly and unwittingly, at twenty-five minutes after midnight, Thursday, April 25, 1974, in Lisbon, Portugal, when a radio station played the song "Grandola Vila Morena." That broadcast was the go-ahead signal for the military units in and around Lisbon to carry out the plans for a coup d'etat that had been carefully drawn up by the young officers leading the Movimento das Forças Armadas (MFA). The coup was carried out efficiently and successfully, with only minor resistance from the security police. Military units occupied key ministries, broadcasting stations, the post office, airports, and telephone exchanges. By late morning, crowds were flooding the streets, cheering the soldiers, and placing carnations in the barrels of their rifles. By late afternoon the deposed dictator, Marcello Caetano, had surrendered to the new military leaders of Portugal. The next day he flew into exile. So died the dictatorship that had been born in a similar military coup in 1926 and led for over thirty-five years by an austere civilian, António Salazar, working in close collaboration with Portugal's soldiers. The April 25 coup was an implausible beginning of a worldwide movement to democracy because coups d'etat more frequently overthrow democratic regimes than introduce them. It was an unwitting beginning because the installation of democracy, much less the triggering of a global democratic movement, was far from the minds of leaders of the coup.

<sup>114</sup>Um artigo chamado *Democracy's Third Wave*, que sintetiza os principais argumentos do livro, foi publicado no *Journal of Democracy* (Spring 1991) como forma de divulgação da obra antes de seu lançamento.

Uma onda de democratização é um grupo de transições de regimes não-democráticos para democráticos que ocorrem dentro de um período de tempo específico e que superam de forma significativa o número de transições no sentido contrário durante o mesmo período. Uma onda também envolve liberalização ou democratização parcial em sistemas políticos que não se tornam totalmente democráticos.<sup>115</sup>

A analogia se aproveita da referência das ondas do chegando aos litorais. O valor da metáfora está na ideia de que após cada onda há um refluxo que leva à redução no número de países democráticos.

Para Huntington, três ondas de democratização aconteceram no mundo moderno, afetando a cada vez um número relativamente reduzido de países. Nem todas as democratizações de países aconteceram durante as ondas, e mesmo durante estas há evidências de transições no sentido antidemocrático. Isso porque, segundo o autor, “a histórica é confusa” e também “não é unidirecional” – o que o levou ao conceito de “ondas reversas”. Por isso, apesar de admitir a arbitrariedade das datas, o autor vê como útil à análise seu esforço de periodização das ondas.

A primeira onda de democratização, considerada longa, teria se estendido por quase um século, de 1828 a 1926. Ainda ecoando as revoluções francesa e americana, o desenvolvimento de instituições democráticas em países como Estados Unidos, França, Reino Unido e, no início do século em nações como Suíça, Itália, Argentina e depois Espanha e Chile, levou a soma de países democráticos a mais de trinta em um período próximo a cem anos. Naquele contexto, Huntington usa dois principais critérios: metade dos homens adultos com direito ao voto e um executivo escolhido periodicamente em eleições ou capaz de manter o controle do parlamento eleito.<sup>116</sup>

A primeira “onda reversa” teve início em 1922, com a ascensão de Mussolini, e se estendeu até o início dos anos 1940, trazendo as formas mais brutais e ostensivas do totalitarismo, sobretudo em nações europeias que recentemente haviam adotado um modelo democrático após a I Guerra. Conforme o levantamento do autor, “apenas quatro dos dezessete países que adotaram instituições

---

<sup>115</sup>HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg 15. Do original: A wave of democratization is a group of transitions from nondemocratic to democratic regimes that occur within a specified period of time and that significantly outnumber transitions in the opposite direction during that period of time. A wave also usually involves liberalization or partial democratization in political systems that do not become fully democratic.

<sup>116</sup>HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg 16.

democráticas entre 1910 e 1931 as mantiveram ao longo das décadas de 1920 e 1930”. Além do alastramento das ditaduras pela Europa, o militarismo no período assumiu o governo japonês e solapou as recentes democracias no Brasil, Argentina e Uruguai.<sup>117</sup>

A “segunda onda”, considerada como “mais curta” pelo autor, teria início ainda em meio aos conflitos da II Guerra, e o fim da disputa com a vitória dos Aliados levou ao estabelecimento de instituições na Alemanha Ocidental, Itália, Áustria, Japão e Coreia, tendência que se refletiu no retorno de eleições livres em diversos países da América Latina, incluindo Brasil e Argentina.

Porém, já no início da década de 1960, a segunda onda perdeu força e deu espaço a um refluxo autoritário, especialmente na América Latina, onde uma sequência de golpes levou ditaduras militares a assumirem o controle do continente entre os anos 1960 e 1970, em um modelo que Huntington chamou de “autoritarismo burocrático”. Entre 1962 e 1975, o autor identifica uma “segunda onda reversa”, na qual o número de países com governos instituídos por golpes de estado passou de treze para trinta e oito. Por outro lado, um terço das trinta e duas democracias funcionais em 1958 eram regimes autoritários na década de 1970.

Tamanho recuo, conforme Huntington, “trouxe um amplo pessimismo acerca da aplicabilidade da democracia em países em desenvolvimento” e gerou “preocupações acerca da viabilidade e funcionalidade da democracia em países desenvolvidos onde já existia há anos”. Foi neste contexto que Huntington produziu, junto a Crozier e Watanuki, o estudo *The Crisis of Democracy*. A terceira onda, iniciada pontualmente naquela madrugada portuguesa em 1974 mostrava, nas palavras de Huntington, “novamente, a dialética da história subvertendo as teorias da ciência social”.<sup>118</sup>

Ao longo da “terceira onda”, nos quinze anos após o fim da ditadura em Portugal e o momento em que Huntington produzia o livro, cerca de trinta países substituíram seus regimes autoritários por um sistema considerado democrático, e movimentos em países ainda fechados ganhavam força e legitimidade, no que autor chamou de “uma maré global quase irresistível, seguindo de um triunfo para outro”, passando pela Europa, América Latina, Ásia e o bloco soviético. Além disso, naquele período, o número absoluto de estados autoritários havia decrescido pela primeira

---

<sup>117</sup>HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg 18.

<sup>118</sup>Idem. Pg 21. Grifo nosso.

vez. A primeira vista, um movimento de ondas e contra-ondas capaz de sugerir um padrão “dois passos para frente, um passo para trás” não se confirma em números, uma vez que a proporção total de estados democráticos permaneceu em patamar similar ao pico de 1922, em 45,4% do total – o não crescimento desta proporção teria entre suas explicações o aumento no número total de estados independentes. O próprio Huntington relativiza a importância do cálculo, uma vez que a relevância geopolítica de uma China democrática seria muito maior que a de praticamente qualquer outro país menos significativo no cenário internacional.<sup>119</sup>

Conforme o autor, os cientistas sociais “sempre tentam *acompanhar a história*, elaborando teorias capazes de explicar por que *o que aconteceu tinha que acontecer*”. Ao longo dos anos 1960 e 1970, as pesquisas indicavam como a democracia era inapropriada para países mais pobres, ou como o autoritarismo facilitava o crescimento econômico e a ordem política, retroalimentando a ideia de autoritarismo burocrático. A retomada das tendências democráticas teria levado a literatura a trazer respostas sobre as pré-condições para a democratização. Seu objetivo explícito em *The Third Wave*, porém, não é propor uma teoria geral sobre os processos de democratizações, mas “explicar por quê, como, e com que consequências” as transições da terceira onda se deram, bem como apontar “o que estas transições sugerem para o futuro da democracia no mundo”<sup>120</sup>.

Ao adotar o critério processual e basicamente eleitoral para a definição de democracia, Huntington retoma a ideia de que “a principal distinção política entre países diz respeito não à sua forma de governo, mas a seu grau de governo”, um dos postulados fundamentais de *Political Order in Changing Societies*, e reafirma a ideia ao sentenciar que “a distinção entre ordem e anarquia é mais fundamental que a distinção entre democracia e ditadura”. Ao justificar o recorte de seu estudo com base no conceito de democracia, Huntington mais uma vez recorre explicitamente a crenças pessoais, ecoando a narrativa da excepcionalidade dos Estados Unidos: a democracia, apesar de não necessariamente ser o sistema de governo mais eficiente, mantém seu valor pela ligação às liberdades individuais, é estratégica no cenário geopolítico internacional e “tem importância especial para os americanos”:

Os Estados Unidos são o principal país democrático do mundo moderno, e

<sup>119</sup>Idem. Pg 21. Grifos nossos.

<sup>120</sup>HUNTINGTON, Samuel P.. *The Third Wave*. Pg 30.

sua identidade como nação é inseparável de seu compromisso com valores liberais e democráticos. Outras nações podem fundamentalmente mudar seu sistema político e continuar a existir. Os Estados Unidos não têm essa opção. Por isso, os americanos têm um interesse especial no desenvolvimento de um ambiente global compatível com a democracia. O futuro da liberdade, estabilidade, paz e dos Estados Unidos, portanto, depende em alguma medida do futuro da democracia.<sup>121</sup>

Repetindo uma lacuna também notada em *Political Order in Changing Societies*, a fundamentação de Huntington, ao abordar de forma abrangente a temática da democracia, referenciando os Estados Unidos como modelo ideal, novamente falha em reconhecer ou lidar com o significado de eventos dramáticos da história daquele país, da guerra civil à luta pelos direitos civis, que ao longo de séculos negaram a participação social e política à população negra no país.

Ao evitar conceber uma proposta de teoria geral para os fenômenos que se propõe a descrever, a análise conjunta de casos proposta por Huntington em *The Third Wave* sofre as consequências de ter sido produzida em meio a acontecimentos que ainda se desenrolavam – desafio antecipado pelo próprio autor.

Ao mesmo tempo em que evita definir linhas teóricas generalizantes para seu recorte, Huntington propõe um arcabouço que, quando analisado trinta anos depois, parece inviabilizar um alcance mais consistente para sua própria pesquisa. Entre seus postulados iniciais, por exemplo, está a observação antecipada de que nenhum fator isolado seria suficiente ou necessário para explicar o desenvolvimento da democracia em um único ou em todos os países analisados. Da mesma forma, a democratização em um país seria resultado de uma combinação específica de causas, combinação esta diferente para cada país. Em um cenário macro, a combinação de causas responsáveis por uma onda de democratizações também seria diferente das ondas anteriores, bem como são diferentes as causas das transformações iniciais e mais tardias da mesma onda.<sup>122</sup>

Para proveito de nossa investigação, cabe registrar com atenção os momentos em que Huntington negocia, contrasta e elabora aspectos de seu objeto de pesquisa contra o pano de fundo da História, dando pistas sobre sua relação com

---

<sup>121</sup>Idem. Pg 30. Do original: The United States is the premier democratic country of the modern world, and its identity as a nation is inseparable from its commitment to liberal and democratic values. Other nations may fundamentally change their political systems and continue their existence as nations. The United States does not have that option. Hence Americans have a special interest in the development of a global environment congenial to democracy. The futures of liberty, stability, peace, and the United States thus depend, in some measure, on the future of democracy.

<sup>122</sup>Idem. Pg 38.



as questões da temporalidade e sua pretensão de influenciar no direcionamento dos eventos históricos ao pleitear um papel de consultor para um suposto realinhamento democrático em países autoritários. Em linhas gerais, sua proposta em *Third Wave* segue uma busca por eventos em uma lógica de causa e efeito, com uma tentativa de generalização frustrada, embora inicialmente negada.

Mesmo sem aprofundar-se na investigação das causas das duas primeiras ondas democráticas, delimitá-las é fundamental para defesa da hipótese de que a terceira onda é resultado de causas distintas das anteriores. No caso da primeira onda, localizada predominantemente no século XIX, desenvolvimento econômico, industrialização, urbanização, a emergência de uma burguesia e uma classe média, sua organização e a redução da desigualdade, “parecem ter papel importante nos movimentos a favor das democratizações no norte da Europa” naquele período. No caso da segunda onda, Huntington identifica a vitória dos Aliados na Segunda Guerra, a imposição do modelo democrático por estes nos países em recuperação, e o processo de descolonização subsequente, como fatores chave para a expansão das transformações. As causas da terceira onda, portanto, teriam um diagnóstico distinto.<sup>123</sup>

Inicialmente Huntington busca por padrões de democratização entre os países alcançados pela onda. O padrão "cíclico", no qual países alternariam entre sistemas democráticos e autoritários, seria o modelo mais recorrente na América Latina. Também são especulados padrões de “segunda tentativa”, quando há um primeiro fracasso na instauração do modelo, “democracia interrompida”, “transição direta” de um sistema autoritário para um democrático, ou o “padrão de descolonização”. Tal categorização não apresenta grande utilidade, uma vez que o próprio autor reconhece os limites das generalizações. Mas a investigação avança ao mapear cinco grandes fatores como influentes na consolidação da terceira onda, quando Huntington define que a questão a ser respondida é “quais as mudanças em variáveis independentes nas décadas de 1960 e 1970 produziram a variável dependente, as transições para regimes democráticos nos anos 1970 e 1980?”.<sup>124</sup>

O primeiro fator seria o agravamento da "questão da legitimidade" em regimes autoritários, cada vez com mais dificuldades em viabilizar sua aceitação tanto pela

<sup>123</sup>Idem. Pg. 40.

<sup>124</sup>Idem. Pg 45. Do original: The question to be answered is: What changes in plausible independent variables in, most probably, the 1960s and 1970s produced the dependent variable, democratizing regime changes in the 1970s and 1980s?

sua performance econômica quanto pelo que Huntington chama de “legitimidade negativa” – quando governos mantinham-se sob a retórica “anti”: caso de regimes militares de Grécia, Brasil, e tantos outros países, fundamentados em discursos anticomunismo, antissubversão e similares. Enquanto o aspecto econômico foi agravado pelo choque nos preços do petróleo na década de 1970, a retórica antidemocrática foi esvaziada ainda antes: Huntington usa como referência o fato de a Unesco indicar já em 1951 que “nenhuma doutrina se apresentava como antidemocrática” no mundo naquele momento. Pelo contrário, o termo antidemocrático era utilizado como acusação contra opositores políticos. Para o autor, “um *ethos* mundial democrático” já estava em ação.<sup>125</sup>

O segundo fator mapeado por Huntington é o crescimento econômico “sem precedentes” registrado na década de 1960, o que provocou simultaneamente o aumento do padrão de vida, de instrução e da classe média em diversos países, ao mesmo tempo enfraquecendo regimes autoritários que se viam com dificuldades em controlar sociedades que cresciam em complexidade e em demandas. Em paralelo ao argumento de Lipset, que relaciona economia com democracia, Huntington nota que “no longo prazo, o desenvolvimento econômico cria a base para regimes democráticos”, enquanto “no curto prazo o crescimento muito rápido e crises econômicas são capazes de minar os regimes autoritários”, fazendo da combinação entre ambos os cenários o diagnóstico mais comum nas transições da terceira onda.

O terceiro ponto visto pelo autor como fundamental para as transformações do período foi a postura da Igreja Católica, sobretudo a partir do Concílio Vaticano II, que em diversos países do mundo mudou seu papel de defensora conservadora do *status quo* para proponente e agente ativa de reformas políticas, sociais e econômicas. Ao notar a “forte correlação” entre o cristianismo ocidental e a democracia, Huntington não vê uma como causa da outra, mas lembra a transição do papel da Igreja Católica em países latinos, de obstáculo à democracia enquanto aliada das oligarquias agrárias, para impulsionadora das transformações democráticas, apontando a força das comunidades eclesiais de base e a influência da teologia da libertação em países como Brasil. O catolicismo, segundo o autor, só não foi mais importante que o desenvolvimento econômico para a terceira onda que, se pudesse escolher um símbolo, “seria um crucifixo sobreposto a um cifrão”.<sup>126</sup> Tal

---

<sup>125</sup>Idem. Pg. 40.

<sup>126</sup>Idem. Pg. 85.

imagem, aparentemente lançada sem grandes pretensões em meio às análises de caso de *Third Wave*, ganha contornos mais fortes avaliando em retrospectiva as futuras obras do autor, repletas de seus apelos civilizacionais e messiânicos.

Como quarto aspecto fundamental às transições da terceira onda, Huntington aponta a mudança de postura dos principais atores internacionais, incluindo, além do Vaticano, especialmente os Estados Unidos, a União Soviética e os esforços de integração da Comunidade Europeia. No caso dos Estados Unidos, apesar de notar a apropriação do discurso de direitos humanos a partir de meados da década de 1970, Huntington negligencia o papel de apoio e articulação do país na instalação e manutenção dos regimes autoritários do período, sobretudo na América Latina, limitando-se a notar a mudança do discurso no mandato de Reagan, quando o presidente passou a condenar não apenas os regimes autoritários comunistas, mas também as ditaduras latino-americanas. Huntington prefere concentrar-se nos esforços democráticos dos governos Carter e Reagan, que foram desde declarações oficiais a sanções econômicas, auxílio material, militar e diplomático para diversos países em processo de democratização. Pelo lado soviético, a política de abertura e a inclusão política de grupos não comunistas teria colocado Gorbachev “ao lado de João Paulo II, Jimmy Carter e Ronald Reagan como os maiores promotores transnacionais de democracia ao final do século XX”.<sup>127</sup>

O quinto e derradeiro fator identificado por Huntington é o “efeito demonstração”, ou “bola-de-neve”, fundamentado na ideia de que a velocidade e abrangência dos meios de comunicação facilitaram a transformação de casos de países democratizados em exemplos para países em condições de democratização – especialmente para países com culturas similares, o que leva o autor, inclusive, a identificar relevância no processo ocorrido nos anos 1970 em Portugal como modelo para o Brasil.

Apesar do diagnóstico múltiplo e pormenorizado, o autor não vê neste grupo de cinco fatores a construção de um cenário inevitável de democratização, a não ser que agentes políticos *direcionem* sua precipitação.

O surgimento de condições sociais, econômicas e externas favoráveis à democracia nunca é suficiente para produzir democracia. Quaisquer que sejam seus motivos, líderes políticos precisam querer que ela aconteça, ou estar dispostos a tomar medidas, como a liberalização parcial, que podem

---

<sup>127</sup>Idem. Pg 100.

provocá-la. Os líderes políticos não podem, por sua vontade ou habilidade, criar democracia onde as condições estão ausentes.<sup>128</sup>

Após mapear as causas, o autor também parte para classificação dos “tipos de transição” democrática presentes na terceira onda entre “transformações”, gestadas no poder vigente, “substituições”, quando a oposição ao regime o supera e derruba, e “transituições”, quando governo e oposição buscam ações coordenadas pela transição. Os casos de Brasil e Espanha são tomados como referências. Ambos seriam transformações do tipo “liberalização vinda de cima”, ou “iniciada pelo regime”, com a diferença de que, na Espanha, as instituições democráticas estariam consolidadas apenas três anos após a morte de Franco, enquanto no Brasil a proposta de abertura “lenta segura e gradual” teria - para Huntington - início já ao final do governo Médici em 1973, mas se estendeu por mais de uma década até as eleições presidenciais de 1989, em um longo processo de “dois passos para frente, um para trás”.<sup>129</sup>

Entre as “orientações” do autor para a condução do processo de democratização, está a ideia de que os reformistas precisam lidar com o que chama de “legitimidade retroativa”<sup>130</sup>, um delicado jogo de “concessões simbólicas” para os setores linha-dura que estão saindo de cena, uma vez que a nova ordem e antiga ordem se legitimariam mutuamente, uma como produto da outra. No que chama de “barganha democrática”, é negociado o equilíbrio entre o aumento na participação política por mais grupos, e a moderação destes dentro de regras institucionalizadas. O próprio processo eleitoral funcionaria como um mecanismo de moderação, com partidos buscando o centro do espectro político como estratégia para manutenção ou conquista do poder. O autor vê a terceira onda como a “menos violenta” de todos os períodos de democratização.

Dois desafios, porém, são vistos como recorrentes nos processos analisados: a forma de tratamento dos oficiais dos regimes autoritários que sabidamente violaram os direitos humanos – o que Huntington chama de “o problema do torturador”, e a maneira de reduzir a participação militar no governo, bem como

<sup>128</sup>Idem. Pg. 108. Do original: The emergence of social, economic, and external conditions favorable to democracy is never enough to produce democracy. Whatever their motives, some political leaders have to want it to happen or be willing to take steps, such as partial liberalization, that may lead to it happening. Political leaders cannot through will and skill create democracy where preconditions are absent.

<sup>129</sup>Idem. Pg 126.

<sup>130</sup>“Backward legitimacy”, no original.

encaminhar um processo de profissionalização nas relações civil-militares – o que o autor batizou de “o problema pretoriano”.

Na prática, o que aconteceu teve pouco a ver com considerações morais e jurídicas. Foi definido quase que exclusivamente pela política, pela natureza do processo de democratização e pela distribuição do poder político durante e após a transição. No final das contas, o funcionamento da política nos países da terceira onda minou os esforços para processar e punir os criminosos autoritários. Em alguns países, justiça sumária foi aplicada a alguns indivíduos; em quase todos os países, não houve processos e punições eficazes. Nos países que se democratizaram antes de 1990, apenas na Grécia um número significativo de funcionários autoritários foi sujeito a julgamentos e punições relevantes.<sup>131</sup>

No receituário de consultor político, Huntington recomenda que os oficiais responsáveis pela violação de direitos humanos não sejam processados, uma vez que “os custos políticos de tal esforço superam qualquer ganho moral”. Da mesma forma, a transparência e a busca pela verdade foram em geral bastante limitadas nesses casos, uma vez que “em alguns aspectos, tanto a verdade quanto a justiça eram ameaças à democracia”<sup>132</sup>.

O autor nota como principais desafios nos anos seguintes ao processo de democratização, além da manutenção de poder político pelos próprios militares que apoiaram o processo de abertura, a tendência de fragmentação da coalização democrática governante, dada sua ineficácia na sonhada e rápida resolução dos complexos problemas da sociedade. Isso pode trazer a “nostalgia autoritária”, uma vez que, assim como a legitimidade de regimes autoritários costumam ter como base exclusiva sua performance e eficácia, tais aspectos também importam em uma democracia. Para o autor, há um processo de aprendizado na diferenciação entre “apoiar a democracia” e “apoiar um governo escolhido por eleições”.

A desilusão com governos democráticos e a nostalgia autoritária são um primeiro passo fundamental no processo de consolidação da democracia. Também eram um sinal de que elite e povo estavam saindo da efêmera euforia da democratização e se adaptando à depressão suja e arrastada da

<sup>131</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave*. Pg 215. Do original: In actual practice what happened was little affected by moral and legal considerations. It was shaped almost exclusively by politics, by the nature of the democratization process, and by the distribution of political power during and after the transition. In the end, the working of politics in the third wave countries undermined the efforts to prosecute and punish authoritarian criminals. In a few countries, summary justice was meted out to a few individuals; in almost all countries, no effective prosecution and punishment occurred. In the countries that democratized before 1990, only in Greece were there a substantial number of authoritarian officials subjected to meaningful trial and punishment.

<sup>132</sup>Idem. Pg 231.

democracia. Eles estavam aprendendo que a democracia se baseia na premissa de que os governos irão falhar e que, portanto, devem existir formas institucionalizadas para mudá-los.<sup>133</sup>

Ao mesmo tempo em que celebra a ausência de movimentos antidemocráticos nas novas democracias nos primeiros quinze anos da terceira onda, o autor se pergunta quanto tempo levaria para a exaustão da confiança do público na simples troca de partidos ou coalizões no poder como forma de resolver os problemas persistentes da sociedade.

### **2.3 O futuro da democracia e a crença na História**

Talvez a “falta de profundidade” capaz de frustrar os historiadores, antecipada pelo próprio Huntington em sua apresentação para a obra, de fato se confirme ao longo da exposição de seus argumentos. A última parte do livro, porém, apesar de tratar de projeções para o futuro da onda de democratizações, pode, exatamente por isso, trazer indicativos mais consistentes do papel da História na produção do autor.

Entre as questões postas, está a dúvida a respeito da onda de democratizações ser “parte de uma contínua e crescente revolução global democrática” que alcançaria todos os países, ou uma “expansão limitada”, envolvendo, sobretudo, países que já tinham experiência com o sistema democrático.

Huntington avalia a manutenção do contexto que permitiu o terceiro período de democracias como algo complexo, e leva em conta fatores como a possível expansão do cristianismo – uma das supostas causas fundamentais citadas pelo autor no estudo – e a manutenção dos Estados Unidos no papel tanto de promotor do sistema democrático pelo mundo, quanto de exemplo de democracia a ser seguido pelos demais países – aspecto que a realidade mostrou definitivamente comprometido nas primeiras décadas do século XXI.

Caso o contexto favorável fosse comprometido, a possibilidade de uma

---

<sup>133</sup>Idem. Pg 262. Do original: Disillusionment with democratic rulers and nostalgia for authoritarian ones were an essential first step in the process of democratic consolidation. They also were a sign that elites and publics were coming down from the euphoric and ephemeral "high" of democratization and were adapting to the grubby and plodding "low" of democracy. They were learning that democracy rests on the premise that governments will fail and that hence institutionalized ways have to exist for changing them.

“terceira onda reversa” é levantada pelo autor, que toma como referência as duas “ondas reversas” anteriores, nas quais a fatores como a falta de comprometimento com a democracia entre as elites, crises econômicas, polarização política, a exclusão política da esquerda e das classes populares, terrorismo, intervenção de um governo estrangeiro não democrático, e novamente o “efeito bola de neve” que tornaria países que abandonam a democracia novamente exemplos para as democracias em crise. Apesar do apanhado um tanto abrangente, Huntington considera que na maioria dos casos, tanto na primeira quanto na segunda “onda reversa”, os sistemas democráticos foram substituídos por “formas de autoritarismo historicamente novas”.

O fascismo se distinguiu das formas anteriores de autoritarismo por sua base de massa, ideologia, organização partidária e esforços para penetrar e controlar a maior parte da sociedade. O autoritarismo burocrático diferia das formas anteriores de governo militar na América Latina por seu caráter institucional, sua suposta duração indefinida e suas políticas econômicas. A Itália e a Alemanha nas décadas de 1920 e 1930 e o Brasil e a Argentina nas décadas de 1960 e 1970 foram os países líderes na introdução dessas novas formas de governo não democrático e forneceram os exemplos que grupos antidemocráticos em outros países tentaram emular. Essas duas novas formas de autoritarismo foram, na verdade, respostas ao desenvolvimento social e econômico: a expansão da mobilização social e da participação política na Europa e o esgotamento da fase populista de substituição de importações do desenvolvimento econômico na América Latina.<sup>134</sup>

Entre as possíveis formas e cenários para o retorno do autoritarismo, Huntington mapeia os países do leste europeu, com recente histórico não democrático sob a cortina de ferro, agora impulsionados pelo nacionalismo antissoviético, além do fundamentalismo religioso e étnico nas diversas matrizes e regiões, a possível retomada das oligarquias autoritárias e o retorno do populismo como remédio contra as insuficiências da democracia. Para o autor, todos estes modelos existiram no passado, e sua retomada é possível. Porém, Huntington vê nas sociedades humanas a potencial capacidade para criação de novas formas de

---

<sup>134</sup>Idem. Pg 292. Do original: Fascism was distinguished from earlier forms of authoritarianism by its mass base, ideology, party organization, and efforts to penetrate and control most of society. Bureaucratic-authoritarianism differed from the earlier forms of military rule in Latin America by its institutional character, its assumption of indefinite duration, and its economic policies. Italy and Germany in the 1920s and 1930s and Brazil and Argentina in the 1960s and 1970s were the lead countries in introducing these new forms of nondemocratic rule and furnished the examples that antidemocratic groups in other countries attempted to emulate. Both these new forms of authoritarianism were in effect responses to social and economic development: the expansion of social mobilization and political participation in Europe and the exhaustion of the populist-based import substitution phase of economic development in Latin America.

autoritarismo: “uma possibilidade seria uma ditadura tecnocrática eletrônica na qual o poder autoritário é legitimado e tornado possível pela habilidade na manipulação da informação, da mídia e meios sofisticados de comunicação”<sup>135</sup>. As décadas seguintes mostrariam uma boa dose de acerto, ao menos para esta previsão.

Ao voltar sua análise não para retrocessos em democracias, mas para os obstáculos capazes de impedir o avanço do sistema para o restante do mundo, Huntington dá os primeiros passos na direção do que eventualmente se transformaria na tese do “choque de civilizações”. Ao relacionar a viabilidade da democracia ao viés cultural, Huntington parte de duas hipóteses já esboçadas por diferentes autores, a primeira indicando a ideia de que “apenas a cultura ocidental oferece uma base sustentável para as instituições democráticas”, e uma versão “menos restritiva”, que considera algumas culturas – especialmente o islamismo e o confucionismo – “particularmente hostis à democracia”.<sup>136</sup> Huntington ainda não se aprofunda na questão que daria origem ao seu best-seller seguinte, mas conclui que “mesmo se a cultura de um país é obstáculo à democracia em determinado momento, culturas são historicamente dinâmicas, e não passivas”.<sup>137</sup>

Além do fator cultural, Huntington retoma a ligação direta entre desenvolvimento econômico e democratização para reforçar o papel de líderes políticos no processo. Aqui, fica claro mais uma vez a ideia de possibilidade de intervenção e controle da história no horizonte do autor. Para Huntington, “desenvolvimento econômico torna a democracia possível, liderança política a torna realidade”, o que faz necessário que as “futuras elites políticas ao menos acreditem que a democracia é a menor pior entre as formas de governo”, e que assumam o papel de liderar as transformações “contra radicais e conservadores”. A expansão da democracia dependeria, desta forma, da vontade de quem está no poder.

A democracia se espalhará no mundo na medida em que aqueles que exercem o poder no mundo e em cada país desejarem que ela se espalhe. Por um século e meio depois que Tocqueville observou o surgimento da democracia moderna na América, sucessivas ondas de democratização surgiram nas margens da ditadura. Estimulada por uma maré crescente de progresso econômico, cada onda avançou mais e retrocedeu menos do que

---

<sup>135</sup>Idem. Pg 294. Do original: All of these forms of authoritarianism have existed in the past. It is not beyond the wit of humans to devise new ones in the future. One possibility might be a technocratic electronic dictatorship in which authoritarian rule was legitimated by and made possible by the ability to manipulate information, the media, and sophisticated means of communication.

<sup>136</sup>Idem. Pg 300.

<sup>137</sup>Idem. Pg 311.



sua antecessora. A história, para mudar a metáfora, *não avança em linha reta, mas quando líderes hábeis e determinados empurram, ela se move para frente.*<sup>138</sup>

Tal parágrafo, que conclui a obra *The Third Wave*, confirma não apenas a visão naturalizada que o autor possui sobre a democracia como uma ferramenta do poder, mas também deixa mais clara a noção de História sobre a qual Huntington constrói seu pensamento político.

Ao escrever *The Third Wave* em 1990, Huntington já estava envolvido em um debate com Francis Fukuyama que, como já mencionado, fora seu aluno em Harvard, e no ano anterior havia publicado um artigo na revista *National Interest* com o provocativo título em forma de pergunta: *The End of History?*

Fukuyama – escrevendo mesmo antes da queda do Muro de Berlim – via no colapso do bloco soviético o marco definitivo da vitória da democracia liberal sobre qualquer alternativa ideológica como forma de governo das sociedades. Ainda que conflitos, ditaduras e muitas sociedades não democráticas seguissem existindo, no campo das ideias, a disputa havia se encerrado.

O que estamos testemunhando não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um período em particular da história do pós-guerra, mas o fim da história como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da humanidade, e a universalização da democracia liberal do Ocidente como a forma final de governo humano. Isso não significa que não acontecerão mais eventos (...) pois a vitória do liberalismo ocorreu a princípio no reino das ideias ou da consciência, e está ainda incompleta no mundo material. Mas existem razões fortes para acreditar que esta é a ideia que vai governar o mundo material no longo prazo.<sup>139</sup>

A visão de Fukuyama, que no artigo original ecoava um triunfalismo do bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, mas que estendida no livro de 1992, *The End of History and the Last Man*, trazia algumas possibilidades de interpretação

<sup>138</sup>Idem. Pg 316. Grifos nossos. Do original: Democracy will spread in the world to the extent that those who exercise power in the world and in individual countries want it to spread. For a century and a half after Tocqueville observed the emergence of modern democracy in America, successive waves of democratization washed up on the shore of dictatorship. Buoyed by a rising tide of economic progress, each wave advanced further and ebbed less than its predecessor. History, to shift the metaphor, does not move forward in a straight line, but when skilled and determined leaders push, it does move forward.

<sup>139</sup>FUKUYAMA, Francis. *The End of History?*. The National Interest, Summer 1989. Do original: What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of postwar history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government. This is not to say that there will no longer be events (...) for the victory of liberalism has occurred primarily in the realm of ideas or consciousness and is as yet incomplete in the real or material world. But there are powerful reasons for believing that it is the ideal that will govern the material world in the long run.

menos otimistas, contrastava com a produção intelectual defendida por seu antigo professor nos anos anteriores. Huntington trazia desde *Political Order*, passando por *The Crisis of Democracy*, e posteriormente em *The Third Wave*, uma noção de democracia como uma ferramenta de difícil implantação pelas elites políticas, e não como a conclusão teleológica de um processo histórico universal.

Na edição seguinte da mesma revista, Huntington respondeu a Fukuyama com o artigo *The Errors of Endism*<sup>140</sup>, no qual lembra que pouco tempo antes a tendência era discutir o “declinismo” da sociedade ocidental, com suas democracias problemáticas, crises econômicas e o pessimismo acerca do declínio dos Estados Unidos, amparado pelas experiências históricas do ocaso das potências de outrora, Espanha, França e Reino Unido. O “finalismo”, por outro lado, “se orienta para o futuro, e não para o passado, e é explicitamente otimista”, de acordo com Huntington que, antes de classificar o artigo de Fukuyama como “brilhante”, lança mão de alguma ironia ao questionar “até que ponto tais autores estão falando sério”, ao mesmo tempo em que considera sua réplica justificada “pelo tempo e esforço intelectual dedicado à elaboração de tais argumentos”, bem como pela “sua popularidade generalizada”.

Entre as diferentes manifestações, Huntington identifica que o *finalismo* pode limitar-se a proclamar o fim da Guerra Fria ou, em um nível mais abrangente, defender a ideia de que a guerra entre países desenvolvidos não seria mais possível. Na sua formulação “mais extrema”, presente no “brilhante” artigo de Fukuyama, a guerra só seria possível entre países “ainda presos no processo histórico”. Para Huntington, o finalismo

Em sua forma mais desenvolvida, como no caso de Fukuyama, está enraizado na especulação filosófica e não na análise histórica. Baseia-se não tanto em evidências da história, mas em suposições sobre a história. Em sua forma extrema, o declinismo é historicamente determinista: as nações naturalmente, e talvez inevitavelmente, evoluem por meio de fases de ascensão, expansão e declínio. Elas estão presas nas garras inexoráveis da história. Na forma extrema de finalismo, ao contrário, as nações escapam da história.<sup>141</sup>

<sup>140</sup>HUNTINGTON, Samuel. *The Errors of Endism*. *The National Interest*, 17, Fall 1989.

<sup>141</sup>Idem. Grifos nossos. Do original: Endism, on the other hand, is oriented to the future rather than the past and is unabashedly optimistic. In its most developed form, as with Fukuyama, it is rooted in philosophical speculation rather than historical analysis. It is based not so much on evidence from history as on assumptions about history. In its extreme form, declinism is historically deterministic: nations naturally, and perhaps inevitably, evolve through phases of rise, expansion, and decline. They are caught in the inexorable grip of history. In the extreme form of endism, in contrast, nations escape from history.

Huntington defende que o declinismo possui uma “função histórica útil”, já que sua mensagem para os americanos alertando que “estamos perdendo!” serve como alerta e estímulo a lutar contra o declínio em curso. O finalismo, ao contrário, com sua mensagem de “nós vencemos!”, traz uma postura de complacência relaxada, e suas consequências em caso de engano são “muito mais perigosas e subversivas” se comparadas com o caso da tese declinista estar equivocada.

Como resposta preliminar aos termos desenhados para o fim da história, Huntington garante que o fim da Guerra Fria “provavelmente significa aumento de instabilidade, imprevisibilidade e violência nas relações internacionais”, ou seja, poderia ser “o fim da Longa Paz”.

Quanto à suposta inviabilidade da guerra entre nações democráticas, o autor lembra que estas ainda são minoria no mundo. Além disso, adianta a tese defendida em *The Third Wave*, sobre o retrocesso autoritário em países recentemente democratizados, e cogita a hipótese de que a paz entre países democráticos se deva a outros fatores geopolíticos não relacionados às condições intrínsecas à democracia.

Dissecando os argumentos de Fukuyama, Huntington contesta o exemplo da impossibilidade de guerra entre, por exemplo, Alemanha e França, uma vez que “a tendência da história é a aglutinação de unidades menores em maiores”, e a probabilidade de guerra entre estes grandes blocos seguiria a mesma lógica – uma guerra da União Europeia contra outro bloco, por exemplo. Da mesma forma, Huntington discorda da visão que Fukuyama possui de uma China sem ímpeto expansionista. Para Huntington, o expansionismo chinês “ainda estava por aparecer”, e “um bilhão de chineses engajados em um expansionismo imperialista” seriam capazes de “*impor muita história* sobre o resto do mundo”.

O autor também desconfia do cenário idealizado por Fukuyama, e da combinação entre a ideia de que o comunismo seria incapaz de recuperar seu apelo, que democracias liberais seriam incapazes de entrar em conflito, bem como da impossibilidade do surgimento de novas ideologias, uma vez que “nações e sociedades seguem evoluindo”. Mesmo a simples ideia do triunfo da democracia liberal parece exagerada para Huntington, que identifica naquele momento uma tendência das sociedades a “voltarem-se a suas identidades, culturas, valores e padrões de comportamento tradicionais”, sobretudo no leste europeu recém desligado da União Soviética. Na combinação destes argumentos e aspectos

suscitados, vemos o esboço de sua tese civilizacional, desenvolvida e apresentada anos depois.

Tamanha discordância com a ideia de um modelo definitivo de sociedade faz Huntington afirmar que “a tese de Fukuyama reflete não o desaparecimento do marxismo, mas seu alastramento”, já que “sua imagem do fim da história vem diretamente de Marx”; com a ideia de “um estado universal homogêneo” no qual “todas as contradições anteriores são resolvidas e todas as necessidades humanas satisfeitas”.

Fukuyama diz que o liberalismo é o fim da história. Marx diz que o comunismo “é a solução para o enigma da história”. Eles estão basicamente dizendo a mesma coisa e, o mais importante, estão pensando da mesma maneira. A ideologia marxista segue viva e bem nos argumentos que Fukuyama usa para refutá-la.<sup>142</sup>

Huntington acusa o finalismo de “ênfatisar demasiadamente a previsibilidade da história” e de “ignorar a fraqueza e irracionalidade da natureza humana”, uma vez que tendências atuais podem ou não prosseguir, o que a experiência sugere que este não é o caso. “O registro das previsões feitas por cientistas sociais não é feliz”, ironiza o autor, que vai além.

A história é uma luta que começou com a mordida no fruto proibido e está enraizada na natureza humana. Na história, pode haver derrotas totais, mas não há soluções finais. Assim, enquanto existirem seres humanos, não haverá saída para os traumas da história. Esperar pelo fim benigno da história é humano. Esperar que isso aconteça não é realista. Planejar que isso aconteça é desastroso.<sup>143</sup>

Neste capítulo em que dissecamos o espaço que a democracia ocupa dentro da obra de Huntington, encontramos mais subsídios para a construção de um diagnóstico e delimitação da “ideia de História” que sustenta a obra do autor. Em sua forte reação à teleologia triunfalista de Fukuyama, mais que uma reprovação à ideia do ex-aluno, está uma recusa em aceitar a História nos parâmetros mais ortodoxos da modernidade, ou como definiu François Hartog, no regime moderno de historicidade, uma temporalidade vivida como um processo com direção e sentido, voltado para o futuro.

<sup>142</sup>Idem. Do original: Fukuyama says liberalism is the end of history. Marx says communism “is the solution to the riddle of history.” They are basically saying the same thing and, most importantly, they are thinking the same way. Marxist ideology is alive and well in Fukuyama's arguments to refute it.

<sup>143</sup>Idem. Do original: The struggle that is history began with the eating of the forbidden fruit and is rooted in human nature. In history there may be total defeats, but there are no final solutions. So long as human beings exist, there is no exit from the traumas of history. To hope for the benign end of history is human. To expect it to happen is unrealistic. To plan on it happening is disastrous.

Retomando construções usadas por Huntington, “uma boa história descreve cronologicamente e analisa de forma convincente uma sequência de eventos”, e “mostra por que um evento levou a outro”. Além disso, “a história não avança em linha reta”, mas “se move para frente” quando empurrada por “líderes hábeis e determinados”. O autor também descarta a possibilidade de “nações escaparem da história”, na fórmula de Fukuyama, mas acredita que podem ficar presas em suas “garras inexoráveis”. Huntington chega a citar a “dialética da história” como responsável por “subverter as teorias da ciência social”. Na última citação, “a história é uma luta”, “enraizada na natureza humana”. Está claro que a obra de Huntington está permeada de forma subjacente por alguma forma de crença na história.

Ao pensar a crença no processo histórico, aqui podemos utilizar o modelo proposto por Hartog, que hierarquiza a crença “em história” em um grau superior, “como cremos em Deus”, assim “reconhecendo na História um estatuto equivalente ao que havia precedentemente ocupado a teologia como discurso criador de sentido das sociedades”. Parece ser o caso, entre tantos, da proposta de Fukuyama para o fim da história, a conclusão dos desígnios de um processo evolutivo inexorável. Ao colocar-se contra tal desenho, Huntington mostra sua descrença “em história”, mas sem negar sua crença “na história”, em um grau inferior, e nas palavras de Hartog, “crer que existe uma história ou história em ação de uma maneira ou outra”, da qual “postula-se que a contingência não é tudo, e que se pode apreender uma certa ordem no que se manifesta ou se produz, e se estima que vale a pena relatar, tanto quanto se pode, o que se passou, para se lembrar, ou para se servir dela”<sup>144</sup>. Ao tentar buscar os padrões e em eventos capazes de causar outros eventos, ao vaticinar que “a história não se move em linha reta”, e mesmo ao tentar prever o futuro dos acontecimentos, a temporalidade Huntington não nega a modernidade. Como aponta Hartog,

Desta crença de segundo escalão (que pode muito bem se confundir com a primeira na História providencial), existiram diferentes modelos. Entre os modernos, os mais deterministas acreditaram nas causas e nas leis, outros recorreram a invariantes antropológicas, procuraram forças profundas, atualizaram as regularidades e construíram séries, buscando identificar a mudança através daquilo que pouca e imperceptivelmente mudava. Desconfiados dessa pesada aparelhagem, outros jamais deixaram de acreditar nos atores, nas ações e nas contingências: o acontecimento é seu elemento, o grande homem, seu sujeito.<sup>145</sup>

<sup>144</sup>HARTOG, François. *Crer em História*. Pg 10.

<sup>145</sup>Idem. Pg 11.

A primazia dos acontecimentos – Huntington chega a definir hora e local para o início da terceira onda de democratizações – e dos grandes homens, os “líderes hábeis” capazes de direcionar a história, coloca o autor entre os “desconfiados” com a História, para usar o termo de Hartog.

Porém, entre todos os sinais oferecidos por Huntington, não podemos ignorar a comparação que o autor faz de si mesmo a Maquiavel ao comentar os trechos de *Third Wave* indicados como “guia de ação para democratizadores”. Deixando de lado as avaliações acerca da modéstia do autor, a referência ao criador da ciência política moderna – responsável por combinar e superar a noção de ciclo político da filosofia clássica e a escatologia cristã, criando uma nova temporalidade política<sup>146</sup> – também diz muito sobre a história para Huntington. Marcelo Jasmin, ao retomar uma genealogia da ideia de história universal, lembra dos usos da história por Maquiavel, não apenas como reprodutor da *historia magistral vitæ*, na verificação de “exemplos positivos e negativos, as ações que devem ser imitadas e aquelas que se deve evitar” como ferramentas para manutenção de poder d’O Príncipe. Há aqui “uma crença na repetição da história em dois sentidos”, a de que qualquer situação a ser enfrentada pelo príncipe possui analogia com algum evento do passado, e a ideia de que a repetição da ação tomada no passado levará aos mesmos resultados. A crença de Maquiavel na repetição dos resultados teria origem também em dois aspectos: a perspectiva antropológica, baseada na psicologia, de que a natureza humana é imutável e seus comportamentos previsíveis, e a ideia de que a possibilidade de circunstâncias da vida humana é limitada, logo, “o que se espera acontecer adiante não é tão distinto do passado”, o que permite ao ator político “sempre buscar na história uma orientação para o seu agir”.<sup>147</sup>

Ou, nas palavras de Huntington, “a história é uma luta que começou com a mordida no fruto proibido e está enraizada na natureza humana” e “enquanto existirem seres humanos, não haverá saída para os traumas da história”. Se a história não acabou, então tal conflito deve continuar – agora em uma escala sem precedentes.

<sup>146</sup>MANSFIELD, Harvey. "Machiavelli and the Idea of Progress". In: MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995

<sup>147</sup>JASMIN, Marcelo. “As armadilhas da história universal”. NOVAES, Adauto (org.). *A invenção das crenças*. São Paulo, SESC, 2011, Pg 385.

## Capítulo 3

### Conflito, Civilizações e Identidade

O debate sobre o fim da história foi um vetor definitivo para a sequência da produção intelectual de Samuel Huntington.<sup>148</sup> A oposição do autor ao artigo publicado por Fukuyama em 1989, como mostramos, apareceu já na edição seguinte da mesma revista com *The Errors of Endism*, e também nos capítulos finais de *The Third Wave*, escrito ao longo de 1990. Em ambos os casos, já é possível identificar o desenho geral do paradigma civilizacional que seria proposto em *The Clash of Civilizations*.

Em *Political Conflict After the Cold War*<sup>149</sup>, Huntington compara duas propostas então recentes: a de Fukuyama, acerca do fim da história e do triunfo da democracia liberal, e a de John Mearheiser, que em 1990 publicou o artigo *Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War*, no qual projeta uma nova era de conflitos e insegurança como resultante do derretimento da lógica de bipolarização e equilíbrio de alianças que vigorou ao longo da Guerra Fria<sup>150</sup>. Para Huntington, é claro, ambos estão equivocados em algum nível.

Fukuyama estaria “apenas 75% errado”, pelo fato de considerar a inexistência de guerras entre as democracias liberais, um argumento que teria bom grau de confirmação empírica. Porém, Huntington lê na tese de Fukuyama a ideia de que o alastramento da democracia ampliaria essa “zona pacífica” para todo o mundo, ponto do qual discorda. A interpretação de Huntington, vale notar, não condiz com

<sup>148</sup>MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995. Como indicado na Introdução deste trabalho, o volume traz uma réplica articulada por Fukuyama após a publicação de seu artigo original denominada *On The Possibility of Writing a Universal History*. Huntington aparece com *Political Conflict After the Cold War*, uma versão mais avançada da ideia que viria a ser consolidada em *The Clash of Civilizations?* dois anos depois. Os eventos que deram origem ao volume foram parte do Simpósio de Ciência, Razão e Democracia Moderna, criado em 1989 pelo Departamento de Ciência Política da Michigan State University.

<sup>149</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *Political Conflict After the Cold War*. In: MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995.

<sup>150</sup>MEARHEISMER, John. *Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War*. *International Security*, Vol. 15, No. 1. (Summer, 1990), pp. 5-56.

uma leitura mais ampla e menos simplista tanto do artigo original de seu discípulo, quanto da obra ao qual deu origem. Fukuyama não prevê o fim compulsório de conflitos ou o alastramento automático da democracia para todo o planeta. Tal leitura sedimentada por certo consenso criado pela grande repercussão de sua ideia trouxe mais prejuízos que ganhos à compreensão de sua obra.

Huntington também discorda de Mearsheimer, que estaria “50% correto”, por apontar o grande número de antagonismos étnicos, religiosos e culturais que reascenderam na Europa após a queda soviética. Porém, Huntington desdenha da proposta por, na sua leitura, ignorar o padrão de paz entre as democracias, bem como o papel e o poder das instituições supranacionais, caso da Comunidade Europeia e da Otan.

Para o autor, Fukuyama “foca seu principal argumento democrático na União Soviética e na China, onde ele está errado, e não na Europa, onde ele está certo”, enquanto “Mearsheimer foca seu argumento na Europa, onde está errado, e ignora o Terceiro Mundo, onde o argumento é verdadeiro”.<sup>151</sup>

O ataque de Huntington ao desenho proposto por Fukuyama, mais que eventualmente gerar uma nova proposta em seu paradigma civilizacional, também explicita as discordâncias sobre a visão de história que o primeiro enxerga no segundo.

Fukuyama é doutor em filosofia em Harvard e um homem de ideias. Ele identifica a *história da história com a história da ideologia e o conflito histórico com o conflito ideológico*. Esta é uma visão distintamente moderna, ocidental e intelectual do conflito. O século XX, como diz Fukuyama, foi caracterizado por um “paroxismo de violência ideológica”. A ideologia é um fenômeno moderno, um produto do século XIX. No entanto, houve violência e conflito durante séculos antes da Revolução Francesa. Não houve história antes da Revolução Francesa? Certamente houve muitas guerras. *O conflito ideológico não é a norma na história, mas a exceção na história*. A maior parte da história tem sido a história de lutas entre tribos, raças, nacionalidades, povos e entre grupos étnicos, religiosos e raciais nas mesmas sociedades. O fim do conflito ideológico não significa o fim do conflito. Na verdade, pode muito bem significar a retomada de outros tipos de conflito.<sup>152</sup>

<sup>151</sup>HUNTINGTON, Samuel P., “Political Conflict After the Cold War”. In: MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Pg 141.

<sup>152</sup>Idem. Pg 147. Grifos nossos. Do original: Fukuyama is a Harvard doctor of philosophy and a man of ideas. He identifies the history of history with the history of ideology and historical conflict with ideological conflict. This is a distinctly modern, western, and intellectual view of conflict. The twentieth century, as Fukuyama says, has been characterized by a “paroxysm of ideological violence.” Ideology is a modern phenomenon, a product of the nineteenth century. Yet there were violence and conflict for centuries before the French Revolution. Was there no history before the French Revolution? There certainly were an awful lot of wars. Ideological conflict is not the norm in history, but the exception in history. Most history has been the history of struggles between tribes, races, nationalities, peoples,



O argumento de Huntington, apesar de direto e pragmático, passa longe da especulação teórica que sustenta a tese de Fukuyama. O fim do absolutismo marcando o triunfo da razão, a lógica hegeliana do fim da história já na vitória de Napoleão em Jena, a suposta exaustão dos modelos de sociedades – uma construção teórica pretensiosa, refutada pela singela ideia que vincula a existência da história à continuidade da guerra. Assim, Huntington descarta as propostas tanto de Fukuyama quanto de Mearsheimer, por avaliarem apenas “formas passadas de conflito”, os conflitos entre ideologias e os conflitos entre estados-nação, que “não devem ser as formas predominantes de conflito no século XXI”, para Huntington. “Será o conflito entre as tribos que, em seu nível maior, é o conflito entre civilizações”<sup>153</sup>.

### 3.1 O Choque de Civilizações?

Foi com um título em forma de pergunta retórica – a exemplo do artigo *The End of History?*, de Fukuyama – que Huntington apresentou sua previsão acerca de como a história continuaria.

É minha hipótese que a fonte fundamental de conflito neste novo mundo não será principalmente ideológica nem econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte dominante de conflito serão culturais. Os estados-nação continuarão sendo os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre nações e grupos de civilizações diferentes. As fronteiras entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro. O conflito entre civilizações será a mais nova fase na evolução do conflito no mundo moderno.<sup>154</sup>

---

and between ethnic, religious, and racial groups in the same societies. The end of ideological conflict does not mean the end of conflict. Indeed, it may well mean the reinvigoration of other types of conflict.

<sup>153</sup>Idem. Pg.147.

<sup>154</sup>HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations?*. Foreign Affairs, Summer 1993. Do original: It is my hypothesis that the fundamental source of conflict in this new world will not be primarily ideological nor primarily economic. The great divisions among humankind and the dominating source of conflict will be cultural. Nation states will remain the most powerful actors in world affairs, but the principal conflicts of global politics will occur between nations and groups of different civilisations. The fault lines between civilisations will be the battle lines of the future. Conflict between civilisations will be the latest phase in the evolution of conflict in the modern world.

*The Clash of Civilizations?* é a hipótese que Huntington considera adequada à “nova fase da política mundial”, dada sua discordância com os “intelectuais que não hesitaram em proliferar visões de como esta seria”: o fim da história, o retorno das rivalidades entre estados-nação, ou o declínio destes na “tensão entre o tribalismo e o globalismo”.

Ao identificar uma “nova fase”, notamos que Huntington refere-se à “evolução do conflito”, como sinônimo para “continuidade da história”. Nesta linha evolutiva da modernidade iniciada na Paz de Westfália, o autor aponta como primeira “fase” o conflito entre reis, monarcas absolutistas disputando a ampliação de seu poder pela expansão de territórios, exércitos, burocracias e controle de mercados. A fase seguinte, com a Revolução Francesa como marco, substituiu o conflito entre príncipes pelo confronto entre nações e seus povos, padrão que se estenderia até o final da I Guerra. O modelo de conflito seguinte teria como catalisador a Revolução Russa e a reação à mesma, o que traria a fase de conflitos entre ideologias, primeiro entre comunismo, nazi-fascismo e a democracia liberal e, durante a Guerra Fria, entre duas potências que definiam-se em termos ideológicos. Então, após os conflitos entre reis, povos e ideologias, a continuidade da história, para o Huntington, está no confronto entre civilizações. Ainda conforme o autor, todos estes modelos de conflito ocorreram “dentro da civilização ocidental”. Assim,

Com o fim da Guerra Fria, a política internacional sai de sua fase ocidental e sua peça central torna-se a interação entre o Ocidente e as civilizações não ocidentais, e a relação entre estas últimas. Na política das civilizações, as pessoas e governos de civilizações não-ocidentais não mais aparecem como objetos da história e alvos do colonialismo ocidental, mas *unem-se ao Ocidente como responsáveis por mover e moldar a história.*<sup>155 156</sup>

O que são as civilizações para Huntington? São “entidades culturais”, ou “o mais alto agrupamento cultural entre pessoas e o nível mais amplo de identidade cultural que estas possuem antes da distinção entre humanos e outras espécies”. As pessoas podem ter “níveis de identidade” – um romano poderia identificar-se como

<sup>155</sup>Idem. Pg 23. Grifos nossos. Do original: With the end of the cold war, international politics moves out of its western phase and its centrepiece becomes the interaction between the West and non-western civilisations and among non-western civilisations. In the politics of civilisations, the peoples and governments of non-western civilisations no longer remain the objects of history as targets of western colonialism but join the West as movers and shapers of history.

<sup>156</sup>Nota de tradução: como algumas das obras de Huntington utilizadas neste trabalho estão em inglês britânico, termos como *civilisation* e *centrepiece* têm grafia distinta do inglês norte-americano, *civilization* e *centerpiece*.

romano, italiano, católico, cristão, europeu, ocidental –, mas sua civilização seria o “nível mais alto com o qual se identifica”. Além disso, elas podem “redefinir suas identidades”, o que torna a composição e os limites das civilizações maleáveis.<sup>157</sup> Um debate mais profundo sobre o conceito de civilização seria realizado pelo autor no livro lançado anos depois, que será contemplado mais adiante em nossa investigação. A importância de uma análise cuidadosa do artigo original vem não só da pretensão do autor em lançar nestas poucas páginas um novo paradigma para a história pós Guerra Fria, capaz de substituir todos os demais, mas também pela futura publicação de uma obra mais completa sobre o tema, produzida sob a justificativa de que houve grande “interesse, má interpretação e controvérsia” a respeito do artigo original.<sup>158</sup>

As civilizações, afirma Huntington, são dinâmicas: elas ascendem, decaem, desaparecem, dividem-se e fundem-se. Uma civilização pode ter uma população enorme, como a chinesa, ou pequena, como o caribe anglófono; pode contemplar vários estados-nação, como a civilização latino-americana, ou apenas um, como a japonesa. Há mistura e sobreposições, o que permite a existência de “subcivilizações”, caso dos árabes, turcos e malaios dentro da civilização islâmica.

São sete – ou oito – as civilizações definidas por Huntington em seu artigo original: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslávica-ortodoxa, latino-americana e “possivelmente”, a civilização africana. Da mesma forma, o autor identifica seis explicações que tornam o cenário de conflito entre estas civilizações o mais plausível.

Em primeiro lugar, Huntington aponta a natureza “básica” das civilizações, que se diferenciam por “sua história, língua, cultura, tradição e, mais importante, pela religião”. As diferentes visões de mundo entre as populações das diferentes civilizações são “produtos de séculos”, que “não vão desaparecer tão cedo”, e “muito mais fundamentais que diferenças entre ideologias e regimes políticos”.

O segundo ponto leva em conta o fato de que o mundo estaria “se tornando menor”, com o aumento de interação entre pessoas de diferentes civilizações, o que segundo Huntington reforça a “consciência civilizacional” ao mesmo tempo em que os aspectos em comum dentro de cada civilização também ficam mais evidentes. O

---

<sup>157</sup> Idem. Pg. 24.

<sup>158</sup> HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996.

exemplo citado é a hostilidade dos franceses à imigração norte-africana, enquanto há uma nova receptividade aos poloneses, “bons europeus e católicos”.

O terceiro aspecto identificado pelo autor seria o fato de a modernização econômica e as mudanças sociais advindas desta atuarem no sentido de afastar as pessoas de suas identidades locais, e mesmo de sua identificação com os estados-nação, vazio que em grande parte seria ocupado pela religião e, em muitos casos, pelas variantes fundamentalistas das principais crenças do mundo atraindo uma população jovem e educada. O processo de “dessecularização” do mundo transcenderia os limites nacionais, unindo as pessoas em seu comprometimento com a identidade de cada civilização.

Outro fenômeno sublinhado pelo autor seria o “papel duplo” exercido pelo Ocidente no pós-Guerra Fria: ao mesmo tempo em que este alcança um poderio geopolítico sem precedentes, há um movimento de resistência e retorno às raízes por parte das populações não ocidentais, uma “asianização” do Japão, “hinduização” da Índia, e a “reislamização” do Oriente Médio, todas como “resposta ao fracasso da disputa ideológica ocidental entre socialismo e nacionalismo”. Tal resistência marcaria uma inversão no perfil das elites locais, antes ocidentalizadas, ao mesmo tempo em que a cultura ocidental torna-se mais popular na base destas sociedades.

O quinto aspecto que fomentaria a disputa entre civilizações é a impossibilidade da “mobilidade cultural” das populações. Estas, em disputas anteriores, poderiam mudar de classe social, posição política ou mesmo nacionalidade, o que dificilmente ocorreria em relação à sua cultura.

A sexta e última força que levaria ao choque cultural mapeada por Huntington tem base econômica, e no crescimento do chamado “regionalismo econômico”, isto é, o avanço da importância do comércio entre países dentro de uma mesma região cultural, casos da Comunidade Europeia, do Sudeste Asiático, e da América do Norte. Para o autor, o sucesso dos blocos econômicos seria ao mesmo tempo condicionado pelas afinidades culturais e um fator de reforço da consciência civilizacional.

A combinação destes fatores e “os esforços do Ocidente em promover seus valores de democracia e liberalismo como universais”, aos olhos de Huntington, é o cenário que provocará a reação das outras civilizações. O choque entre estas aconteceria, na hipótese do autor, localizado em dois níveis: entre grupos

adjacentes localizados no que ele chama “linhas de fratura”<sup>159</sup> nos quais as civilizações entrariam em conflito por território e pelo controle de umas sobre as outras. A queda da cortina de ferro e a imediata ebulição entre populações católicas, ortodoxas e islâmicas trouxe uma rápida confirmação para o cenário. Em um nível macro, o conflito entre as civilizações se daria no campo militar e econômico, na disputa por organismos internacionais e na promoção de seus valores religiosos e políticos.

A fronteira vista com possibilidade mais imediata de conflagração seria a do Ocidente com o mundo islâmico, limite onde os conflitos “vêm ocorrendo há 1300 anos”. O processo de libertação das colônias ocidentais no norte da África, a dependência ocidental em relação ao petróleo do Oriente Médio, bem como um lento processo de desenvolvimento social, econômico e democratização em autocracias na região acabaria por exacerbar a oposição ao Ocidente. O crescimento demográfico e a conseqüente migração para a Europa sem fronteiras internas acirra o que, segundo Huntington, “já é visto pelos dois lados” como um “choque de civilizações” entre o Ocidente e o Islã. O termo é creditado ao historiador britânico Bernard Lewis – um dos alvos do Orientalismo mapeado e criticado por Edward Said. Em um artigo de 1990, *The Roots of Muslim Rage*, Lewis definiu:

Já deve estar claro que estamos enfrentando um sentimento e um movimento que transcende em muito o nível de questões e políticas e os governos que as perseguem. Isso é nada menos que um choque de civilizações - a reação talvez irracional, mas certamente histórica, de um antigo rival contra nossa herança judaico-cristã, nosso presente secular e a expansão mundial de ambos. É extremamente importante que nós, do nosso lado, não sejamos provocados a uma reação igualmente histórica, mas também irracional, contra esse rival.<sup>160</sup>

O cenário proposto por Huntington prevê uma natural aproximação e aglutinação entre “países afins”, que compartilham as mesmas bases culturais, que deixariam os alinhamentos mais claros em caso de conflitos e guerras. O autor toma como exemplo a guerra civil espanhola, que nos anos 1930 provocou a mobilização de forças fascistas, comunistas e democráticas, enquanto, para comparação, a

<sup>159</sup> *Fault lines*, no original.

<sup>160</sup> LEWIS, Bernard. *The Roots of Muslim Rage*. The Atlantic, Setember 1990. Do original: It should by now be clear that we are facing a mood and a movement far transcending the level of issues and policies and the governments that pursue them. This is no less than a clash of civilizations—the perhaps irrational but surely historic reaction of an ancient rival against our Judeo-Christian heritage, our secular present, and the worldwide expansion of both. It is crucially important that we on our side should not be provoked into an equally historic but also equally irrational reaction against that rival.

guerra na Bósnia-Herzegovina nos anos 1990 mobilizou as frentes muçulmanas, ortodoxas e cristãs ocidentais.

Para Huntington, o poderio do Ocidente, consolidado após a derrocada do bloco comunista, manifesta-se nas decisões de organismos como o Conselho de Segurança da ONU e o Fundo Monetário Internacional, cujos objetivos são apresentados e legitimados como sendo interesses “da comunidade internacional”, o que traria um cenário de crescente insatisfação aos não-ocidentais. Notamos que tal discurso sofreria anos depois uma guinada ao ser apropriado pelos teóricos do “antiglobalismo”, que veriam estes mesmos organismos como artífices de uma conspiração contra a cultura ocidental.

Tal situação de “Ocidente contra o resto” já estaria sendo desafiada por uma articulação que o autor chama de “conexão confuciano-islâmica”, concentrada especialmente na disputa armamentista – enquanto o Ocidente, já armado, promove o discurso de não proliferação nuclear, as nações não-ocidentais defendem seu interesse na produção do armamento capaz de garantir sua autonomia em questões de segurança nacional. O crescimento dos gastos militares da China, país que já possui armas nucleares, também o transforma em fornecedor de armamentos para países não alinhados ao Ocidente.

Após apresentar sua hipótese para um paradigma civilizacional, Huntington, talvez já prevendo simplificações, também tenta deixar claro o que *não é* parte de sua hipótese.

Este artigo não argumenta que as identidades civilizacionais substituirão todas as outras identidades, que os Estados-nação desaparecerão, que cada civilização se tornará uma única entidade política coerente, que grupos dentro de uma civilização não entrarão em conflito e até mesmo lutarão entre si. Este artigo apresenta a hipótese de que as diferenças entre civilizações são reais e importantes; a consciência civilizacional está aumentando; o conflito entre civilizações suplantará o conflito ideológico e outras formas de conflito como a forma global dominante de conflito; as relações internacionais, historicamente um jogo jogado dentro da civilização ocidental, serão cada vez mais desocidentalizadas e se tornarão um jogo no qual as civilizações não-ocidentais são atores e não simplesmente objetos.<sup>161</sup>

---

<sup>161</sup>HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations?*. Foreign Affairs, Summer 1993. Pg. 42. Do original: This article does not argue that civilization identities will replace all other identities, that nation states will disappear, that each civilization will become a single coherent political entity, that groups within a civilization will not conflict with and even fight each other. This paper does set forth the hypotheses that differences between civilizations are real and important; civilization-consciousness is increasing; conflict between civilizations will supplant ideological and other forms of conflict as the dominant global form of conflict; international relations, historically a game played out within Western civilization, will increasingly be de-Westernized and become a game in which non-Western civilizations are actors and not simply objects;

Huntington também deixa claro que não está advogando pelo “desejo de conflito entre as civilizações”, mas que, ao expor uma hipótese sobre o futuro, é necessário “considerar as hipóteses para a política Ocidental”. O autor traça então dois cenários: no curto prazo, a sociedade ocidental deve promover a cooperação e a unidade dentro de seu limite civilizacional, evitando conflitos internos e considerando a “incorporação” das civilizações ortodoxa e latino-americanas, dada sua proximidade ao Ocidente. Também no curto prazo, o autor considera que é preciso limitar a expansão do poderio militar da China e dos estados islâmicos, além de “explorar as diferenças e conflitos entre ambos”. Da mesma forma, seria necessário “fortalecer as instituições internacionais que refletem e legitimam os interesses e valores ocidentais”, e ao mesmo tempo “promover o envolvimento de estados não-ocidentais nessas instituições”.<sup>162</sup>

No horizonte do longo prazo, Huntington vê desafios que cruzam caminhos com conceitos caros à nossa investigação teórica: o autor lembra que “a civilização ocidental é tanto ocidental, quanto moderna”, enquanto as demais civilizações “tentam tornar-se modernas sem virarem ocidentais”, buscando conciliar a modernidade com suas tradições, culturas e valores. Huntington aqui coloca a “aquisição de riqueza, tecnologia, habilidades, maquinário e armamentos” como algo intrínseco a esta modernidade buscada pelos não-ocidentais, o que obrigará o Ocidente a “acomodar” estas civilizações com valores e interesses distintos, “manter o poderio econômico e militar necessários para proteger seus interesses” e, ao mesmo tempo “desenvolver uma compreensão mais profunda dos pressupostos filosóficos e religiosos” dos outros grupos civilizacionais, buscando elementos em comum. A conclusão de Huntington é que “no futuro relevante, não existirá uma civilização universal, mas um mundo de diferentes civilizações, todas com a necessidade de aprender a coexistir com as demais”.<sup>163</sup>

---

<sup>162</sup>Idem. Pg. 49.

<sup>163</sup>Idem. Pg. 49.

### 3.2 Civilizações e Temporalidades

Já notamos que, ao longo de sua produção intelectual, Samuel Huntington não possui grande preocupação em manter-se alinhado a determinados marcos ou referenciais teóricos, ao menos no que diz respeito à teoria da história e à historiografia. Pode-se dizer que tampouco há obrigação do cientista político em conhecê-los, ou segui-los. O próprio autor, em obras anteriores, comenta sobre a provável insatisfação por parte de historiadores na leitura de sua produção e, no caso de *Clash of Civilizations*, chega a afirmar que seu livro “não tem a intenção de ser um trabalho de ciência social”, mas sim “apresentar um quadro, um paradigma, sob os quais a política global possa ser vista, que faça sentido para pesquisadores e seja útil para os definidores de políticas”<sup>164</sup>.

Huntington, ao justificar a produção da obra, aponta que as “pessoas ficaram entre impressionadas, intrigadas, ultrajadas, assustadas e perplexas” pelos argumentos de seu artigo original, e que “o interesse, os erros de interpretação e a controvérsia” sobre o mesmo – “que teve o ponto de interrogação em seu título ignorado”, lembra –, teriam despertado seu interesse aprofundar algumas das questões levantadas. Há, porém, poucas novidades ao desenho proposto originalmente, como o próprio autor aponta: uma delas é o “crucial impacto do crescimento populacional na instabilidade e no balanço de poder”, em uma referência ao déficit de natalidade do Ocidente em relação às populações islâmica, hindu e chinesa. A outra temática apresentada no livro é sintetizada em sua frase de conclusão: “os choques de civilizações são a maior ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional baseada em civilizações é a mais certa salvaguarda contra a guerra mundial”.<sup>165</sup> Assim, um pouco além de sua hipótese original, Huntington oferece em seu livro uma proposta para um novo desenho geopolítico pensado de acordo com o seu referencial civilizatório.

A tentativa de enquadrar sua obra dentro dos cânones da teoria da história, mesmo sem o compromisso com uma normatização forçada, é uma missão ingrata, talvez inútil. A exemplo das obras anteriores, em *Clash of Civilizations* é possível verificar algumas análises equivocadas, ou mesmo ultrapassadas pelo desenrolar

---

<sup>164</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996. Pg 13.

<sup>165</sup>Idem. Pg 321.



dos acontecimentos geopolíticos dos anos seguintes. Mas ao produzir, três anos após seu artigo original, o grande volume de mais de quatrocentas páginas intitulado *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* – O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial – Huntington, além de retirar do título a interrogação que dava ares de especulação à proposta inicial, busca legitimar sua abordagem civilizacional ao evocar nomes poderosos. Se em *Third Wave* sua referência longínqua e um tanto exagerada é Maquiavel, aqui temos um elenco maior.

Ao afirmar que “a história humana é a história das civilizações”, e que “é impossível pensar o desenvolvimento da humanidade em outros termos”, Huntington apresenta uma lista de grandes estudiosos da história, sociologia e antropologia que abordaram e buscaram as “causas, surgimentos, ascensões, interações, feitos, declínios e quedas das civilizações”: Max Weber, Emile Durkheim, Oswald Spengler, Pitirim Sorokin, Arnold Toynbee, Alfred Weber, A. L. Kroeber, Philip Bagby, Carroll Quigley, Rushton Coulborn, Christopher Dawson, S. N. Eisenstadt, Fernand Braudel, William H. McNeill, Adda Bozeman, Immanuel Wallerstein, e Felipe Fernandez-Armesto. Apesar de diferentes perspectivas e metodologias utilizadas pelos autores, Huntington nota “grandes concordâncias nas propostas principais a respeito da natureza, identidade e dinâmicas das civilizações”.<sup>166</sup>

Primeiramente, a distinção entre civilização no singular – o conceito que se opõe a “barbárie”, indicando a diferença entre uma sociedade civilizada e uma primitiva. Tal uso do conceito de civilização ao longo dos séculos XVII e XVIII trouxe “padrões e critérios para o julgamento das sociedades”: ser civilizada é bom, não o ser é ruim. Depois, o crescente uso de civilizações no plural trouxe a ideia de que existem diferentes sociedades, civilizadas cada uma à sua forma, afastando-se de um padrão que privilegia e resume a ideia de civilização a algumas elites. Seu livro, diz Huntington, trata das “civilizações no plural”, embora reconheça no mais recente uso do conceito no singular a retomada da ideia de que exista uma única “civilização universal”, argumento que considera insustentável. Voltaremos ao tema.

Antes, sem a pretensão de esgotar os referenciais teóricos relacionados ao estudo da civilização, também notamos a relevância de outras abordagens para além da historiografia. No campo da linguística, temos a investigação de Émile

---

<sup>166</sup>Idem. Pg 40.

Benveniste sobre a consolidação e uso do termo *civilização* em tempos modernos. Lembrando o esforço de Lucien Febvre em identificar o termo antes de 1766, Benveniste chega a Victor Riqueti, o marquês de Mirabeau, economista e filósofo francês que já em 1756 coloca a "religião como primeira moda da civilização", e a civilização como a "suavização dos costumes, a urbanidade, a polidez e os conhecimentos". Neste processo que "visava a tornar homem e sociedade mais policiados", ou "processo coletivo e original que tirou o homem da barbárie", já nota-se o uso de *civilização* como estado da sociedade civilizada, denotando uma visão histórica da sociedade, uma vez que *civilidade*, termo estático, não mais exprimia seu processo. O mesmo mostra-se válido para as primeiras referências contemporâneas do termo no inglês, sempre com o sentido de oposição à barbárie, mas também com a carga de um processo de "refinamento", ou o estágio final deste processo.<sup>167</sup>

Jean Starobinski parte daí, também lembrando a conotação jurídica da palavra civilização, "tornar civil um processo criminal", uso abandonado conforme o conceito se transformava e agregava mais sentidos. Ambos os autores localizam o uso do termo antes da Revolução, identificando civilização como um sinônimo de *emancipação*, um "substituto secular para a religião" e, adiante, "o uso do mesmo termo, *civilização*, para descrever tanto o processo fundamental da história quanto o resultado final deste processo", estabelecendo "uma antítese entre civilização e um estado primordial hipotético"<sup>168</sup>. A evolução do uso do termo, para além da ideia de civilização como etapa histórica posterior à selvageria e barbárie, também leva à sentidos conflitantes, caso do uso de civilização "como valor", remetendo à carga positiva original, e da civilização "como fato", sobretudo em relação à sociedade industrial Ocidental, responsável pela corrupção do homem e, portanto, passível de crítica.

É particularmente importante notar que, devido a estes valores associados, devido à conexão com ideias de perfectibilidade e progresso, a palavra civilização denotava mais que um complexo processo de refinamento dos modos, organização social, progresso técnico e conhecimento avançado, assumindo uma aura sagrada, capaz de por vezes reforçar valores tradicionais religiosos, e por vezes suplantá-los. A história da palavra civilização portanto leva a esta observação crucial: uma vez que um conceito

<sup>167</sup>BENVENISTE, Émile. "Civilização: contribuição à história da palavra". In: *Problemas de Linguística Geral I*. Pontes Editores. São Paulo. 1991. Pgs 374-376.

<sup>168</sup>STAROBINSKI, Jean. "The Word Civilization" In: *Blessings in Disguise; Or, The Morality of Evil*. Harvard Press. 1993. Pg 5.

assume uma autoridade sagrada e portanto adquire o poder de mobilizar, ele logo provoca conflito entre grupos políticos e escolas rivais de pensamento reivindicando serem seus promotores e defensores, como tais, insistindo no direito exclusivo de propagar a nova ideia.<sup>169</sup>

Starobinski identifica o uso atual de *civilização* em "vários sentidos paralelos e contraditórios", lembrando que a distinção entre *civilização* e *cultura* "não é mais tão claro quanto já foi, embora persista". O uso de *civilizações* no sentido predominante neste trabalho remete à etnologia, e seu "uso relativo do termo: existem muitas civilizações distintas cada uma com sua própria legitimidade", sendo reponsabilidade da "ciência determinar a extensão territorial, características distintas e datas de surgimento e extinção de cada uma", uma vez que o importante nesse caso é a "transformação nos padrões de fronteiras e sistemas de valor, não o julgamento qualitativo feito de forma ingênua com base em nosso próprio sistema de valores". Para o autor, no momento em que a civilização Ocidental "torna-se consciente sobre si mesma é que ela passa a ver-se como uma civilização entre outras". Nesses termos, a "nossa" civilização Ocidental mostra-se como a única que se interessa pelas demais, o que é manifestado eventualmente em autocríticas pelos danos causados, mas também em ideias ameaças, perigos, medo e poder.<sup>170</sup> A carga semântica que simultaneamente combina crítica e valor, aura religiosa e emancipação, a ideia de processo histórico em andamento e uma etapa concluída, deixam claros os aspectos essencialmente Ocidentais agregados pelo conceito de civilização desde sua gênese.

De sua parte, Huntington aponta um quase consenso no tratamento de civilização como uma "entidade cultural", ideia que – aqui Huntington cita Braudel – só não seria totalmente aceita na Alemanha, cujos pensadores do século XIX propunham uma "distinção clara entre civilização, envolvendo processos, tecnologia

---

<sup>169</sup>Idem. Pg 17. Do original: It is particularly important to note that, because of these associated values, because of the connection with the ideas of perfectibility and progress, the word civilization denoted more than just a complex process of refinement of mores, social organization, technical progress, and advancing knowledge; it took on a sacred aura, owing to which it could sometimes reinforce traditional religious values and at other times supplant them. The history of the word civilization thus leads to this crucial observation: once a notion takes on a sacred authority and thereby acquires the power to mobilize, it quickly stirs up conflict between political groups or rival schools of thought claiming to be its champions and defenders and as such insisting on the exclusive right to propagate the new idea.

<sup>170</sup>Idem. Pg 29-32.

e fatores materiais, e cultura, envolvendo valores, ideais e as mais altas qualidades artísticas e intelectuais de uma sociedade”.<sup>171</sup>

Ao elencar as definições de civilização de, entre outros, Braudel (“um espaço, uma área cultural, uma coleção de características e fenômenos culturais”), Wallerstein (“uma concatenação particular de visões de mundo, costumes, estruturas e cultura”), Durkheim e Mauss (“uma espécie de ambiente moral que abrange um certo número de nações”), Spengler (“uma civilização é o *destino* inevitável da cultura) e Toynbee (civilização é uma “totalidade”, que “abrange sem ser abrangida pelas demais”), Huntington escolhe a religião como elemento cultural mais definidor de uma civilização, acima de etnia, língua ou nacionalidade.<sup>172</sup>

Vale um breve desvio por estes caminhos tomados pelo autor. O apelo à autoridade dos clássicos por meio de recortes pontuais agrega pouco à proposta de Huntington que, por exemplo, apoia-se em Spengler, Toynbee e Braudel como se a afinidade entre os quatro fosse significativa. Spengler, lembramos, produziu em 1918 *O Declínio do Ocidente*, propondo a abordagem às civilizações como “superorganismos” que evoluem, atravessam fases e se esgotam um período de tempo passível de projeção.

Assim, eu vi o presente - a iminente Guerra Mundial – sob outra luz. Não era mais uma constelação momentânea de fatos casuais devidos a sentimentos nacionais, influências pessoais ou tendências econômicas dotadas de uma aparência de unidade e necessidade pelo esquema de algum historiador de política ou causa e efeito social, mas o tipo de mudança de fase histórica ocorrendo dentro de um grande organismo histórico cuja bússola foi definida no ponto predeterminado para ele há centenas de anos.<sup>173</sup>

Nas oito “altas culturas” mapeadas por Spengler, todas respeitariam cerca de um milênio de ascensão e um milênio de declínio, cuja fase final é por ele definida como “civilização”. O alemão levava adiante sua abordagem civilizacional também como um avanço em relação à visão linear da história, da cronologia que impõe os períodos antigo, medieval e moderno de forma ordenada.<sup>174</sup> Arnold Toynbee, influenciado por Spengler, produziu entre as décadas de 1930 e 1960 em *Um Estudo de História*, um esforço em doze volumes que mapeava 21 grandes

<sup>171</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996. Pg 41.

<sup>172</sup>Idem. Pg 42. Grifo no original.

<sup>173</sup>SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Alfred Knopf Inc. Nova York, 1926. Pg 47.

<sup>174</sup>FRYE, Northrop. “*The Decline of the West*” by Oswald Spengler. *Daedalus*, Vol. 103, No. 1, Twentieth-Century Classics Revisited (Winter, 1974), pp. 1-13.

civilizações – cinco ainda vivas: Extremo Oriente, Índia, Cristandade Ortodoxa, Islã, Ocidente – em uma abordagem “faseada” similar à proposta de Spengler, com a ideia que as civilizações, e não os estados-nação, seriam os atores da história, e que aquelas só se constituem ao superarem algum tipo de entrave ou desafio existencial, natural, histórico ou geográfico.

As propostas de Spengler e Toynbee são criticadas por Fernand Braudel, que dedicou-se à temática das civilizações com a abordagem multidisciplinar dos *Annales*, valendo-se de sua perspectiva da longa duração – algo que parece fazer falta a Huntington, quando este naufraga em projeções amparadas na conjuntura ou no evento, mesmo demonstrando conhecer as estruturas propostas por Braudel. Spengler, para o francês, é “imprudente” por organizar a história em “pretensos amontoados e falsos encadeamentos” rumo a um “destino”. Toynbee é ainda “menos racional” para Braudel, por jamais definir claramente o que vê como civilização, “a não ser ao acaso de capricho”, pecando pela simplificação e ignorando a passagem das culturas primitivas à civilização, a questão das estruturas sociais dos Estados, deixando “toda a base social e econômica escamoteada, abandonada à mediocridade de sua sorte”.<sup>175</sup>

Para além da sua crítica devastadora, Braudel propõe alguns de seus parâmetros para uma abordagem civilizacional, amparada na “busca sistemática das estruturas”. Renunciar à ideia de civilização como um organismo, isolado dos demais, abandonar às tentativas tanto de linearidade, quanto de identificar padrões cíclicos. O francês também recusa as listas fechadas de civilizações, preferindo partir “das culturas mais modestas” à identificação das *major civilizations*, e nestas admitir subcivilizações, divididas em “elementos ainda menores”. Ao definir civilizações, Braudel aciona a ideia de “áreas culturais” citada posteriormente por Huntington, e também indica a existência de “traços, fenômenos e tensões mais características” exatamente nas margens e fronteiras destas áreas, e nas “recusas e empréstimos” resultantes da interação entre estas.<sup>176</sup>

Mas o apelo que Huntington faz à abordagem civilizacional difere dos autores por ele mobilizados. O tema das civilizações dentro da moldura da possibilidade de uma história universal provocou o interesse de François Hartog e de seu ferramental que busca compreender os regimes de historicidade. A história universal, uma ideia

<sup>175</sup>BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Perspectiva. Pg. 248-256.

<sup>176</sup>Idem. Pg 266-270.

que se localiza dentro do regime moderno de historicidade, futurista e utópico, que tem em 1789 seu marco convencional, enxerga no processo histórico um caminho inexorável para uma única civilização humana. Tais filosofias da história, lembra Hartog, tiveram sua teleologia otimista desmentida pela realidade, e seu descrédito produziu novas visões de mundo.

Para Hartog, Spengler se opõe à visão moderna pelo uso da analogia e de paralelos entre civilizações em busca de uma “lógica do destino”. Spengler então “recusa e refuta o otimismo racionalista do Ocidente, apoiando-se em um decreto metafísico sobre a realidade das civilizações. Da mesma forma, Toynbee, amparado em Spengler, questiona o “primado da civilização ocidental” em *Um Estudo de História* e seus relatos de ascensão e queda. Nesse período de descrédito do regime moderno de historicidade, prossegue Hartog, as promessas futuristas se encontram no marxismo-leninismo e nas propostas de revolução. Já a temporalidade avançada pelos fascismos é distinta, explica Hartog, pois “mistura futurismo, passadismo e exaltação do presente por meio da figura carismática do Führer”, ao mesmo tempo “um retorno e um advir”.<sup>177</sup>

Tal descrédito às filosofias da história é aprofundado, em alguma medida, pela proposta braudeliana das diferentes durações a articulação entre o acontecimento, a conjuntura e a longa duração. Nesta, seria possível encontrar as estruturas que remetem às civilizações, mas as múltiplas e fragmentadas temporalidades inviabilizam a narrativa triunfal da única civilização. Ainda mais crítica é a aparição da proposta de Claude Lévi-Strauss e suas civilizações não “escaloadas no tempo”, mas sim “esparramadas pelo espaço”, retirando a ideia de progresso como categoria universal e propondo a diferença entre sociedades quentes e frias, “todas sociedades na história, mas com maneiras diferentes de existir no tempo”.<sup>178</sup>

Após “décadas de estruturalismo conquistador”, Hartog avalia nas propostas de Fukuyama e Huntington uma possível “retomada” da filosofia da história. No caso do “fim da história” de Fukuyama, que retoma “ao seu modo o ponto de vista cosmopolita de Kant”, “somos levados a reconhecer a existência de um processo coerente em transcurso na História”, e sua recepção com uma “rapidez confusa em

---

<sup>177</sup>HARTOG, François. Experiências do tempo. Da história universal à história global? *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. Tradução de José Otávio Nogueira Guimarães. Pg. 172.

<sup>178</sup>Idem. Pg. 173.

torno de um título mal compreendido é certamente indício de alguma coisa”. A proposta de Huntington, porém, é vista por Hartog como uma fórmula que “encontra eco, provavelmente mais amplo e, sobretudo, mais durável”, uma vez que “mais protagonistas podem se identificar e se reconhecer nesse modelo”. Com Huntington, então, “não se está mais do lado de Kant e das Luzes, nem mesmo de Hegel, mas, em um sentido nitidamente mais tardio, do lado justamente de Spengler e de Toynbee”, em uma ordem internacional que seria “ao mesmo tempo geradora de instabilidade e um bloqueio contra a guerra mundial”, em uma “guerra de posição, reciclando na escala das civilizações a teoria do *containment*”, referindo-se à estratégia dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria.<sup>179</sup> Amparado em Braudel, Huntington estaria buscando o reconhecimento das civilizações como realidades de longa duração, mas atuais. Hartog coloca, porém, as propostas de Huntington e Fukuyama como indícios de uma mesma forma de temporalidade.

Vê-se, assim, que o objetivo principal de Huntington é de clamar pela preservação, proteção e revigoração da civilização ocidental, a partir dos Estados Unidos. Essa atitude, em que transparece um certo medo do futuro, é igualmente um convite ao encasulamento. A grande diferença com relação a Fukuyama deduz-se de sua abordagem spengleriana. Se as civilizações são essas “tribos humanas” as mais vastas, e se o choque de civilizações se explica como “um conflito tribal em escala global”, a renúncia ao universalismo é o preço a ser pago pelo Ocidente para melhor se defender, isto é, para melhor proteger uma América que, reafirmando fortemente seu pertencimento à civilização ocidental, poderá escapar, em casa, à armadilha mortífera do multiculturalismo. Se a civilização ocidental é única, ela não é universal. A existência de civilizações (no plural) contradiz as pretensões universalizantes. Não há, portanto, nem civilização universal (noção falsa e perigosa), nem história universal. Em sua robusta simplicidade a tese pode convir a muitos, assim no Norte como no Sul.<sup>180</sup>

O diagnóstico de Hartog é útil, não apenas para contrastar a abordagem civilizacional de Huntington das propostas por autores como Spengler, Toynbee – e mesmo Braudel – em cenários anteriores, mas também para, com o uso de seu ferramental dos regimes de historicidade, avançarmos, notando uma diferença importante entre as propostas de Fukuyama e Huntington. Se a obra de Fukuyama traz características evidentes do que Hartog convencionou chamar de *presentismo* – a hipertrofia do presente em uma temporalidade sem futuro possível com o “fim da história”, estereotipada no “último homem”, entediado e desprovido de ambições – a proposta de Huntington possui uma visão de futuro ativa, com uma chamada clara

<sup>179</sup>Idem. Pg. 174.

<sup>180</sup>Idem. Pg.175-176.

para a ação por meio de uma tomada de consciência baseada na identidade, para o combate e a defesa de uma visão de mundo. Como veremos adiante, ao lado do pessimismo distópico presente na obra de Huntington, há espaço para a emergência de uma utopia latente, uma utopia que garante a sobrevivência de sua ideia de Ocidente.

A recusa de Huntington à proposta de fim da história de Fukuyama é, acima de tudo, uma recusa à ideia de uma civilização universal. O autor ataca a possibilidade por todos os lados: se há valores básicos compartilhados em todas as sociedades, isso pode ser “profundo, mas é irrelevante”. Da mesma forma, a ideia de civilização nos moldes do século XVIII, em oposição ao primitivo e à barbárie, não garantiria um destino civilizatório comum. Huntington avança em sua crítica, ao condenar o que chama de “Cultura de Davos”, uma ideia de civilização universal baseada em “pressupostos, valores e doutrinas” espalhadas pelo Ocidente e por alguns indivíduos em outras civilizações, “geralmente bem educados, com inglês fluente, empregados de governos, corporações ou acadêmicos com envolvimento internacional, que viajam com frequência para fora de seu país”, que “compartilham a crença no individualismo, na economia de mercado e na democracia política”. Notamos como tal discurso, anos mais tarde, seria apropriado e ressignificado pelos partidários da existência de uma “conspiração globalista”. Huntington prega que “as pessoas de Davos controlam virtualmente todas as instituições internacionais, muitos dos governos mundiais e a maior parte da capacidade econômica e militar do planeta”.<sup>181</sup>

Apesar do avanço dos padrões de consumo e ocidentais, bem como de sua cultura pop, da hegemonia ocidental nos campos da mídia e comunicação, e do uso do inglês como língua padrão, Huntington descarta tais indícios como irrelevantes à produção de uma civilização universal, que considera um “produto característico da civilização ocidental”, utilizado ao longo do século XIX sob a desculpa do “fardo do homem branco” para justificar o domínio político e econômico do Ocidente sob as demais sociedades. Da mesma forma, ao final do século XX, a ideia de civilização universal busca justificar o domínio cultural do Ocidente sobre o restante do mundo,

---

<sup>181</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996. Pg 57.



fazendo-as “adotar práticas e instituições Ocidentais”. Para o autor, o “universalismo é a ideologia do Ocidente para confrontar as culturas não-Ocidentais”.<sup>182</sup>

A ocidentalização como um resultado inescapável do processo de modernização também é um argumento rejeitado por Huntington. Ao conceituar modernização como um “processo revolucionário”, que envolve “industrialização, urbanização, aumento nos níveis de alfabetização, educação, riqueza, e mobilização social”, o autor questiona a suposta tendência à homogeneidade no futuro das sociedades, uma homogeneidade que tornaria todas similares ao Ocidente, uma vez que esta foi a primeira civilização a modernizar-se. Seu argumento tem dois caminhos. Primeiro, o Ocidente tornou-se Ocidente antes de tornar-se moderno.

As sociedades modernas, portanto, têm muito em comum. Mas elas necessariamente fundem-se na homogeneidade? O argumento de que sim é baseado na suposição de que a sociedade moderna deve se aproximar de um único tipo, o tipo Ocidental, que a civilização moderna é a civilização Ocidental, e que a civilização Ocidental é a civilização moderna. Essa, entretanto, é uma identificação totalmente falsa. A civilização Ocidental surgiu nos séculos VIII e IX e desenvolveu suas características distintivas nos séculos seguintes. Não começou a se modernizar até os séculos XVII e XVIII. O Ocidente era o Ocidente muito antes de ser moderno. As características centrais do Ocidente, aquelas que o distinguem de outras civilizações, são anteriores à modernização do Ocidente.<sup>183</sup>

Entre as características peculiares ao Ocidente, Huntington aponta seu “legado clássico” greco-romano, a prevalência do catolicismo e protestantismo, as línguas europeias, a separação entre as autoridades temporais e seculares, o estado de direito, o pluralismo social, a estruturação de corpos representativos da sociedade e a valorização do individualismo. Nenhuma das características seria única ao Ocidente, mas sua combinação, para Huntington, “formam parte do núcleo contínuo da civilização ocidental”.

O autor chega a formular um gráfico para demonstrar de que forma as sociedades não-ocidentais reagem às pressões da ocidentalização e da modernização. A postura “rejeicionista” buscaria a todo custo impedir tanto a

---

<sup>182</sup>Idem. Pg. 66.

<sup>183</sup>Idem. Pg. 69. Do original: Modern societies thus have much in common. But do they necessarily merge into homogeneity? The argument that they do rests on the assumption that modern society must approximate a single type, the Western type, that modern civilization is Western civilization and that Western civilization is modern civilization. This, however, is a totally false identification. Western civilization emerged in the eighth and ninth centuries and developed its distinctive characteristics in the following centuries. It did not begin to modernize until the seventeenth and eighteenth centuries. The West was the West long before it was modern. The central characteristics of the West, those which distinguish it from other civilizations, antedate the modernization of the West.

ocidentalização quanto a modernização. Com exemplos em períodos específicos da história de Japão e China, hoje o “rejeicionismo” teria uma missão difícil, e limita-se a comunidades isoladas ou grupos fundamentalistas. O “kemalismo”, uma referência ao líder turco pós-otomano Mustafa Kemal Atatürk, abraçaria tanto a modernização quanto a ocidentalização, partindo do pressuposto de que aquela não seria possível sem esta. Já a abordagem “reformista” vê a modernização como desejável e possível, sem a necessidade de ocidentalização. O quadro explicativo oferecido pelo autor é claro:

Inicialmente, ocidentalização e modernização estão intimamente ligadas, com a sociedade não-ocidental absorvendo elementos substanciais da cultura ocidental e progredindo lentamente em direção à modernização. À medida que o ritmo da modernização aumenta, no entanto, a taxa de ocidentalização diminui e a cultura nativa passa por um renascimento. A modernização posterior altera então o equilíbrio civilizacional de poder entre o Ocidente e a sociedade não-ocidental e fortalece o compromisso com a cultura nativa. Nas primeiras fases da mudança, a ocidentalização promove a modernização. Nas fases posteriores, a modernização promove a desocidentalização e o ressurgimento da cultura nativa de duas maneiras. No nível social, a modernização aumenta o poder econômico, militar e político da sociedade como um todo e incentiva as pessoas dessa sociedade a terem confiança em sua cultura e a se tornarem culturalmente assertivas. No nível individual, a modernização gera sentimentos de alienação e anomia à medida que os laços tradicionais e as relações sociais são rompidos, e leva a crises de identidade para as quais a religião fornece uma resposta.<sup>184</sup>

Em mais uma amostra de seu apreço pelas explicações cartesianas explicitadas graficamente, enquanto “rejeicionismo”, “kemalismo” e “reformismo” são indicados respectivamente nos pontos A, B e C, o cenário proposto por Huntington é representado na trajetória indicada pela letra E.<sup>185</sup>

---

<sup>184</sup>Idem. Pg 72. Do original: Initially, Westernization and modernization are closely linked, with the non-Western society absorbing substantial elements of Western culture and making slow progress toward modernization. As the pace of modernization increases, however, the rate of Westernization declines and the indigenous culture goes through a revival. Further modernization then alters the civilizational balance of power between the West and the non-Western society and strengthens commitment to the indigenous culture. In the early phases of change, Westernization thus promotes modernization. In the later phases, modernization promotes de-Westernization and the resurgence of indigenous culture in two ways. At the societal level, modernization enhances the economic, military, and political power of the society as a whole and encourages the people of that society to have confidence in their culture and to become culturally assertive. At the individual level, modernization generates feelings of alienation and anomie as traditional bonds and social relations are broken and leads to crises of identity to which religion provides an answer.

<sup>185</sup>Idem. Reprodução gráfico 3.1. Pg. 72.

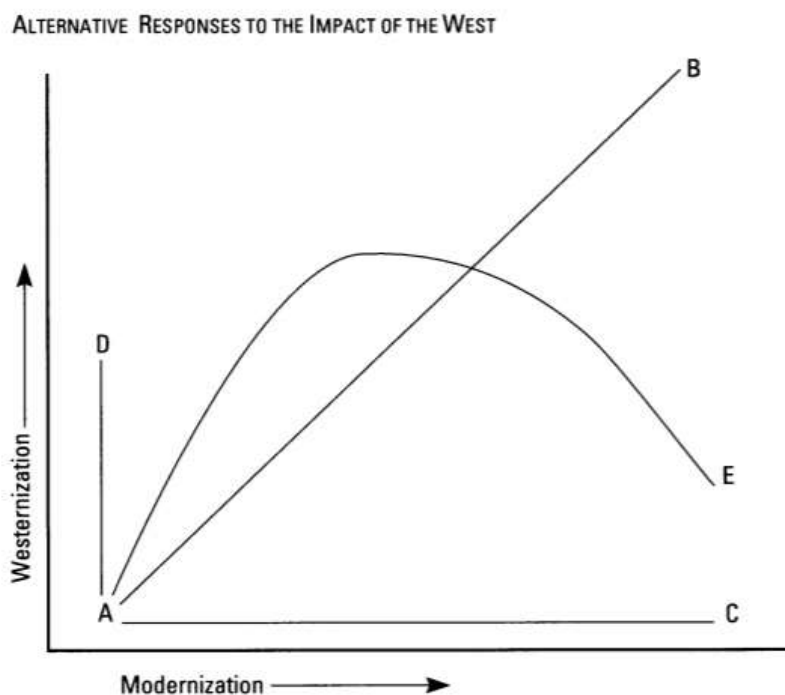


Figura 2:

(Possíveis respostas aos impactos do Ocidente: Ocidentalização x Modernização)

Se modernização não significa ocidentalização, e Huntington recorre a Braudel, “seria infantil pensar que a modernização, ou o ‘triumfo da civilização no singular’ levaria ao fim da pluralidade de culturas históricas incorporadas ao longo dos séculos nas grandes civilizações do mundo”. A modernização, pelo contrário, atuaria como um reforço a estas culturas, a ponto de comprometer a supremacia do Ocidente. “Fundamentalmente”, decreta Huntington, “o mundo está ficando mais moderno e menos Ocidental”<sup>186</sup>.

A lógica desenhada por Huntington, porém, pode ser desafiada ao lembrarmos que, nas palavras de Peter Osborne, “a modernidade é uma ideia ocidental”. Isso não necessariamente reduz seu alcance exclusivamente aos limites do Ocidente, apesar de servir para estabelecer este como uma unidade geopolítica, mais que geográfica. Osborne lembra como o conceito de modernidade costuma ser abordado de três formas distintas, porém relacionadas: primeiro como uma categoria de periodização histórica, referindo-se à época posterior ao feudalismo. Neste caso, articula-se passado. No presente, em um segundo modelo, modernidade é uma categoria qualitativa de experiência social. Em uma terceira aproximação,

<sup>186</sup>Idem. Pg. 78.

modernidade também pode ser vista como um projeto de um futuro, sempre incompleto.

Ao aceitarmos a modernidade como uma forma de tempo histórico que valoriza o *novo*, a ideia segue aberta às diferentes articulações. Osborne aponta, no entanto, que tal “valorização do novo como negação da dinâmica temporal” faz com que a modernidade “produza o *antigo* tanto quanto produz o *novo*”. Acima de tudo, a modernidade é uma forma totalizante de temporalização da história que apropria-se de passado, presente e futuro. Citando Adorno, Osborne toma a modernidade como “uma categoria qualitativa, não cronológica”. “Modernidade é uma transição permanente”, reforça o autor, que prossegue:

Se 'o Ocidente' não é tanto uma categoria geográfica quanto geopolítica, através da qual o predicado histórico da modernidade é traduzido geograficamente, e vice-versa, então devemos aceitar isso como a relação espacial do Ocidente com o não-ocidental sendo transformada, por meio da migração, turismo, tecnologia de comunicação e mudanças na divisão internacional do trabalho, novas configurações de 'modernidade' surgirão em lugares ocidentais e não-ocidentais à medida que novos sujeitos sociais redefinem os locais de enunciação dos 'modernos'. Abre-se a perspectiva de uma proliferação de modernidades concorrentes: 'contra-modernidades pós-coloniais' e 'contra-culturas da modernidade' negra, entre outras, trazendo ao mesmo tempo a promessa e a ameaça de novas historicidades.<sup>187</sup>

Tais histórias são modernas e ao mesmo tempo homogeneizantes, por operarem em uma lógica de “comparação sincrônica, ordenadas de forma diacrônica”, ou seja, tomam o presente de determinadas sociedades e os rearranjam em uma escala capaz de explicitar conceitos como “progresso” ou “atraso” com base no contraste entre uma e outra. Nesse quadro entra em ação a dimensão geopolítica, conforme Osborne, “pelos discursos do colonialismo e uma série de critérios derivados inicialmente da história dos estados-nação europeus”<sup>188</sup>.

Foi por meio da temporalização da diferença geopolítica fundadora do colonialismo que o conceito de modernidade veio a ser universalizado e,

<sup>187</sup>OSBORNE, Peter. *Politics of Time. Modernity and Avant-Garde*. Verso. 1995. Pg. 16. Do original: if 'the West' is not so much a geographical category as a geopolitical one, through which the historical predicate of modernity is translated into a geographical one, and vice versa, then we must accept that as the spatial relationship of the West to the non-West is transformed, through migration, tourism, communications technology, and changes in the international division of labour, new configurations of 'modernity' will emerge in both Western and non-Western places as new social subjects redefine the sites of the enunciation of the 'modern'. The prospect is opened up of a proliferation of competing modernities: 'postcolonial contra-modernities' and black 'counter-cultures of modernity', among others, bearing both the promise and the threat of new historicities.

<sup>188</sup>Idem. Pg 17.

assim, a partir daí, a subordinar as diferenças entre si e os outros 'tempos' às diferenças dentro de um único esquema temporal de 'progresso', 'modernização' e 'desenvolvimento'.<sup>189</sup>

Dentro dessa dinâmica, as modernidades conseguem contemplar a ideia de declínio, mas Osborne identifica um problema: modernidades envelhecem. As possíveis soluções surgem pelas tentativas conceituais da “pós-modernidade”. Para o autor, porém, a pós-modernidade problematiza a ideia de modernidade sem trazer a ela um novo conteúdo teórico ou função ideológica, mas propondo que algumas sociedades experimentam “transformações de um tipo suficientemente radical para diferenciá-las das formas sociais anteriormente definidoras do moderno, o que justificaria sua descrição como “pós-modernas.” No entanto, a estrutura temporal segue inalterada: o “moderno” torna-se “tradição”, e o “pós-moderno” assume as funções do “moderno”, fazendo com que a suposta “pós-modernidade surja como produto tanto da ‘destraditionalização’ quanto da ‘retraditionalização’, permitindo que o conceito de “tradição” possa oscilar entre os diferentes usos de “moderno”<sup>190</sup>.

Em texto clássico, Jürgen Habermas descreve a modernidade como um projeto inacabado, desafiado pela "pós-modernidade como uma forma de antimodernidade", com a "modernidade estética" operando em uma oposição abstrata à História<sup>191</sup>. Mapeando três tipos de conservadorismo, Habermas identifica tendências contrárias à modernidade, e ao projeto Iluminista: entre os jovens conservadores, o antimodernismo de base puramente estética e subjetiva; entre os velhos conservadores, o pré-modernismo, que "recomenda um retorno a posições anteriores à modernidade" com influência neo-aristotelismo; e os neo-conservadores, aderindo a um pós-modernismo que aceita a modernidade nas esferas da ciência, moral e arte confinadas à vida privada, mas desconectadas do mundo vivido, deixando espaço a ser ocupado pela retomada da tradição. Habermas defende que o projeto da modernidade não deve ser abandonado, e sim salvo das "aporias da modernidade cultural", desconectadas dos problemas de uma modernização social orientada por critérios de racionalidades econômica e

<sup>189</sup>Idem. Pg 21. Do original: it was through the temporalization of the founding geopolitical difference of colonialism that the concept of modernity first came to be universalized, and thereby, thereafter, to subordinate the differential between itself and other 'times' to differences within a single temporal scheme of 'progress', 'modernization' and 'development'.

<sup>190</sup>Idem. Pg 3-4.

<sup>191</sup>HABERMAS, Jürgen. "Modernity: An Unfinished Project". In: *Habermas and the unfinished project of Modernity: Critical Essays on The Philosophical Discourse of Modernity*. MIT Press 1997. Pg 38.

administrativa.<sup>192</sup> De outra parte, Jean-François Lyotard vê a pós-modernidade como um cenário de incredulidade em relação aos grandes meta-relatos, uma vez que o lugar do saber e da ciência que fundamentam a modernidade tem sua legitimidade desafiada na sociedade pós-industrial, cuja gestão passaria a ser motivada pela otimização da performance dos sistemas, incluso o social.<sup>193</sup>

Tais leituras nos interessam, à medida que a proposta de Huntington possa ser inadvertidamente adicionada de forma compulsória ao grande, por vezes confuso e contraditório, catálogo da pós-modernidade. Desde o início de sua produção intelectual, o autor parece desconfiar, e mesmo confrontar, a lógica hegeliana da “história como processo racional”, ou a ideia de que “a razão governa o mundo”. Ainda assim, sua obra caminha desde o início para a intransigente defesa do Ocidente. Tal postura carrega necessariamente a defesa do Iluminismo? O desdobramento hegeliano que leva ao fim da história, ao presente eterno e à abolição do passado – de acordo com Osborne, três dimensões temporais do mesmo método – não parece compatível com a proposta civilizacional de Huntington. A dialética senhor x escravo, supostamente solucionada no fim da história, não o convence. O materialismo histórico, menos ainda.

Ainda assim, para Huntington, no atual processo de busca e reinvenção de identidades, “inimigos são essenciais”. Além disso, em mais uma definição peculiar, o autor afirma que “se a demografia é o *destino da história*, os movimentos populacionais são seu *motor*”.<sup>194</sup> Sua observação em relação à demografia diz respeito aos desafios do cenário de baixa natalidade e envelhecimento da população no Ocidente, combinado à alta natalidade e à população jovem, prontas para a mobilização, no mundo islâmico. É um quadro externo visto como desafiador para o Ocidente. Porém, quando refere-se aos movimentos populacionais, Huntington indica seu temor definitivo: o avanço da imigração – de muçulmanos para a Europa, mas especialmente de latinos para os Estados Unidos, o farol do Ocidente – estaria destruindo a civilização ocidental por dentro. Ali, o autor aponta para aquela que seria sua última batalha, sua derradeira proposta de conflito, o destino final para a sua obra.

---

<sup>192</sup>Idem. Pg 44.

<sup>193</sup>LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro. José Olympo. 2009.

<sup>194</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996. Pg 199. Do original: If demography is destiny, population movements are the motor of history.

### 3.3 Ser ou não ser: o “verdadeiro choque” e as "almas mortas"

Afeito às projeções, Huntington dedica a última parte de seu extenso estudo civilizacional ao “Futuro das Civilizações”. Mapeados os desafios externos ao Ocidente, o autor retoma a ideia do universalismo ocidental como o grande catalisador de perigos na nova geopolítica de civilizações. O fim da Guerra Fria mostrou o poder do Ocidente em seu apogeu frente aos demais atores, o que só pode significar que o futuro é de declínio ocidental e fortalecimento das sociedades rivais, uma vez que – recorrendo à lógica de Spengler – todas as civilizações passam por fases de surgimento, ascensão e queda. O Ocidente não tornou-se diferente por sua trajetória, afirma, mas por valores que considera únicos. Apesar disso, os indícios são de decadência: o poderio econômico sinaliza um futuro de crescimento menor, enquanto a estabilidade social sinaliza menor crescimento populacional em comparação às demais sociedades.

Tal cenário leva o autor a refletir sobre a natureza cíclica ou linear da história, e na diferença – não mais entre as civilizações – entre barbárie e Civilização (com “C” maiúsculo, reforça). Sua conclusão para a obra indica que, para que a barbárie de uma guerra civilizacional seja evitada, e a Civilização seja mantida, a cooperação entre as civilizações é necessária.

O futuro da paz e da civilização depende da compreensão e cooperação entre os líderes políticos, espirituais e intelectuais das principais civilizações do mundo. No choque de civilizações, a Europa e a América permanecerão unidas ou vão sofrer separadas. No choque maior, o "verdadeiro choque" global, entre Civilização e barbárie, as grandes civilizações do mundo, com suas ricas realizações em religião, arte, literatura, filosofia, ciência, tecnologia, moralidade e compaixão, também permanecerão unidas ou sofrerão separadamente. Na era emergente, os choques das civilizações são a maior ameaça à paz mundial, e uma ordem internacional baseada em civilizações é a salvaguarda mais segura contra a guerra mundial.<sup>195</sup>

<sup>195</sup>HUNTINGTON, Samuel; *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Pg 321. Do original: The futures of both peace and Civilization depend upon understanding and cooperation among the political, spiritual, and intellectual leaders of the world's major civilizations. In the clash of civilizations, Europe and America will hang together or hang separately. In the greater clash, the global "real clash," between Civilization and barbarism, the world's great civilizations, with their rich accomplishments in religion, art, literature, philosophy, science, technology, morality, and compassion, will also hang together or hang separately. In the emerging era, clashes of civilizations are the greatest threat to world peace, and an international order based on civilizations is the surest safeguard against world war.

Porém, o autor não aposta em uma guerra intercivilizacional de grande escala – apesar de ocupar parte do livro descrevendo como esta seria: ironicamente, neste exercício de imaginação, um conflito entre os estados núcleos das principais civilizações permitiria a ascensão de um estado núcleo de uma civilização periférica: o Brasil.

Se uma grande guerra não é o principal perigo para o Ocidente, Huntington enxerga o verdadeiro risco na promoção simultânea do universalismo ocidental no exterior e do multiculturalismo no interior da civilização ocidental. Isso porque ambas as ações negariam o caráter único do Ocidente. E mesmo que a decadência deste possa ser vislumbrada nos sinais negativos da demografia e do crescimento econômico, o autor aponta para “algo muito mais significativo”: “a decadência moral, o suicídio cultural e a falta de unidade política do Ocidente”, expostos em uma longa lista de sintomas: o aumento do comportamento antissocial, crimes, uso de drogas, violência, decadência da família, aumento nos divórcios, gravidez precoce, declínio do “capital social” e da “confiança interpessoal”, o enfraquecimento da ética do trabalho, o aumento do “culto à autoindulgência”, e o “desinteresse pelas atividades intelectuais”. Um preocupado Huntington vê o futuro do Ocidente na dependência do enfrentamento a estas questões, uma vez que o fracasso provocaria “afirmações de superioridade moral por parte de muçulmanos e asiáticos”. Por isso, “a cultura ocidental está sendo contestada por grupos internos às próprias sociedades ocidentais”, e “tal contestação vem dos imigrantes das outras civilizações que rejeitam a assimilação e continuam aderindo e propagando os valores, costumes e culturas de suas sociedades de origem”.<sup>196</sup>

Huntington vê a identidade nacional dos Estados Unidos e, por conseguinte, do Ocidente, sob risco, pela recusa dos princípios do que identifica como o “Credo Americano” – liberdade, democracia, individualismo, igualdade perante a lei, constitucionalismo e propriedade privada – apoiados pelo povo americano comum, mas rechaçado por parte tanto dos grupos imigrantes como de “um número relativamente pequeno mas influente de intelectuais e influenciadores” que, “em nome do multiculturalismo, atacam a identificação dos Estados Unidos com a civilização Ocidental”, promovendo “grupos e identidades raciais, étnicas, e outras

---

<sup>196</sup>Idem. Pg. 304-305.



culturas subnacionais. Tal rejeição, para Huntington, representa “o fim dos Estados Unidos da América como conhecemos, e, efetivamente, o fim da civilização ocidental. Desta tensão, Huntington identifica o “verdadeiro choque”, que se dá dentro dos limites do Ocidente, “entre os multiculturalistas e os defensores da civilização ocidental e do Credo Americano”.<sup>197</sup>

Tal é o caminho tomado pelo autor em sua última obra, intitulada *Who Are We?: The Challenges to America's National Identity*<sup>198</sup>. O livro lançado em 2004, foi adiantado pelo artigo *Dead Souls: The Denationalization of the American Elite*<sup>199</sup>. As “almas mortas”, do título, uma referência a um poema de Walter Scott, são exatamente as tais elites intelectuais que supostamente menosprezam os valores caros à civilização ocidental.

Para Huntington, a tensão entre o público comum e as “elites cosmopolitas” dos Estados Unidos acontece pelas diferentes percepções da identidade nacional, o que geraria prioridades políticas divergentes. De maneira geral, o autor avalia que, enquanto público preocupa-se com sua segurança física e social, remetendo à proteção de seus padrões de linguagem, cultura, associação, religião e identidade, as elites consideram tais pontos secundários frente aos seus interesses em participar de uma economia globalizada, com instituições internacionais fortes, a promoção do comércio, da migração e, ao mesmo tempo em que apoiam a difusão dos valores dos Estados Unidos no exterior, encorajam as demandas identitária e culturais das minorias em seu país. Em sua obra derradeira, Huntington identifica mais um conflito cuja tensão manterá a história longe de seu fim: “A distinção central entre o público e as elites não é o isolacionismo contra o internacionalismo, mas o nacionalismo contra o cosmopolitismo”<sup>200</sup>.

Huntington acusa as “almas mortas” – cujo número, apesar de ainda pequeno, seria crescente entre as elites de empresários, profissionais, intelectuais e acadêmicos – de um posicionamento que contrasta com o “patriotismo e identificação nacionalista do restante do público”. Tal distanciamento teve uma breve trégua após os ataques de 11 de setembro de 2001, quando o sentimento de

---

<sup>197</sup>Idem. Pg 306.

<sup>198</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Simon, Schuster, 2004.

<sup>199</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *Dead Souls: The Denationalization of the American Elite*. *The National Interest*. No. 75 (Spring 2004), pp. 5-18

<sup>200</sup>Idem. Pg. 5. Do original: The central distinction between the public and elites is not isolationism versus internationalism, but nationalism versus cosmopolitanism.

unidade nacional teria predominado. Apesar disso, a tendência denominada por Huntington de “desnacionalização das elites” voltou a predominar, refletindo seus interesses transacionais e a força da globalização econômica.

Para sustentar seu argumento, o autor divide o transnacionalismo das “ideias e pessoas” em três abordagens: universalista, econômica e moralista. O transnacionalismo universalista teria como base a ideia do excepcionalismo americano e sua pretensão de tornar-se a “nação universal”, pela absorção de culturas pelos Estados Unidos e pela simultânea imposição e aceitação dos valores do país sobre o restante do mundo. A abordagem econômica para o transnacionalismo teria como prioridade a globalização econômica a seu esforço pela implosão das fronteiras nacionais, para benefício da atividade de iniciativas e empresas multinacionais, bem como seus executivos e profissionais. Já a postura moralista teria como fundamentação a oposição ao nacionalismo e ao patriotismo como forças negativas, e a defesa de instituições e normas internacionais que levem adiante o pressuposto de que “a humanidade deve se sobrepor ao compromisso com a nação”. Segundo Huntington, tal visão seria predominante entre intelectuais, acadêmicos e jornalistas, uma vez que enquanto o “transnacionalismo econômico é baseado na burguesia, o transnacionalismo moralista é baseado na *intelligentsia*”<sup>201</sup>.

O envolvimento em esferas e redes transnacionais, formando o que Huntington chama de “bolha sociocultural” seria também responsável por garantir o status dos representantes destas elites dentro de suas próprias nações. Citando Castells, o autor lembra que “elites são cosmopolitas, pessoas são locais”. Mais que isso, Huntington acusa a intelectualidade contemporânea de “abandonar seu compromisso com a nação e seus compatriotas e defender a superioridade moral da identificação com a humanidade como um todo”. Por encampar tal postura, a esquerda liberal norte-americana é alvo de críticas de Huntington, que, ao admitir os avanços que esta conseguiu em demandas de mulheres, negros e nas questões de gênero, carrega o “problema” de “ser antipatriótica”. Para o autor, “sem patriotismo, a esquerda não conseguirá atingir seus objetivos para o país”.<sup>202</sup>

A esta categoria de “cidadãos globais” Huntington opõe o “povo patriota” dos Estados Unidos, uma maioria que, no sentido contrário, vem reforçando seu compromisso com o que consideram sua identidade nacional. O autor recorre a

---

<sup>201</sup>Idem. Pg. 7.

<sup>202</sup>Idem, Pg. 10.

pesquisas realizadas em diferentes momentos, a partir dos anos 1990, como prova de que não só a grande maioria da população dos Estados Unidos é “patriota”, ou “tem orgulho de seu país” – as perguntas variam, e os números positivos em geral ultrapassam os 90% – como também de que o povo americano é o mais patriota do mundo, na comparação com levantamentos realizados em outros países. Porém, tais “índices de patriotismo” caem quando as pesquisas levam em conta as populações de minorias hispânicas e negras dentro dos Estados Unidos, o que, para o autor, mostra que “as recentes imigrações e os descendentes de povos coagidos a se tornarem parte da sociedade” possuem “atitudes mais ambivalentes em relação a esta sociedade” na comparação com os primeiros colonizadores e imigrantes a chegarem aos Estados Unidos.

As crescentes diferenças entre as visões de mundo das elites políticas e do público, relacionadas tanto às questões domésticas quanto à atitude externa do país, provocam um “divórcio” entre o *establishment* e o povo, o que estaria carregando os Estados Unidos para um cenário de democracia não-representativa. Enquanto as “elites liberais” assumem posições e aprovam legislações desconectadas dos interesses do público, este prosseguiria em um processo de crescente alienação política. As elites liberais, o autor acusa, crescem mesmo em setores mais tradicionais como o militar, a religião, a justiça e a burocracia, mas já dominam totalmente o ambiente governamental, a mídia e a academia. “Os estudantes radicais dos anos 1960 se transformaram em professores de carreira, especialmente em instituições de elite”, lamenta Huntington, citando o domínio da esquerda e o fato de qualquer patriotismo ser visto como “reacionário”, bem como uma suposta forte correlação entre a falta de religiosidade e o liberalismo.<sup>203</sup>

Huntington também considera que a visão de país destas elites e do povo influencia diretamente a atuação dos Estados Unidos no cenário externo, e também divide tais visões em três possíveis abordagens: na cosmopolita, o país pode abraçar o mundo, abrindo-se para outras culturas; na imperialista, o esforço é por moldar as demais sociedades à sombra da cultura dos Estados Unidos; na nacionalista, o objetivo seria manter sua sociedade e cultura distintas das de outros

---

<sup>203</sup> Idem. Pg. 12. Além disso, é útil reforçar que o uso de “liberalismo” no contexto norte-americano tem um sentido que no Brasil se aproxima do “progressismo”, apesar de não sinônimos, enquanto o termo “liberal” traz, no Brasil, uma conotação ligada à direita econômica.

povos. Entre as opções, o caminho a ser seguido é bastante claro, ao menos para Huntington.

O cosmopolitismo e o imperialismo tentam reduzir ou eliminar as diferenças sociais, políticas e culturais entre a América e outras sociedades. Uma abordagem nacional reconheceria e aceitaria o que distingue a América dessas sociedades. A América não pode se tornar o mundo e ainda ser a América. Outros povos não podem se tornar americanos e ainda serem eles mesmos. A América é diferente, e essa diferença é definida em grande parte por seu compromisso religioso e pela cultura anglo-protestante. A alternativa ao cosmopolitismo e ao imperialismo é o nacionalismo dedicado à preservação e aprimoramento das qualidades que definiram a América desde o seu início.<sup>204</sup>

O viés religioso, presente de forma velada ao longo de sua obra, ganha protagonismo no capítulo final da produção intelectual de Huntington, que questiona se “a América seria o país que é hoje se nos séculos XVII e XVIII fosse colonizado não por britânicos protestantes, mas por católicos franceses, espanhóis e portugueses?”, para responder, de imediato, que “Não”, “seria o Quebec, o México, ou o Brasil”.<sup>205</sup> Para o autor, entre as características fundamentais que formaram a identidade dos Estados Unidos ao longo de trezentos anos, incluindo ancestralidade comum, religião, língua, princípios de governo, costumes e experiência de guerra, todas se “diluíram” ao longo do tempo, mas o protestantismo manteve sua importância “fundamental e contínua”. Huntington considera que pessoas “não-WASP” (não brancos protestantes anglo saxões) tornaram-se cidadãos dos Estados Unidos pela “adoção e assimilação” da cultura e dos valores políticos anglo-protestantes, princípios que deram origem ao “Credo Americano”.

Apesar de funcionar praticamente como um apêndice de *Clash of Civilizations*, sem grandes avanços ou alterações significativas em nosso objeto de estudo – a “História” de Huntington – percebemos, tanto no artigo *Dead Souls*, quanto em sua expansão no livro *Who are We?*, o movimento do autor em ir além da defesa genérica do “Ocidente”, concentrando seus argumentos na excepcionalidade dos Estados Unidos, cuja “religiosidade o distingue da maior parte das outras

---

<sup>204</sup>Idem. Pg 16. Do original: Cosmopolitanism and imperialism attempt to reduce or to eliminate the social, political and cultural differences between America and other societies. A national approach would recognize and accept what distinguishes America from those societies. America cannot become the world and still be America. Other peoples cannot become American and still be themselves. America is different, and that difference is defined in large part by its religious commitment and Anglo-Protestant culture. The alternative to cosmopolitanism and imperialism is nationalism devoted to the preservation and enhancement of those qualities that have defined America from its inception.

<sup>205</sup>Idem. Pg 17.

sociedades ocidentais”, fazendo a ligação entre religião e nacionalismo como aspectos que “sempre caminharam juntos na história do Ocidente”, e que seguiam “muito vivos ao final do século XX”.

Os americanos são totalmente comprometidos com Deus e com o país, e os veem como inseparáveis. Em um mundo em que a religião molda as lealdades, as alianças e os antagonismos entre os povos em todos os continentes, não seria surpresa se os americanos se voltassem para a religião para encontrar sua identidade e seu propósito nacional. Importantes elementos das elites americanas são favoráveis e dispostos que a América se torne uma sociedade cosmopolita. Outras elites desejam que o país assuma um papel imperialista. A esmagadora maioria do povo americano está comprometida com uma alternativa nacional e com a preservação e fortalecimento da identidade americana que existe há séculos.<sup>206</sup>

Para Huntington, há uma escolha a ser feita pelos americanos, e tal escolha será responsável por “moldar o futuro do país e do mundo”. Em *Who Are We?*, a posição do autor invoca de sua análise focada em dois aspectos que identifica como intrínsecos à ideia de identidade nacional dos Estados Unidos: o que ele chama de “saliência” refere-se à “importância que os americanos atribuem à sua identidade nacional, em comparação com suas outras identidades”, enquanto a “substância” remete a “o que os americanos pensam ter em comum, que os distingue dos outros povos”.<sup>207</sup>

A defesa aprofundada que Huntington faz da valorização do legado anglo-protestante vai além de uma chamada para o recolhimento e acirramento religioso, e também da diluição das identidades étnicas e culturais que causam instabilidade para o país. A chamada de Huntington é para a consolidação do “americanismo” como um rival ideológico a categorias como o “socialismo” e “comunismo”. Neste momento, encontramos de forma mais explícita a dimensão futurista que permeia a obra de Huntington, cristalizada na utopia do “americanismo”.

Identificar a Estados Unidos com a ideologia do Credo permite que os americanos afirmem que possuem uma identidade nacional “cívica” em

<sup>206</sup>Idem. Pg 18. Do original: Americans are overwhelmingly committed to both God and country and see them as inseparable. In a world in which religion shapes the allegiances, the alliances and the antagonisms of people on every continent, it should not be surprising if Americans again turn to religion to find their national identity and their national purpose. Significant elements of American elites are favorably disposed to America becoming a cosmopolitan society. Other elites wish it to assume an imperial role. The overwhelming bulk of the American people are committed to a national alternative and to preserving and strengthening the American identity of centuries

<sup>207</sup>HUNTINGTON, Samuel P. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Simon, Schuster, 2004. Pg 15.

contraste com as identidades étnicas e etno-culturais de outros países. Diz-se que os Estados Unidos são mais liberais, mais baseados em princípios, e mais civilizados do que as sociedades definidas pelo tribalismo. A definição de credo permite que os americanos sustentem que seu país é "excepcional" porque, ao contrário de outras nações, sua identidade é definida por princípios e não por atribuição e, ao mesmo tempo, alegar que a América é uma nação "universal" porque seus princípios são aplicáveis para todas as sociedades humanas. O Credo torna possível falar de "americanismo" como uma ideologia política ou conjunto de crenças, comparável ao socialismo ou comunismo, de uma maneira que nunca sealaria de francesismo, britanismo ou germanismo. Também dá ao americanismo, como muitos comentaristas estrangeiros já apontaram, as características de uma religião e faz da América, na frase bastante citada de G. K. Chesterton, "uma nação com a alma de uma igreja".<sup>208</sup>

O próprio Huntington alerta que seu último livro é moldado pelas suas próprias identidades pessoais: "um patriota", "profundamente preocupado com a unidade e força de meu país uma enquanto sociedade baseada em liberdade, igualdade, lei e direitos individuais", e como "um acadêmico", que considera "a evolução histórica da identidade americana e seu estado atual como objetos fascinantes para estudo e análise aprofundada". Reconhecendo que o Huntington patriota e o Huntington acadêmico podem provocar conflitos, o autor chega a prometer "uma análise mais cuidadosa possível das evidências", admitindo que seu recorte pode ser influenciado pelo "desejo patriótico de *encontrar sentido e virtude no passado e no possível futuro da América*".<sup>209</sup>

A racionalidade de Huntington é usada para a construção de um discurso mítico e de uma narrativa histórica – que, como aponta Dirk Moses, são "criadas para estabilização das identidades ao reforçar sua continuidade".<sup>210</sup> Ao negar as demandas identitárias do interior de uma sociedade viva em nome de uma "assimilação" de um passado imaginário comum, Huntington traz uma validade perturbadora às palavras de Hayden White:

---

<sup>208</sup>Idem. Pg 46. Do original: Identifying America with the ideology of the Creed enables Americans to claim that they have a "civic" national identity as contrasted with the ethnic and ethno-cultural identities of other countries. America is said to be more liberal, more principled, more civilized than those tribally defined societies. The creedal definition allows Americans to hold that theirs is an "exceptional" country because unlike other nations its identity is defined by principle rather than ascription and, at the same time, to claim that America is a "universal" nation because its principles are applicable to all human societies. The Creed makes it possible to speak of "Americanism" as a political ideology or set of beliefs, comparable to socialism or communism, in a way in which one would never speak of Frenchism, Britishism, or Germanism. It also gives Americanism, as many foreign commentators have observed, the characteristics of a religion and makes America, in G. K. Chesterton's oft-quoted phrase, "a nation with the soul of a church."

<sup>209</sup>Idem. Pg 17. Grifos nossos.

<sup>210</sup>MOSES, Dirk. "Hayden White, Traumatic Nationalism, and the public role of History". *History and Theory* 44, pgs 311-332.

Ao escolher nosso passado, escolhemos um presente; e vice-versa. Nós usamos um para justificar o outro. Ao construir nosso presente, afirmamos nossa liberdade; ao buscar uma justificativa retroativa para isso em nosso passado, nós silenciosamente nos desfazemos da liberdade que nos permitiu ser o que somos.<sup>211</sup>

Nos moldes idealizados por Huntington, o “americanismo” funciona, ao mesmo tempo, como sua proposta de futuro para o enfrentamento ao mundo das civilizações, e como um desejo e testamento do autor, já no fim de sua vida e obra. No mesmo viés de Spengler, Huntington justifica que “todas as sociedades enfrentam desafios à sua existência, aos quais eventualmente sucumbem”, mas que algumas delas “são capazes de adiar sua derrocada ao interromper e reverter os processos de declínio, renovando sua vitalidade e identidade”, em um argumento que, por fim, explicita o aspecto reacionário presente em toda a sua obra.

---

<sup>211</sup>WHITE, Hayden. “What is a Historical System?” In: *Biology, History and Natural Philosophy*, ed. A. D. Beck and W. Yourgrau. New York: Plenum Press, 1972. Pg. 242.

## Conclusão

### A ideia de História de Huntington: transições e continuidades

A gênese deste trabalho de pesquisa foi definida em torno de uma questão aparentemente simples, mas plena de potenciais armadilhas. Ao enveredarmos na busca pela ideia de História que perpassa, sustenta e influencia a obra de Samuel Phillips Huntington, é difícil não lembrar do desafio que, em determinado momento, uma pergunta tão simples quanto "papai, para que serve a história?" impôs a Marc Bloch<sup>212</sup>. Retomar a extensa obra de Huntington em busca de um quadro conceitual capaz de esclarecer sua ideia de História também era, em certo aspecto, fazer uma arriscada aposta na coerência teórica do autor ao longo de uma produção intelectual que se estendeu por mais de meio século.

Além disso, ao contrário de Bloch naquela ocasião, Huntington nunca teve nas delimitações de um conceito de História seu objetivo central, deixando tal questão ocupar, em geral, apenas um espaço secundário na maior parte de sua produção. No entanto, foi exatamente essa recorrência, e a proximidade das temáticas escolhidas pelo autor às questões direta ou indiretamente relacionadas à teoria da História, que permitiram à nossa investigação encontrar seu espaço e seus caminhos. Neste campo, foi possível cercar Huntington por diferentes trilhas.

Nossa proposta de trabalho baseada na reconstituição dos argumentos do autor permite retomar a hipótese inicial, que sugere como as noções de *controle* e *dinâmica* estão no centro da ideia de História que permeia a obra de Huntington. O *controle*, em sua visão instrumental da democracia, como mais uma entre as formas de domínio do processo histórico experimentado pelas sociedades. A *dinâmica*, como resultado inescapável da contínua renovação de conflitos, choques e oposições capazes de manter a História em movimento, alheia à visão iluminista de aprimoramento ou resolução.

---

<sup>212</sup>BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Zahar, 2002.



A constante proximidade com o centro do poder americano acabou por influenciar diretamente o foco dos interesses de Huntington e, por conseguinte, sua produção intelectual. Sua atuação em duas frentes, a academia e a consultoria política – e aqui é possível questionar o quanto tal papel duplo era contraditório ou útil aos interesses da época – fez a "agenda" de Huntington mudar ao longo dos anos, conforme cenário geopolítico orientava e condicionava tais transições. Mesmo no coração dos ambientes acadêmico e governamental, Huntington caminhou à margem de alguns consensos, e acabou construindo referenciais teóricos suficientemente consistentes para oferecer parâmetros que hoje funcionam, mesmo que de forma subjacente ou inconsciente, como base para um tipo de anti-iluminismo que se alastrou pela mentalidade contemporânea.

Em *Political Order in Changing Societies*, Huntington marcou posição ao discordar da ideia de que a ascensão e inclusão social das classes até então excluídas levariam à consolidação de uma sociedade politicamente saudável. Pelo contrário, maior participação traria conflitos, e a necessidade de mais controle e repressão. Em *The Crisis of Democracy* e *The Third Wave of Democracy*, o autor desdenha da teleologia iluminista que levaria as sociedades naturalmente a um modelo final de democracia e liberdade. Pelo contrário, a democracia precisaria ser aplicada sob o controle e diretrizes de "líderes hábeis", capazes de "empurrar a história para frente". Com *The Clash of Civilizations*, Huntington busca comprovar a falência definitiva da história universal em um novo capítulo de confrontos, agora moldados pelos instintos culturais mais primitivos das sociedades – que ele define em sua última obra, *Who Are We?*, incluindo-se no plural do título e finalmente encontrando-se dentro do messianismo religioso que permeou toda a sua trajetória.

É possível traçar um paralelo claro entre o foco de atenção política dos Estados Unidos ao longo da segunda metade do século XX e as transições temáticas entre uma e outra obra de Huntington. Embora com pretensão de identificar regras gerais para o papel militar e para desenvolvimento das sociedades, no caso de seus primeiros livros, *The Soldier and the State* e *Political Order in Changing Societies*, Huntington, acadêmico forjado na Guerra Fria, acompanha nessas obras os pontos de interesse de seu país, que ocupava militarmente o Vietnã na tentativa de moldar institucionalmente um novo estado, e apoiava o controle social pelas ditaduras militares na América Latina.

Acompanhando os desafios que o comunismo soviético impunha ao sistema capitalista-liberal de Europa, Japão e Estados Unidos, *The Crisis of Democracy* chega a admitir uma superioridade comunista na desejada tarefa de controle social, mas, nas palavras do autor, novamente "a dialética da história, subvertendo as teorias da ciência social", trouxe as aberturas de regime na América Latina e a mudança do cenário político nos Estados Unidos do pós-Guerra Fria. *The Third Wave of Democracy* trazia um retrato, um recorte de bonança democrática que, Huntington deixa claro, poderia não durar muito tempo. Averso ao *fim da História*, ideia recorrente da filosofia que naquele período foi personalizada em seu antigo pupilo Francis Fukuyama, no horizonte de Huntington, o mundo pós-Guerra Fria seria o de exacerbação de conflitos tribais, agora em escala global. O choque de civilizações traria não necessariamente a guerra catastrófica, mas um novo *sistema* para o qual era preciso estar preparado – sobretudo para defesa de uma idealizada identidade civilizatória americana.

Mas são nas continuidades em meio a estas transições temáticas que encontramos subsídios para compreender e identificar três eixos que sustentam a produção intelectual de Huntington. Podemos definir o primeiro deles com a ideia de *democracia tutelada*, aspecto diretamente relacionado à nossa hipótese que vê no *controle* da História um ponto fundamental da obra do autor. Desde o papel militar em *The Soldier and the State*, passando pela necessidade de controle da expansão na participação política de grupos excluídos em *Political Order*, Huntington sempre declarou, quase como uma formalidade e sem grande entusiasmo, seu apreço pela democracia. Isso porque o próprio autor deixou claro que via o sistema democrático como um problema a ser administrado: "mais democracia", em muitos casos, seria o equivalente a "mais gasolina no fogo", como está explicitado em *The Crisis of Democracy*. A recepção de *The Third Wave* na esteira do colapso do comunismo e do triunfalismo que deu início aos anos 1990, retratava um Huntington otimista<sup>213</sup> – que não refletia a própria obra, uma vez que, junto aos "receituários" para controle das aberturas democráticas, o autor trazia a previsão de um inevitável refluxo autoritário. O descontrole das demandas democráticas e a necessidade de uma democracia tutelada também estavam na gênese dos desafios civilizacionais, e da

---

<sup>213</sup>Na edição da Revista VEJA de 17 de agosto de 1994, uma matéria do jornalista e historiador Marcos Sá Corrêa a respeito de *A Terceira Onda*, indica que Huntington, a quem se refere como "preceptor de aspirantes a ditador desde os anos 50" e "ex-apóstolo dos regimes militares", estava "tão mudado como o mundo pela terceira onda".

ameaça de implosão da civilização ocidental e da cultura americana, "corrompidas por dentro".

Um segundo fio condutor que atravessa a obra de Huntington pode ser sintetizado em sua postura anticosmopolita e, em alguns aspectos, anti-iluminista – sobretudo em relação à realização histórica de um *télos*. Seja identificando as elites acadêmicas e intelectuais como importante fonte de instabilidade a ser combatida e controlada em *Political Order*, um aspecto que se estende à sua recusa à ideia de uma civilização universal em um *fim da história* de democracia liberal homogênea em *The Third Wave* e em *Clash of Civilizations*. Tal eixo levou à sua previsão para o conflito definitivo em *Who are We?*, ou ao “verdadeiro choque” entre os “multiculturalistas” e os “defensores da civilização ocidental e do Credo Americano” e, em escala global, entre cosmopolitas e nacionalistas – uma nova e derradeira divisão que mais uma vez lhe rendeu créditos de visionário<sup>214</sup>. É nessa recusa a qualquer possibilidade de resolução da História que confirmamos o diagnóstico de uma *dinâmica* histórica dependente da continuidade dos conflitos internos ou entre as sociedades.

O terceiro eixo que identificamos como persistente na produção de Huntington é seu viés religioso, que anda lado a lado com seu determinismo civilizacional. Desde *Political Order*, muitas de suas conclusões tomaram como pressupostos, entre outros aspectos, a indisciplina política e a inevitabilidade da tutela de determinadas culturas, a naturalidade democrática para a civilização protestante dos Estados Unidos, a suposta aversão islâmica e chinesa ao modelo de sociedade tido como superior. Em *Clash of Civilizations*, sua definição de civilização é vinculada prioritariamente à religião, lógica que em *Who are We?* o faz confessar o viés religioso de sua análise, bem como seu desejo para construção da utopia do americanismo, análoga e rival dos demais “ismos”, o caminho da salvação, se não de todo o Ocidente, ao menos para a civilização dos Estados Unidos.

---

<sup>214</sup>Um exemplo está em WILLICK, Jason. "How Samuel Huntington Predicted Our Political Moment". *The American Interest*, publicado em 14 de julho de 2016, às vésperas de uma eleição que levaria a extrema-direita à Casa Branca. No artigo, Huntington é lembrado por ter previsto em 2004 a polarização entre nacionalistas e cosmopolitas que dividia a sociedade dos Estados Unidos.

## A ideia de História para Huntington: temporalidades, utopias e distopias

Outra abordagem possível para a obra de Huntington expõe um aspecto peculiar. Reconhecido estudioso dos processos de modernização, o autor deixa transparecer em sua produção intelectual um evidente traço antimoderno. Aqui podemos recorrer à argumentação de Bruno Latour que, ao afirmar que "jamais fomos modernos", defende a hipótese de que a modernidade fundamenta-se em uma "Constituição" que define a separação entre natureza e cultura – a ciência e técnica passariam ao domínio exclusivo dos cientistas, enquanto a sociedade teria sua gestão e representação entregue à política. Porém, ele identifica paradoxos nessa separação: por um lado, argumenta-se que a ciência moderna transcende o homem, enquanto este constrói a sociedade; ao mesmo tempo, o homem constrói a ciência em laboratório, e vive em uma sociedade que o transcende. Tal cruzamento contínuo produz "híbridos" em uma escala incontrolável. Neste esquema, o lugar de Deus é suprimido, afastado, porém disponível para ser acionado em caso de conflito entre os poderes – permitindo ao homem moderno "ser ateu e permanecer religioso". Por este motivo, o autor afirma que "o mundo moderno jamais existiu, no sentido que jamais funcionou de acordo com as regras de sua Constituição."<sup>215</sup>

Não acreditar nessa Constituição moderna, de forma retrospectiva, traria a percepção de que jamais fomos modernos, "absolvendo" os pré-modernos – o "não moderno" proposto pelo autor aceita a ideia de que "estamos separados dos outros coletivos apenas por pequenas divisões". Porém, tal quadro não significa embarcar no pós-modernidade que, para Latour, "é um sintoma, e não uma solução", uma vez que esta "vive sob a Constituição moderna, mas não acredita nas garantias que oferece".<sup>216</sup> Da mesma forma,

"Os antimodernos combatem selvagememente os efeitos da Constituição, mas aceitam-na por inteiro. Desejam defender os locais, ou o espírito, ou a matéria pura, ou a racionalidade, ou o passado, ou a universalidade, ou a liberdade, ou a sociedade, ou Deus, como se estas entidades existissem realmente e tivessem de fato a forma que lhes é atribuída pela constituição moderna. Eles variam apenas o signo e a direção de sua indignação."<sup>217</sup>

<sup>215</sup>LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Editora 34. Rio de Janeiro. 1994. Pgs. 39-44.

<sup>216</sup>Idem. Pg.50.

<sup>217</sup>Idem. Pg 51.

O incômodo com as dores da modernidade e da modernização acompanha o mau-humor de Huntington com as utopias de progresso, com os projetos iluministas de sociedade e, após o marco de 1989, com a ideia de democracia em expansão, do fim do horizonte da história, um dos tantos possíveis sintomas do presente hipertrófico mapeado por Hartog. Mas no chiste em que culpa a "dialética da história" por "subverter as teorias da ciência social", Huntington também mostra sua resignação com certa inevitabilidade do processo histórico. Aqui, lembramos Hartog e seu contraste entre *crer na História*, um processo inevitável e teleológico, e *crer em História*, uma submissão menos determinista, mas ainda uma crença.

São essas dores, esses conflitos, que fazem a História, para Huntington, mover-se, "não em linha reta", mas em um labirinto pleno de possibilidades de retrocessos e, somente em casos excepcionais, "para frente, empurrada por líderes hábeis e determinados". Tal proposta de controle é resultado direto da inevitabilidade dos conflitos trazidos pela "dialética da História". Em *Political Order*, a necessidade de controle do ritmo de emancipação e participação política de segmentos até então excluídos remete diretamente ao tradicional desenho da luta de classes, que se estende no diagnóstico da "crise da democracia" e da sugestão de frear o processo de democratização para evitar a adição de "mais combustível ao fogo", nas palavras do autor. No triunfalismo dos 1990, e na suposta vitória da democracia liberal que se expandiria por todo o mundo com a chegada do *fim da História*, Huntington descarta não apenas o otimismo com a adoção generalizada de um modelo ocidental, como também projeta a resistência a este, nomeando China e Islã como antagonistas para um novo ciclo de conflitos históricos.

Contra o *fim da História*, na previsão de um refluxo antidemocrático capaz de colocar a História novamente em movimento, notamos um aspecto geracional sobre o qual podemos traçar um paralelo com a "suspensão da suspensão da história" pensada por Zoltán Simon.<sup>218</sup> A historicização de traumas e do sublime, conceitos que Simon empresta de autores como Ruina e Ankersmith, ao mesmo tempo que cria nossa história, nos afasta e nos isenta dos erros do passado cometidos por outrem. Livres do fardo do passado, podemos cometer os mesmos erros e atrocidades, que serão redimidos no futuro por outros indivíduos – que

---

<sup>218</sup>SIMON, Zoltán Boldizsár "History set into motion again", In: *Rethinking History*, 19:4 (2015), pgs.651-667

compartilharão da mesma história, mas não do mesmo passado. Assim, a suspensão da história é suspensa, e ela retoma seu movimento.

Devido à nossa dissociação do passado, o que fica para trás não é a nossa história, mas a história de quem já não somos; a história de alguns outros que cometeram suas monstruosidades, que nós (às vezes) comemoramos. E podemos comemorar mesmo se - ou talvez só possamos comemorar se - o que comemoramos não é mais a nossa história, embora ainda seja o nosso passado: é ainda o nosso passado, mas não a nossa história. (...) Mas há uma diferença que não deve ser esquecida: essa nova retirada do fardo nada tem a ver com teodiceia; não porque não faz a compensação passando as monstruosidades do mundo para outra geração, mas porque tal compensação e a maneira como a história é retomada não implicam que o mundo se torne um lugar melhor no futuro. O que isso sugere é que mais cedo ou mais tarde vamos cometer nossas próprias monstruosidades, que é exatamente a nossa história que temos pela frente.<sup>219</sup>

A ideia de fechamento do futuro é o aspecto que faz Hartog colocar o paradigma civilizacional de Huntington ao lado do *fim da História* de Fukuyama como produtos das pressões do presentismo. Se Fukuyama vê na vitória de um modelo de sociedade o capítulo final da história, Huntington busca a contenção de uma suposta ameaça ao Ocidente como forma de evitar um futuro ainda pior – para os ocidentais, ao menos. Mas podemos pensar além do ferramental dos regimes de historicidade ao notar que, se há um medo no horizonte, Huntington também oferece uma proposta de futuro na defesa contra um cenário que considera distópico.

Pensar utopia e distopia como categorias úteis para a análise de nossa temporalidade leva em conta a percepção que, ao longo do último século, o *distopismo* assumiu o lugar do *utopismo* como o *zeitgeist* predominante.<sup>220</sup> Utopias e distopias podem ser compreendidas como “histórias do presente”, ao mesmo tempo em que articulam passados e futuros imaginados. A incorporação da utopia na filosofia da história tem sua gênese mapeada por Koselleck, que localiza tal processo na segunda metade do século XVIII – lançado em 1770, o livro *Ano 2440*

<sup>219</sup> Idem. Pg 658. Do original: Due to our dissociation from the past, whatever is left behind is not our history, but the history of those who we are not anymore; the history of some others who committed their monstrosities, which we (sometimes) commemorate. And we can commemorate even if – or perhaps we can commemorate only if – what we commemorate is not our history anymore, although it is still our past: it is still our past, but not our history. (...) Except that there is a difference that should not be overlooked: this new unburdening has nothing to do with theodicy; not because it does not compensate by passing the monstrosities of the world on to another generation, but because such compensation and the way history is set into motion again do not entail that the world will become a better place in the future. What it suggests is rather that sooner or later we are going to commit our own monstrosities, which exactly is our history we have ahead of us.

<sup>220</sup> VIEIRA, Patrícia. Utopia and dystopia in the age of the Anthropocene. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 350-365, set./dez. 2020.

de Louis-Sébastien Mercier seria o pioneiro em localizar a utopia em uma dimensão temporal do futuro. Existiam as utopias localizadas temporalmente no passado, mas, Koselleck aponta, "o espaço de experiência das utopias existentes era primariamente espacial, e assim o era também seu modo de representação"<sup>221</sup>. Aqueles "contramundos", espaços do planeta até então inexplorados, eram narrados pelos descobridores em seu retorno, trazendo potenciais exemplos de estados e sociedades distintas e ideais. Mesmo com o recurso à Lua, ao espaço ou às profundezas da Terra, o esgotamento das áreas desconhecidas limitou as possibilidades de localizar as utopias em nosso planeta – como aponta Koselleck, "os espaços utópicos haviam sido ultrapassados pela experiência". Desta forma, foi preciso "recuar para o futuro", fazendo com que aquela "perfeição fingida" até então presente em outros espaços fosse temporalizada, o que colocou a utopia "diretamente nos objetivos dos filósofos iluministas".<sup>222</sup> Koselleck vai além, ao localizar na obra *Die Buribunken*, publicada em 1918 por Carl Schmitt – uma sátira ao utopismo e à crença nos progressos da modernidade, no qual a "história" só é produzida e realizada à medida que é escrita em diários mantidos por todos os personagens desta sociedade, ao final tomada pelo terror da opressão – as características de uma *utopia negativa*. Para Koselleck, as visões de Mercier e Schmitt confirmaram-se de forma inversa ou deformada. Uma vez que a história real sempre é diferente do que somos capazes de imaginar – o que torna as utopias "condenadas ao equívoco".<sup>223</sup>

Fredric Jameson nota as utopias como ferramentas que permitem historicizar o presente com o objetivo de conceber novos futuros. Projetar um mundo melhor no futuro torna os problemas do presente mais claros.<sup>224</sup> Tal debate foi enriquecido por Michael Gordin, Helen Tilley e Gyan Prakash, que questionam a tentação em definir que nosso presente está além das utopias. Em nosso tempo, apesar das marcas de uma temporalidade pós-utópica, na qual a imaginação histórica tem interditado sonhos que outrora impulsionaram projetos, a própria relação entre utopias e distopias garante a continuidade da existência de ambas. Isso porque distopias não

---

<sup>221</sup>KOSELLECK, R. "A Temporalização da Utopia". In: *Estratos do Tempo: Estudos sobre a História*. Pg. 123.

<sup>222</sup>Idem. Pgs. 125-126.

<sup>223</sup>Idem. Pgs. 137-138.

<sup>224</sup>JAMESON, Fredric. "Utopia as method, or the uses of the future". In: GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan (ed.). *Utopia/dystopia: conditions of historical possibility*. Princeton and Oxford. Princeton University Press, 2010. p. 21-44.

operam como um simples antônimo de utopia: o contrário de utopia seria uma sociedade absolutamente não-planejada, ou planejada propositalmente para o fracasso. Distopia é uma utopia que deu errado, ou que funciona apenas para alguns: são sociedades planejadas, mas não muito bem. Distopias, portanto, são as próprias sociedades reais que os historiadores analisam em suas pesquisas. Toda utopia pressupõe uma distopia, seja esta um presente insatisfatório a ser alterado por aquela, ou um futuro que teve seu ideal utópico corrompido na prática. Ambas trazem intrinsecamente propostas de mudanças na ordem social, no futuro, um horizonte modificado e são, nesses termos, revolucionárias. Por ser muito mais comum, a distopia traz a característica de ser uma experiência vivida, no presente, no passado, ou no futuro.<sup>225</sup>

As utopias e suas propostas de futuro, característica fundamental do regime moderno de historicidade, encontraram sua falência nas atrocidades limites que marcaram o século XX, demarcado pela Segunda Guerra e pelo temor da aniquilação total ao longo da era atômica que balizou a Guerra Fria. O início de século XXI trouxe novos temores, da ameaça do terrorismo à ascensão da extrema direita nas grandes democracias do mundo, desembocando em uma pandemia avassaladora que, durante a produção deste trabalho, seguiu interditando qualquer possibilidade de funcionamento normal das sociedades. Há um fechamento do futuro que, por meio de projeções catastróficas cada vez menos distantes, testa os limites do Antropoceno, entendido como o período delimitado pelo impacto da espécie humana em seu ambiente. Dipesh Chakrabarty, por exemplo, explica que a compreensão da atividade humana como "força geológica" capaz de promover e acelerar a transformação ambiental do planeta, colocando toda a humanidade em risco, acaba com a distinção entre "história natural" e "história humana", e compromete pressupostos fundamentais ao pensamento político ocidental: se o Antropoceno tem na modernidade sua marca de aceleração, quaisquer sejam as escolhas sociopolíticas das sociedades, com base em diferentes ideias de "liberdade" vinculadas ao moderno, "não podemos nos permitir desestabilizar as condições (por exemplo, a zona de temperaturas que prevalece no planeta) que

---

<sup>225</sup>GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan. Introduction: Utopia and Dystopia beyond Space and Time. In: GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan (ed.). *Utopia/dystopia: conditions of historical possibility*. Princeton and Oxford. Princeton University Press, 2010. p. 1-17.



funcionam como parâmetros determinantes da existência humana"<sup>226</sup>. Nesse sentido, o "universal" não ressurgem em seu viés hegeliano, mas sim como uma "sensação compartilhada de catástrofe", sem o "mito da identidade global", naquilo que o autor propõe como uma "história universal negativa".<sup>227</sup>

Tal cenário também abre espaço para decisões políticas e ideológicas que tentam mitigar o aquecimento global, na encruzilhada entre o tempo político e o tempo geológico, em meio a debates e negociações a respeito do peso que tais medidas colocariam sobre países ainda em desenvolvimento, com maior dependência nas atividades agora vistas como nocivas – o que abre espaço para pensar, emprestando a categoria proposta por Hartog, na definição de um "regime de historicidade" exclusivo aos países em desenvolvimento. Mesmo com a possibilidade de o momento de início do Antropoceno ser alvo de debates – se a revolução neolítica deve ou não ser um marco mais adequado que a revolução industrial, ou mesmo a era atômica –, bem como se tal periodização deve ser pensada tendo o planeta como centro, e não mais o ser humano, o consenso que se constrói é o de que *já estamos* no Antropoceno.<sup>228</sup>

Na mesma linha, Rodrigo Turin identifica que "o tempo do Antropoceno é o evento que fez convergir os papéis que a modernidade se esforçou em manter separados"<sup>229</sup>. A pandemia como manifestação desta temporalidade confirma que o "novo normal é o próprio tempo pandêmico", permitindo que a precarização em todas as esferas da vida seja capitalizada por um neoliberalismo autoritário imparável, que vê "o fim do mundo como uma janela de oportunidade"<sup>230</sup>. Nesse enfrentamento, Hartog nota um paradoxo na forma como buscamos negociar entre a temporalidade presentista e o tempo instaurado pela pandemia: para acelerar a saída da crise pandêmica, "somos reduzidos a suspender o tempo do mundo, o que tem por efeito retardar a circulação do vírus. Estamos entre frear e acelerar."<sup>231</sup>

O século XX, distópico por definição, tem em Samuel Huntington um de seus mais adequados representantes. Aqui, a tentação é considerar Huntington um "autor

<sup>226</sup>CHAKRABARTY, Dipesh. "O Clima da História: Quatro Teses". In: *Sopro* n. 91. Julho/2013. Pg. 19.

<sup>227</sup>Idem. Pg 22.

<sup>228</sup>CHAKRABARTY, Dipesh. "Anthropocene Time". In: *History and Theory* 57, Março de 2018. Pg. 10.

<sup>229</sup>TURIN, Rodrigo. "Tempos pandêmicos e cronopolíticas". In: *Pandemia Crítica*. N-1 Edições. 2020. Pg.3.

<sup>230</sup>Idem. Pg 5.

<sup>231</sup>HARTOG, François. "A Covid e o tempo: 'Who is in the driver's seat?'". Publicado na *HHMagazine* em 03/02/2021. Tradução de Temístocles Cezar. Disponível em <http://hmagazine.com.br/a-covid-e-o-tempo-who-is-in-the-drivers-seat/>. Acessado em 15/08/2021.

distópico". Tal leitura seria pertinente: as dificuldades identificadas pelo autor, que se traduzem em um presente distópico e disfuncional para a maioria das sociedades, têm origem em seus passados também distópicos e disfuncionais. Mesmo seguindo um receituário capaz de direcionar e controlar a história, não há garantia de um futuro diferente. A teleologia Iluminista seria, portanto, um engano.

Analisar as temporalidades expressas por Huntington dentro da lógica de tensão entre utopias e distopias nos permite ir além da ideia do fechamento de futuro presentista. Isso porque, acompanhando Julio Benvoglio<sup>232</sup>, "não projetar no futuro expectativas utópicas ou distópicas, mas retratá-las no presente ou no passado é algo novo", cenário que o próprio regime de historicidade presentista contempla ao operar em um "presente amplo, que se apodera do passado e do futuro e que constitui uma nova experiência temporal, que se coaduna com representações sociais e políticas distópicas" – o que explicaria, em parte, a derrocada das utopias. Mas mesmo em meio a esta "temporalidade adversa", Benvoglio nota a resistência do viés utópico, especialmente de uma espécie: a utopia religiosa.

(A utopia religiosa) prega que as sociedades vivem em um mundo distópico e mau, e segue defendendo um futuro dourado de redenção. A questão é: por que esta metanarrativa não sofreu nenhum arranhão nos reveses da pós-modernidade? Talvez porque não tenha rompido com seu fundamento messiânico; cicatriz de origem de toda escrita, mãe da ficcionalidade. Em relação ao marxismo, provavelmente se dá algo semelhante, posto que seu *telos* é uma promessa igualmente messiânica de um paraíso de paz e perfectibilidade. A crença, em ambas, talvez seja um ingrediente fundamental para explicar seu otimismo e a manutenção de futuros abertos e desejados.<sup>233</sup>

As "sociedades em mudança", "a crise da democracia" e o "choque de civilizações" traduzem, para Huntington, temporalidades distópicas espalhadas por passado, presente e futuro. Sua proposta de futuro é uma proposta de utopia fundamentalmente religiosa: o *americanismo*, proposto em sua derradeira obra, é a única forma de escapar de um futuro fechado, aprisionado à distopia do ocaso e submissão do Ocidente, a *sua* civilização.

Mas entender a resiliente influência de Huntington no pensamento geopolítico é tarefa que extrapola os limites oferecidos pelo refinamento teórico. Pelo contrário,

<sup>232</sup>BENTIVOGLIO, Julio. *História & Distopia*. Editora Milfontes. 2017.

<sup>233</sup>BENTIVOGLIO, Julio. O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas. *Esboços*, v. 27, n. 46, p. 398, set./dez. 2020.

a força de suas ideias reside em sua simplicidade. A persistência do antagonismo entre classes, entre civilizações e, finalmente, entre religiões, é um código de fácil reprodução e assimilação. Samuel Huntington é, antes de tudo, um *cold warrior*, como eram conhecidos os homens das esferas de influência governamental, midiática, intelectual e acadêmica que dominaram o ambiente anticomunista dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. A apropriação imposta pelo Departamento de Defesa aos pesquisadores e departamentos de pesquisa das universidades, e seu financiamento de projetos voltados ao confronto com os soviéticos – incentivando o envolvimento na disputa polarizada pelo futuro do mundo –, acabaram por moldar a produção intelectual da época.

Os *cold warriors* se consideravam engajados em uma batalha pelo futuro. Para vencer essa batalha, eles tentaram transformar muitas coisas, incluindo o estudo do comportamento humano, em ciências preditivas. Quanto mais perigosa se tornava a Guerra Fria, mais loucamente seus cientistas se esforçavam para prever o futuro. E de forma mais descuidada e violenta eles colocavam de lado o passado, o conhecimento de tempos anteriores, as humanidades, o estudo da condição humana: a história, a filosofia, a literatura.<sup>234</sup>

Da mesma forma, aquela geração da intelectualidade antissoviética teve seu momento de glória no domínio neoconservador dos mandatos de Reagan, com uma política de enfrentamento à União Soviética. Assim, "ficaram convencidos de terem ganho a Guerra Fria, não só pela pressão militar que arruinou a economia soviética, como pelo combate moral contra o comunismo", com o argumento subjacente de que "a América é uma ideia", crenças na excepcionalidade americana "e no poder das ideias no momento em que a Europa anuncia a morte das ideologias".<sup>235</sup>

A ambição profética de Huntington fez com que a repercussão de suas ideias acabasse por influenciar o futuro. O avanço do século XXI trouxe a incontrolável ascensão da extrema direita por todo o Ocidente, com expressivas vitórias eleitorais de candidatos abertamente autoritários em diversas de suas mais importantes democracias, com destaque para Estados Unidos e Brasil. O viés religioso, o anti-

---

<sup>234</sup>LEPORE, Jill. *If Then: How the Simulmatics Corporation Invented the Future*. 2020. New York: Liveright. Pg 35. Do original: Cold Warriors understood themselves as engaged in a battle over the future. To win that battle, they tried to turn a lot of things, including the study of human behavior, into predictive sciences. The more dangerous the Cold War got, the more madly its scientists scrambled to foretell the future. And the more heedlessly and violently they cast aside the past, the knowledge of ages, the humanities, the study of the human condition: history, philosophy, literature.

<sup>235</sup>FRACHON, Alain; VERNET, Daniel; *América Messiânica: as Guerras dos Neoconservadores*. Pgs 6-7.

iluminismo e a ideia de defesa de uma idealizada herança judaico-cristã em comum, aproximam militâncias extremistas de sociedades tão diferentes quanto Brasil, Estados Unidos e Hungria, e ecoam não apenas o desejo de defesa do Ocidente cristão proposto por Huntington em seus últimos anos. A proposta do presidente húngaro Viktor Orbán para uma "democracia cristã" em um "estado iliberal" justifica a substituição da "democracia liberal em ruínas"<sup>236</sup> por um modelo condizente com o controle dos "excessos da democracia" almejado por Huntington.

A influência de Huntington também tem ramificações em batalhas pelo passado. Em um trabalho de pesquisa que busca mapear a esfera de influência do autor, vale notar que o Instituto John M. Olin, *think tank* conservador que patrocinou o Instituto para Estudos Estratégicos em Harvard, fundado e presidido por Huntington<sup>237</sup>, é a mesma instituição patrocinadora da Federal Society, organização conservadora que defende o "originalismo", doutrina que ganhou força na era Reagan e foi remobilizada nos últimos anos ao defender uma interpretação "fixa" da constituição dos Estados Unidos, feita de acordo com as "intenções originais" da época em que foi redigida, o que dá guarida a posições conservadoras em temas como segregação racial, direitos reprodutivos e posse de armas.<sup>238</sup> No Brasil, Huntington, que prestou consultoria ao governo militar nos anos 1970, mantém sua influência no governo eleito em 2018, e tem sua obra citada como referência em debates sobre o controle civil pelas forças armadas.<sup>239</sup>

Ao tentar encontrar formas de controlar o futuro, Huntington deixou como legado uma obra que, longe de seu controle, em muitos aspectos acabou apropriada como parte de um quadro teórico responsável pela ascensão da extrema direita nos Estados Unidos e no mundo<sup>240</sup>. Seu viés intrinsecamente antimoderno e crítico ao

<sup>236</sup>Viktor Orban: Era of 'liberal democracy' is over. Disponível em <https://www.dw.com/en/viktor-orban-era-of-liberal-democracy-is-over/a-43732540>. Acessado em 07/05/2021.

<sup>237</sup>Weatherhead Center for International Affairs. Harvard University, 2008. "In Memoriam: Samuel P. Huntington". Disponível em <https://wcfia.harvard.edu/publications/memoriam-samuel-p-huntington>. Acessado em 07/05/2021.

<sup>238</sup>LEPORE, Jill. *These Truths: A History of the United States*. 2018. Pg 677-679.

<sup>239</sup>Trecho de notícia do portal Terra de 07 de março de 2019: "Por fim, o general Rêgo Barros citou o cientista político americano Samuel Huntington, conhecido pela análise do relacionamento entre os militares e o poder civil, e explicou a interpretação do papel do Exército no controle civil. 'Ele advoga que as Forças Armadas devem a fortaleza desse controle civil. Naturalmente, as Forças Armadas já o são, por defenderem veementemente a democracia'".

Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/ao-lado-de-generais-bolsonaro-rebate-criticas-a-fala-sobre-democracia-e-forcas-armadas,69a30166e1ebda89a765245e9c41f591nrs7hl1d.html>. Acessado em 07/05/2021.

<sup>240</sup>Um perfil falso com o nome de "Samuel P. Huntington" no Twitter exhibe como avatar uma caricatura do ex-presidente Trump em chamas, com a seguinte descrição: (THERE'S NO WAR BUT THE

Iluminismo, culminando em um nacionalismo religioso, remete ao diagnóstico que Umberto Eco faz do "tradicionalismo irracional" consagrado pelo "ur-fascismo", para o qual o "elogio da modernidade era apenas o aspecto superficial de uma ideologia baseada no *sangue* e na *terra*".<sup>241</sup> As recorrentes críticas de Huntington ao liberalismo da academia e da imprensa, bem como às supostas pressões cosmopolitas do multiculturalismo e da globalização, oferecem um pano de fundo condizente com o clima de neomacarthismo que se espalhou pelo ocidente no século XXI. Tal arranjo conceitual, aliado à sua proposta de um *americanismo* fundamentado no protestantismo originário dos Estados Unidos, encontra uma recepção confusa em diferentes movimentos dentro dos espectros da nova direita emergente, a "alt-right": desde "neorreacionários" que buscam o abandono do projeto Iluminista e a derrota de um inimigo ao qual chamam de "*Cathedral*", tida como uma "superestrutura de capital cultural dentro das universidades, mídia e burocracias", ambientes "hegemônicos, ineficientes e responsáveis pelo declínio da civilização Ocidental", até o espectro dos "paleoconservadores", contrários ao multiculturalismo, às ações afirmativas, ansiosos por um "retorno a uma forma mais pura da democracia americana".<sup>242</sup>

Por fim, perceber traços de uma persistente e, por vezes, caótica influência da obra de Samuel Huntington em debates contemporâneos serve, para além da reflexão teórica, como uma forma de identificar a origem de ideias fixas capazes de sustentar desde argumentos simplificados, até complexas visões de mundo, de interpretações contraditórias, até discursos extremistas. Na confusão distópica de um século XXI que avança, interdito pela onipresença de uma pandemia, reconhecer que as dissonâncias narrativas que desafiam a própria noção de verdade podem ter raízes em um quadro teórico consistente e debatido há décadas, ajuda-nos a entender melhor a dimensão dos desafios a serem enfrentados pelas Humanidades. No aparente caos que retroalimenta as retóricas extremistas, é necessário um trabalho contínuo para conhecê-las, reconhecê-las, e compreendê-las.

---

CULTURE WAR Read Sam Huntington's "Dead Souls: The Denationalization of the American Elite," "Who Are We?" and "Clash of Civilizations"). Disponível em [twitter.com/toogreatforum](https://twitter.com/toogreatforum). Acessado em 07/05/2021.

<sup>241</sup>ECO, Umberto. "O fascismo eterno" In: *Cinco Escritos Morais*. Record. 1998

<sup>242</sup>WOOD, Andrew. Cultural Marxism and the Cathedral: Two Alt-Right Perspectives on Critical Theory. Pgs 39-56. In: *Critical Theory and the Humanities in the Age of the Alt-Right*. Org. BATTISTA, Christine M.; SANDE, Melissa R..2019. Palgrave Macmillan.

Mesmo em tempos desafiadores – talvez, especialmente nesses tempos – pensar a História recente mostra como uma pandemia, a exemplo de outros momentos de crise, oferece oportunidades para que a necropolítica não tenha qualquer receio em lançar mão de ideias, conceitos e visões de mundo como subterfúgio retórico para justificar o desaparecimento de centenas, milhares, milhões de vidas – e histórias.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias:

-HUNTINGTON, Samuel P. *The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations*. Harvard University Press, 1957.

-HUNTINGTON, Samuel P. *Political Development and Political Decay*. World Politics, Vol 17, N.3, Abril de 1965. Pgs 386-430.

-HUNTINGTON, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

-HUNTINGTON, Samuel P., *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Editora da Universidade de São Paulo, 1975. Tradução de Pinheiro de Lemos. Prefácio de Carlos Castello Branco.

-HUNTINGTON, Samuel P.; CROZIER, Michel; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy*. Trilateral Commission, 1975.

-HUNTINGTON, Samuel P. *American Politics: The Promise of Disharmony*. Harvard University Press, 1981.

-HUNTINGTON, Samuel P. *The Errors of Endism*, National Interest 17, Winter 1989.

-HUNTINGTON, Samuel P. *The Modest Meaning of Democracy* in PASTOR, Robert. *Democracy in the Americas: stopping the pendulum*, 1989.

-HUNTINGTON, Samuel P. *Democracy's Third Wave*. Journal of Democracy Vol.2. No.2 Spring 1991

-HUNTINGTON, Samuel P. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Normal: University of Oklahoma Press, 1991.

-HUNTINGTON, Samuel P., *A Terceira Onda: a democratização no final do século XX*. Editora Ática, São Paulo, 1994. Tradução de Sergio Goes de Paula.

-HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations? The Next Pattern of Conflict*. Foreign Affairs, Vol. 72, n. 3: 1993.

-HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon, Schuster, 1996.

-HUNTINGTON, Samuel P., *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 1996. Tradução de M.H.C. Côrtes.

-HUNTINGTON, Samuel P. *Approaches to Political Decompression*. Disponível em <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/receita-samuel-huntington>. Acessado em 29/10/2020.

-HUNTINGTON, Samuel P. *Dead Souls: The Denationalization of the American Elite*. *The National Interest*. No. 75 (Spring 2004), pp. 5-18

-HUNTINGTON, Samuel P. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Simon, Schuster, 2004.

-HUNTINGTON, Samuel P. *Political Conflict After the Cold War*. In: MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995.

### **Bibliografia Geral:**

-ACHELBACH, Joel. *The Clash*. *Washington Post*, 16 de dezembro de 2001. <https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/magazine/2001/12/16/the-clash/c6fa7370-e614-49fc-9b79-57998401c870/> (Acessado em 23/03/2018).

-ARENDDT, Hannah. *Between Past and Future: Eight Exercises In Political Thought*. Penguin Books, London. 2006.

-BENTIVOGLIO, Julio. *História & Distopia*. Editora Milfontes. 2017.

-BENTIVOGLIO, Julio. O futuro das utopias e das distopias em tempos presentistas. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 390-404, set./dez. 2020.

-BENVENISTE, Émile. "Civilização: contribuição à história da palavra". In: *Problemas de Linguística Geral I*. Pontes Editores. São Paulo. 1991

-BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Zahar, 2002.

-BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. Perspectiva. 1978.

-CHAKRABARTY, D. "O Clima da História: Quatro Teses". In: *Sopro* n. 91. Julho/2013.

-CHAKRABARTY, D. "Anthropocene Time". In: *History and Theory* 57, n. 1, Março de 2018.

-CHOMSKY, Noam *The Carter Administration: Myth and Reality – Excerpted from Radical Priorities, 1981*. Disponível em <https://chomsky.info/priorities01/>

-ECO, Umberto. "O fascismo eterno" In: *Cinco Escritos Morais*. Record. 1998

-FRACHON, Alain; VERNET, Daniel; *América Messiânica. As Guerras dos Neoconservadores*. Ed. Dora Luzzato. Porto Alegre, 2004.



- FUKUYAMA, Francis. *The End of History?*. The National Interest, Summer 1989.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Penguin Books, 1992. Kindle Edition.
- FUKUYAMA, Francis. *On The Possibility of Writing a Universal History*. In: MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995.
- FUKUYAMA, Francis. "Samuel Huntington, 1927-2008". *The American Interest*. Publicado em 29 de dezembro de 2008. Disponível em <http://www.the-american-interest.com/2008/12/29/samuel-huntington-1927-2008/> (Acessado em 21/03/2016)
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. Companhia das Letras. São Paulo, 2003.
- GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan. Introduction: Utopia and Dystopia beyond Space and Time. In: GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan (ed.). *Utopia/dystopia: conditions of historical possibility*. Princeton and Oxford. Princeton University Press, 2010. p. 1-17.
- GÖRLACH, Alexander. "Opinion: Poland solidifies its illiberal politics". <https://www.dw.com/en/opinion-poland-solidifies-its-illiberal-politics/a-50860220>. Acessado em 07/05/2021.
- HABERMAS, Jürgen. "Modernity: An Unfinished Project". In: *Habermas and the unfinished project of Modernity: Critical Essays on The Philosophical Discourse of Modernity*. MIT Press 1997.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- HARTOG, François. "Experiências do tempo. Da história universal à história global?" *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. Tradução de José Otávio Nogueira Guimarães.
- HARTOG, François. *Crer em História*. Editora Autêntica. 2017.
- HARTOG, F. "A Covid e o tempo: 'Who is in the driver's seat?'". Publicado na *HHMagazine* em 03/02/2021. Tradução de Temístocles Cezar. Disponível em <http://hhmagazine.com.br/a-covid-e-o-tempo-who-is-in-the-drivers-seat/>. Acessado em 15/09/2021.
- JAMESON, Fredric. "Utopia as method, or the uses of the future". In: GORDIN, Michael; TILLEY, Helen; PRAKASH, Gyan (ed.). *Utopia/dystopia: conditions of historical possibility*. Princeton and Oxford. Princeton University Press, 2010.
- JASMIN, Marcelo. "As armadilhas da história universal". NOVAES, Adauto (org.). *A invenção das crenças*. São Paulo, SESC, 2011, pp. 377-403

- KAPLAN, R.D., "Looking the World in the Eye", en *The Atlantic Monthly*, dezembro, 2001. Disponível em <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2001/12/looking-the-world-in-the-eye/302354/> Acessado em 27/09/2018.
- KOSELLECK, Reinhart. *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre a História*. Tradução Markus Hediger. Editora Contraponto/PUC Rio. 2014
- KOSELLECK, Reinhart. *Critique and Crisis Enlightenment and the Pathogenesis of Modern Society*. The MIT Press Cambridge, Massachusetts, 1988.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise. Uma contribuição à Patogênese do mundo burguês*. Editora da UERJ. Contraponto. 1999
- KOSELLECK, Reinhart. *Future Past: On the Semantics of Historical Time*. MIT Press Cambridge. 1985.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Editora PUC Rio. Contraponto. 2006.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Editora 34. Rio de Janeiro. 1994.
- LEPORE, Jill. *These Truths: A History of the United States*. 2018.
- LEPORE, Jill. *If Then: How the Simulmatics Corporation Invented the Future*. 2020.
- LEWIS, Bernard. *The Roots of Muslim Rage*. The Atlantic, September 1990.
- LIPSET, Seymour Martin. *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*. The American Political Science Review, Vol. 53, No. 1 (Mar., 1959), pp. 69-105
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. José Olympo, Rio de Janeiro. 2009.
- MANSFIELD, Harvey. Machiavelli and the Idea of Progress. In: MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995
- MEARHEISMER, John. *Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War*. International Security, Vol. 15, No. 1. (Summer, 1990), pp. 5-56.
- MELZER, Arthur; WEINBERGER, Jerry; ZINMAN, M. Richard. *History and the Idea of Progress*. Cornell University, 1995.
- MOSES, Dirk. "Hayden White, Traumatic Nationalism, and the public role of History". *History and Theory* 44, pgs 311-332.

- OSBORNE, Peter. *Politics of Time. Modernity and Avant-Garde*. Verso. 1995.
- PRZEWORSKI, Adam. *Minimalist Conception of Democracy: A Defense*. Cambridge University Press, 1999.
- PRZEWORSKI, Adam. *Crises of Democracy*. Cambridge University Press, 2019.
- RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. Boitempo Editorial. 2014.
- ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem espectador: a ideia de progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SAVOLDI JUNIOR, Antenor. *A Persistência do Fim da História*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- SIMON, Zoltán Boldizsár. "History set into motion again", *Rethinking History*, 19:4 (2015), pgs.651-667
- SKIDMORE, Thomas. *The Politics of Military Rule in Brazil, 1964-1985*. Oxford University Press. 1988.
- SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Alfred Knopf Inc. Nova York, 1926.
- STAROBINSKI, Jean. "The Word Civilization" In: *Blessings in Disguise; Or, The Morality of Evil*. Harvard Press. 1993.
- TURIN, Rodrigo. "Tempos pandêmicos e cronopolíticas". In: *Pandemia Crítica*. N-1 Edições. 2020
- VIEIRA, Patrícia. Utopia and dystopia in the age of the Anthropocene. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 350-365, set./dez. 2020.
- VOLPE, Felipe Campuzano. *De la guerra fría al choque de civilizaciones: nacionalismo y milenarismo en la obra de Samuel P. Huntington*. Argumentos. Universidade Autónoma Metropolitana.
- WHITE, Hayden. "What is a Historical System?", in *Biology, History and Natural Philosophy*, ed. A. D. Beck and W. Yourgrau. New York: Plenum Press, 1972.
- WILLICK, Jason. *How Samuel Huntington Predicted Our Political Moment*. The American Interest. Disponível em: <http://www.the-american-interest.com/2016/07/14/how-samuel-huntington-predicted-our-political-moment/> . Acessado em 26/09/2018.
- WOOD, Andrew. Cultural Marxism and the Cathedral: Two Alt-Right Perspectives on Critical Theory. Pgs 39-56. In: *Critical Theory and the Humanities in the Age of the Alt-Right*. Org. BATTISTA, Christine M.; SANDE, Melissa R..2019. Palgrave Macmillan.